



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2008

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

➤ 1. Mensagem do Conselho de Administração	4
➤ 2. Governo da Sociedade	10
• Proposta de Aplicação de Resultados	25
➤ 3. Balanço e Demonstração dos Resultados	26
• Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	32
➤ 4. Performance da Docapesca	84
• Análise Económico-Financeira	85
• Recursos Humanos	89
• Estatística	96
• Exploração	108
• Comercial e Marketing	112
• Informática	119
• Infra-estruturas e Manutenção	120
➤ 5. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	125

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**1.
MENSAGEM DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No seu artigo 3.º, os estatutos da Docapesca – Portos e Lotas, SA definem o objecto da Sociedade:

Art.3.º A sociedade tem por objecto a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infra-estruturas de apoio aos utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras actividades conexas.”

Ao actuar nestes domínios de intervenção dos negócios da Pesca, cabe à Docapesca manter a sua missão de garantir a criação de valor seja para a empresa, seja para os seus parceiros institucionais, directos ou indirectos, isto é, todo o Sector da Pesca. Consubstanciada numa acção prospectiva na melhoria das condições que proporciona nas áreas que estão definidas como seu objecto, caminhando para a modernização dos processos, para a inovação, perspectivando novas possibilidades de negócio em parceria, preferencialmente em diálogo com o Sector.

Esta foi a orientação prosseguida durante o ano de 2008, durante o qual, com a alteração operada com a nomeação de novo Conselho de Administração, em 29 de Abril, e dentro do espírito acima definido, se desenvolveu a concepção de um projecto de reestruturação da empresa, mandato específico que o novo Conselho recebeu de S. Excelências o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas. Este mandato de reestruturação resulta da decisão de manter a Docapesca na sua configuração jurídica actual, cenário pelo qual a Tutela optou, face ao resultado do estudo que tinha encomendado à Tecninveste. O estudo foi objecto de consulta pelo Sector, sobre cujos resultados teve oportunidade de se pronunciar, tendo dado genericamente concordância à Tutela sobre a mesma decisão.

O Conselho de Administração, com base na análise produzida e tidas em conta as medidas neles formuladas, analisada a capacidade infra-estrutural instalada e o potencial existente dos recursos da empresa, produziu um documento orientador para a reestruturação, que apresentou à Tutela, tendo obtido sobre o mesmo a respectiva aprovação.

Neste documento, têm enorme relevância os factores que influenciam a formação do preço/valorização do pescado. Numa estratégia de reforço dessa valorização, considerada cumulativamente benéfica para o Sector e para a Empresa, foram identificadas as seguintes áreas como determinantes para a formação do preço/valorização do pescado:

- ➔ Segurança e Qualidade Alimentar;
- ➔ Economia;
- ➔ Modernização;
- ➔ Nominalização do pescado/Marca;
- ➔ Abertura ao Sector.

Iniciou-se assim um processo de implementação e dinamização do projecto, o qual tem já no Plano de Actividades e Orçamento para 2009 as suas primeiras iniciativas contempladas.

Dinamização interna à empresa – com envolvimento dos seus actores mais relevantes, a implementação de regras de controlo e redução de custos, a clarificação da situação financeira da empresa, a definição de novas estratégias de intervenção, a aplicação de novos sistemas organizacionais, a redução de efectivos, a redefinição dos investimentos face ao projecto definido.

Dinamização junto dos parceiros externos à empresa (processo que iniciámos já este ano) – negociação com todas as autarquias onde existem lotas e postos de vendagem, negociação com as administrações portuárias e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), as organizações de produtores, as associações de armadores, os compradores e suas instituições representativas, os sindicatos e as forças de segurança (fuga à lota).

Simultaneamente, no decurso de 2008, foram reforçadas as acções de captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado. O relacionamento que foi possível estabelecer com as grandes superfícies, potenciais escoadores de quantidades significativas de pescado, a relação de trabalho iniciada com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (ARESP), no sentido de estabelecer novos canais de comercialização, a preparação de medidas de valorização positiva do pescado na alimentação, com presença institucional em feiras e mercados interessantes para a frota portuguesa, são disso exemplos. Igualmente 2008 fica marcado pela implementação do “Certificado de Compra em Lota” (CCL) em todas as lotas. Este é um projecto concebido pela Docapesca, cujo objectivo fundamental é a identificação do pescado transaccionado nas lotas do Continente português junto do consumidor final.

Mas talvez que o projecto que mais influenciará e terá resultados determinantes na valorização do pescado será o **leilão online**, cuja concretização se encontra preparada para se iniciar, com um projecto-piloto numa lota principal, no primeiro semestre de 2009.

Continuou a destacar-se como factor relevante de valor acrescentado a melhoria nos serviços prestados aos armadores/pescadores e comerciantes de pescado. Foi necessário harmonizar procedimentos, promover a obtenção de economias de escala e obter sinergias, com o objectivo de criar boas condições financeiras a armadores e pescadores nas vendas em lota. Mais uma vez, a Docapesca foi o elemento de facilitação e concretização das políticas de apoio do Governo, por exemplo aquando do problema da incidência dos preços dos combustíveis na produção.

O registo estatístico de todo o pescado transaccionado é um elemento essencial para a definição das políticas a nível nacional e europeu e uma ferramenta incontornável para a gestão da empresa. Também o sector da produção e comercialização beneficiam da informação produzida. Este é um sector onde iniciámos um processo de modernização, com a implementação em breve de tecnologia mais adequada e actualizada.

Este ano a Docapesca apresenta um resultado negativo no valor de 1.380.849,67€, que resulta essencialmente do elevado valor pago de indemnizações por rescisão de contrato por mútuo acordo (2.085.584,86€, em comparação com 345.137,00€ no ano anterior) e, em menor montante, por ajustamentos e provisões que a prudência aconselha.

O saldo líquido de Trabalhadores entre os anos 2008-2007 – menos cinquenta e dois – é um primeiro passo no processo de reestruturação, na área da redução de efectivos, da racionalização dos recursos humanos e da reorganização do sistema de produção.

Em relação aos proveitos, verificou-se uma situação de acréscimo em que o valor que resulta da primeira venda é o que tem maior peso (cerca de 30%) com um montante de 16.926.464,19€.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos que podem melhorar o *ratio* de exploração das lotas e o investimento na climatização foram temas de análise, preparação e objecto de decisão que nos anos de 2009 e 2010 terão níveis de concretização adequados.

O reforço da segurança alimentar inscreve-se neste objectivo de inovação, aumentando ainda mais a qualidade do pescado que sai das lotas, contribuindo assim para a sua valorização. A aplicação em todas as lotas do Hazard Analysis of Critical Control Points (HACCP), metodologia de controlo

concebida para analisar e controlar os riscos sanitários associados a produtos alimentares, foi efectuada ao longo de todo o ano de 2008.

Desde logo se diligenciou no sentido da resolução dos dossiers de contencioso com entidades portuárias, os quais têm objectivamente impacto negativo na empresa. Numa medida de tradução na contabilidade da empresa da sua real situação económico-financeira, tomou este Conselho de Administração a decisão, de que deu conhecimento à Tutela, de nela voltar a incluir as dívidas existentes àquelas entidades, as quais se encontram, praticamente na sua totalidade, em execução fiscal.

As correcções efectuadas de exercícios anteriores ascendem a cerca de 8,4M€ tornando o capital próprio negativo em 8M€. Assim, ficou a Docapesca dependente da decisão do Accionista, a quem deu conhecimento da situação, em dotá-la dos meios necessários para fazer face aos efeitos destas correcções, nomeadamente ao que decorre do cumprimento do Art.35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração tem consciência da difícil tarefa que espera esta Empresa, de como uma boa solução de reestruturação pode contribuir para acrescentar valor ao sector da pesca nacional e sabe que pode contar com os seus Trabalhadores, nos quais reconhece um potencial de valor incontornável, que vale a pena valorizar cada vez mais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Maria Adelaide Torradinhas Rocha**

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

* Por motivos de saúde a Presidente do Conselho de Administração da Docapesca – Portos e Lotas, SA somente rubricará a presente assinatura. A restante documentação será assinada pelos demais Administradores, em conformidade com os estatutos da Sociedade.

PERSPECTIVAS

O Relatório e Contas de 2008 releva, desde já, um movimento de transformação de modelo no que à Docapesca respeita.

Assumido o projecto de reestruturação, para o qual fomos mandatados, os anos que se seguem serão, esperamos, caminho de mudança e concretização.

Caminho que sabemos árduo, implicando muitas entidades que, esperamos, conosco colaborem, formando uma rede de intervenção conjugada, que promova estruturação, diferenciada e simultânea em vários campos.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos, o investimento na climatização, a racionalização dos recursos humanos e financeiros, a reorganização do sistema de produção, a inovação, com introdução de novas tecnologias – o leilão online é uma das medidas a concretizar em 2009 –, o alargamento dos mercados de procura do pescado e respectiva valorização, a proximidade com o sector da produção no sentido de contribuir para uma colaboração mutuamente benéfica, o equilíbrio económico-financeiro da empresa, e as medidas de segurança e qualidade alimentar são, entre outras, iniciativas que já no próximo ano encontram concretização no plano de actividades da Empresa.

Com o objectivo principal de contribuir para acrescentar valor ao Sector da Pesca em Portugal.

2. GOVERNO DA SOCIEDADE

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

MISSÃO

ENQUADRAMENTO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é a entidade que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de primeira venda de pescado, bem como o apoio ao sector da pesca e respectivos portos.

A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



A actividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas actividades de negócio:

	1.ª VENDA DE PESCADO SERVIÇO PÚBLICO	ACTIVIDADES CONEXAS
Actividade	Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higio-sanitário de todo o pescado.	Serviços de apoio ao Sector, através do aluguer de armazéns, entrepostos frigoríficos, mercado de segunda venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos.
Principais Activos	<ul style="list-style-type: none"> • 10 Delegações • 15 Lotas principais • 48 Postos de Vendagem 	<ul style="list-style-type: none"> • 1 Mercado de Segunda Venda • 3 Entrepósitos Frigoríficos • 15 Lojas de Aprestos • 555 Armazéns • 26 Fábricas de Gelo • 6 Postos de Combustível

MISSÃO

A Docapesca tem por objecto social actuar nos negócios do Sector da Pesca a saber, a primeira venda do pescado e actividades conexas, criando as condições adequadas para a produção e para a comercialização, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Âncora no Sector da Pesca, contribuindo de forma determinante para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão, a Docapesca ambiciona realizar e sustentar um conjunto de iniciativas, através da:

- ⇒ **Inovação** – implementação de novos métodos e processos, novos negócios e competências;
- ⇒ Investimento em **responsabilidade social**, dedicando uma activa atenção aos problemas das comunidades de armadores/pescadores, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extractiva, em articulação estreita com as autarquias locais; em **responsabilidade ambiental** e **cívica** e em **qualidade e segurança alimentar** (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higio-sanitárias);
- ⇒ **Cooperação**, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS QUE SUPORTAM A ESTRATÉGIA DA DOCAPESCA

Considerando a missão, o objecto social e as directrizes do Accionista com vista a uma reestruturação, cujo ponto essencial é a valorização do pescado, os grandes objectivos para 2009 são:

I – Segurança e Qualidade Alimentar

Introdução e reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, em todos os edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.

II – Economia

Readaptação da rede de lotas e postos de vendagem à oferta e à procura actual e expectável.

III – Nominalização do pescado/ Marca

Desenvolvimento de uma marca vai diferenciar o pescado junto do Retalho e do consumidor final, valorizando o pescado português, capturado em águas portuguesas por embarcações portuguesas.

IV – Modernização

Reconversão dos Recursos Humanos, novo sistema de gestão, sistema de venda de pescado online e página de Internet, eficiência ambiental, informatização, reestruturação comercial, comunicação, medição da satisfação dos clientes.

V – Abertura ao sector

Optimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento com o Sector.

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA 2008

Em 29 de Abril de 2008, a Assembleia Geral elegeu os novos Órgãos Sociais para o triénio 2008/2010, com orientação para iniciar uma profunda reestruturação, resultante dos estudos encomendados pela Tutela. Assim, para definir a futura política da empresa, baseada na análise dos principais vectores de incidência da reestruturação da Docapesca, a Tutela não aprovou orientações específicas, nem objectivos de gestão para o ano de 2008.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março).
- Regime Legal da Primeira Venda de Pescado fresco e refrigerado (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos Internos de Funcionamento das Lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das Lotas (Portaria n.º 506/89, de 5 de Julho).
- Legislação sobre o Domínio Público Hídrico (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro).
- Legislação sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 236/1998, de 01 de Agosto).
- Taxas de Primeira Venda (Decreto-Lei n.º 255/77, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 339/77, de 18 de Agosto, n.º 174/79, de 7 de Junho e n.º 307/79, de 20 de Agosto, Portaria n.º 541/82, de 29 de Maio e n.º 251/2008, de 4 de Abril e Portaria n.º 495/2008, de 23 de Junho).

- Contratos de Concessão dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de Exploração das Fábricas de Gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de Empresa (BTE I Série n.º 24, de 29 de Junho de 2006).
- Regulamento (CE) n.º 582/2004, de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de Exploração dos Entrepostos Frigoríficos.
- Contratos de Subconcessão da Primeira Venda de Pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.
- Regulamentos internos de deslocações em serviço, utilização de viaturas e comunicações.
- Regulamento interno dos procedimentos para a realização de despesas de funcionamento e de investimentos.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas.

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Na realização de empreitadas, aquisição de bens e/ou serviços, a Docapesca cumpre, conforme determinado por Lei, o Código dos Contratos Públicos, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mandato I

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
Presidente Vice-Presidente Secretária	Mesa da Assembleia Geral Maria de Fátima A. A. Nepomuceno da Silva Maria Cristina Marques Rosa Magina Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	26/04/2005	2005/2007
		26/04/2005	2005/2007
		26/04/2005	2005/2007
Presidente Vogal Vogal	Conselho de Administração Joaquim Francisco Travanca Ortiz Nelson Jorge dos Santos Godinho Parreira João Manuel de Sousa Santos Reis	26/04/2005	2005/2007
		26/04/2005	2005/2007
		26/04/2005	2005/2007
Efectivo Suplente	Fiscal Único Abreu & Cipriano, Auditores, SROC João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu	26/04/2005	2005/2007
		26/04/2005	2005/2007
Presidente Vogal Vogal	Comissão de Fixação de Remunerações Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar Américo Alves Cabaça da Cruz Pedro Albuquerque de Matos Antunes Ferraz	31/03/1997	2005/2007
		02/04/1991	2005/2007
		29/03/1996	2005/2007

Mandato II

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
Presidente Vice-Presidente Secretária	Mesa da Assembleia Geral Maria Fernanda Joanaz Silva Martins Maria Cristina Marques Rosa Magina Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
Presidente Vogal Vogal	Conselho de Administração Maria Adelaide Torradinhas Rocha João Manuel de Sousa Santos Reis João Francisco Ferreira da Fonseca	29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
Efectivo Suplente	Fiscal Único Abreu & Cipriano, Auditores, SROC João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu	29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
Presidente Vogal Vogal	Comissão de Fixação de Remunerações Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar Sara Alexandre Duarte Ambrósio Cristina Maria Pereira Freire	29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010
		29/04/2008	2008/2010

A Docapesca contratou os serviços da Deloitte e Associados, SROC, para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2008.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são executivos e responsáveis pelos seguintes pelouros:

Mandato I (até 29/04/2008)

Presidente – Joaquim Francisco Travanca Ortiz

- ➔ Direcção Financeira
- ➔ Direcção de Infra-estruturas e Manutenção
- ➔ Delegações

Vogal – Nelson Jorge dos Santos Godinho Parreira

- ➔ Direcção de Informática
- ➔ Direcção de Recursos Humanos
- ➔ Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

- ➔ Direcção Comercial e Marketing
- ➔ Direcção de Exploração
- ➔ Departamento de Estatística

Mandato II (a partir de 29/04/2008)

Presidente – Maria Adelaide Torradinhas Rocha

- ➔ Departamento de Estatística
- ➔ Direcção de Infra-estruturas e Manutenção
- ➔ Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

- ➔ Direcção Comercial e Marketing
- ➔ Direcção de Exploração
- ➔ Direcção de Informática

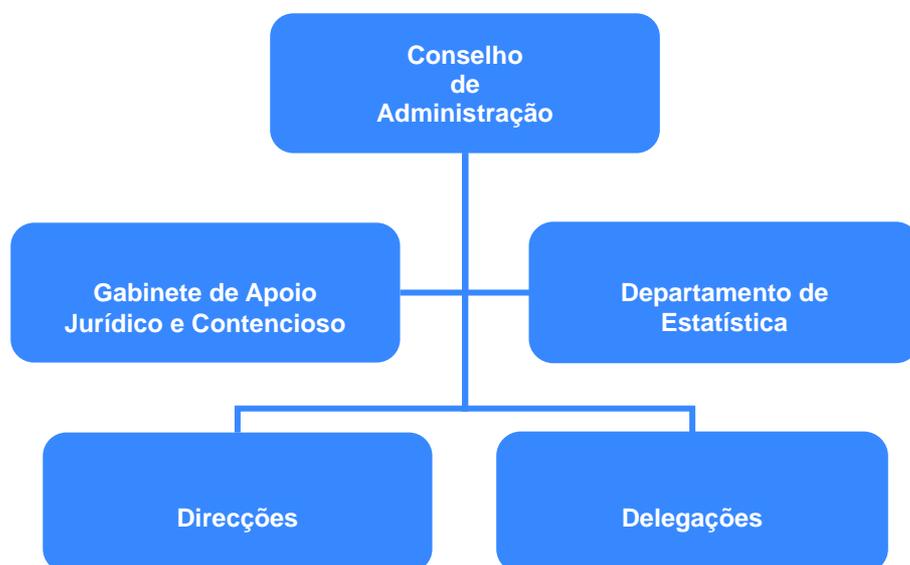
Vogal – João Francisco Ferreira da Fonseca

- ➔ Direcção Financeira
- ➔ Direcção de Recursos Humanos
- ➔ Delegações

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês.

No ano de 2008, o Conselho de Administração reuniu cinco vezes durante o Mandato I e dezoito vezes durante o Mandato II.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



- Comercial e Marketing
- Exploração
- Financeira
- Informática
- Infra-estruturas e Manutenção
- Recursos Humanos
- Viana do Castelo
- Póvoa de Varzim
- Matosinhos
- Aveiro
- Figueira da Foz
- Centro
- Centro Sul
- Sines
- Barlavento Algarvio
- Sotavento Algarvio

6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- Vice-Presidente Senha de presença no valor de 304,43 Euros
- Secretário Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

- **Presidente** Remuneração de 3.719,08 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 1.301,68 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

- **Vogais** Remuneração de 3.233,98 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 970,19 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de Revisão Legal de Contas – 1.135,00 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato I	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remunerações 2007	505,85	304,43	259,33
Remunerações 2008	505,85	304,43	259,33

6.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO I – Remunerações em 2008

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)
1. Remuneração	33.517,19	29.366,33	18.669,12
1.1. Remuneração Base	14.752,35	12.828,12	12.728,95
1.2. Pagamento de Férias não gozadas	6.198,47	6.252,36	0,00
1.3. Despesas de Representação	5.163,33	3.848,42	3.818,67
1.4. Subsídio de Férias	4.946,38	4.301,20	1.060,75
1.5. Pagamento de Férias	1.227,30	1.067,22	0,00
1.6. Subsídio de Natal	1.229,36	1.069,01	1.060,75
2. Outras Regalias e Compensações	8.835,35	1.522,54	7.908,32
2.1. Gastos de utilização de Telefones	886,51	372,61	1.073,22
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço	0,00	0,00	0,00
2.3. Valor do Combustível gasto com a Viatura de Serviço	1.369,65	474,86	1.084,28
2.4. Deslocações e Estadas	4.080,34	0,00	778,08
2.5. Portagens e Estacionamento	763,85	113,77	558,10
2.6. Conservação da Viatura	205,69	70,00	1.454,20
2.7. Despesas de Representação	1.529,31	491,30	2.960,44
3. Encargos com Benefícios Sociais	3.172,01	2.127,81	2.011,10
3.1. Segurança Social	1.342,15	0,00	1.272,90
3.2. Segurança Social – Férias	773,57	0,00	106,08
3.3. Segurança Social – Natal	95,89	0,00	106,08
3.4. Caixa Geral de Aposentações	0,00	1.176,42	0,00
3.5. Seguro de Saúde	49,58	49,58	49,19
3.6. Seguro de Acidentes de Trabalho	274,10	240,16	152,68
3.7. Seguro de Acidentes Pessoais	151,78	151,78	105,64
3.8. Seguro Automóvel	484,94	509,87	218,53
4. Informações Adicionais			
4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de Segurança Social	Normal	CGA	Normal
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	Sim	Sim	Sim
4.4. Ano de aquisição de Viatura pela Empresa	2005	2006	2000
4.5. Exercício de opção de aquisição de Viatura de Serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de Casa de Função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo	Não	Não	Não

MANDATO II – Remunerações em 2008

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)
1. Remuneração	45.510,39	38.248,90	38.269,80
1.1. Remuneração Base	30.000,58	26.078,81	26.087,44
1.2. Pagamento de Férias não gozadas	0,00	0,00	0,00
1.3. Despesas de Representação	10.500,22	7.823,61	7.826,20
1.4. Subsídio de Férias	2.509,87	2.173,23	2.182,49
1.5. Pagamento de Férias	0,00	0,00	0,00
1.6. Subsídio de Natal	2.499,72	2.173,25	2.173,67
2. Outras Regalias e Compensações	9.035,86	11.779,18	10.712,27
2.1. Gastos de utilização de Telefones	1.353,67	516,76	848,43
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço	0,00	0,00	0,00
2.3. Valor do Combustível gasto com a Viatura de Serviço	1.124,77	3.129,86	1.713,61
2.4. Deslocações e Estadas	1.856,60	1.184,60	925,17
2.5. Portagens e Estacionamento	432,80	1,331,98	776,75
2.6. Conservação da Viatura	2.060,82	1,630,84	3.110,45
2.7. Despesas de Representação	2.207,20	3,985,14	3.337,86
3. Encargos com Benefícios Sociais	4.160,16	4.692,29	4.065,09
3.1. Segurança Social	0,00	2.607,90	2.608,76
3.2. Segurança Social – Férias	0,00	217,32	218,25
3.3. Segurança Social – Natal	0,00	217,32	217,37
3.4. Caixa Geral de Aposentações	2.606,63	0,00	0,00
3.5. Seguro de Saúde	100,38	100,77	100,38
3.6. Seguro de Acidentes de Trabalho	312,97	312,80	312,97
3.7. Seguro de Acidentes Pessoais	170,29	216,43	170,29
3.8. Seguro Automóvel	969,89	1.019,75	437,07
4. Informações Adicionais			
4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de Segurança Social	CGA	Normal	Normal
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	Sim	Sim	Sim
4.4. Ano de aquisição de Viatura pela Empresa	2005	2006	2000
4.5. Exercício de opção de aquisição de Viatura de Serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de Casa de Função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo	Não	Não	Não

6.3. FISCAL ÚNICO

	2007	2008
Abreu e Cipriano, Auditores, SROC	13.620	13.620

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho de Administração da Docapesca definiu no início do seu mandato, em Abril de 2008, um conjunto de orientações para o triénio 2008/2010 nos domínios económico, social e ambiental: uma estratégia económica alicerçada no reforço do valor do pescado vendido em lota.

Dois elementos contribuíram para a definição desta linha de política económica. Por um lado, o actual valor médio do pescado transaccionado em lota, que se situa num nível muito baixo, e que é influenciado por diversos factores, a saber: as condições infra-estruturais e de acesso à compra em lota; a actual organização da Rede de Lotas; e a ausência de nominalização do pescado transaccionado em lota. Por outro, a percentagem da taxa cobrada na primeira venda, que ultrapassa metade da receita, sendo por esse efeito o factor determinante para o equilíbrio económico e financeiro da Empresa.

Neste contexto, foi decidido actuar em todos os factores que podem influenciar a formação do preço da seguinte forma: iniciando a reforma das condições das infra-estruturas (evoluindo-as para equipamentos climatizados e certificados – Número de Controlo Veterinário, HACCP, ISO 9001); promovendo a alteração da Rede de Lotas, com o objectivo de concentrar oferta e procura; incentivando, quer a abertura de novos canais de comercialização, em especial a venda online, quer a abertura organizada à restauração e hotelaria, com o início de um projecto de nominalização do pescado comercializado em lota.

No domínio social, a política prosseguida pela Docapesca divide-se em dois planos. Num plano interno a promoção da melhoria das condições laborais para os seus Trabalhadores e, num plano externo, o apoio ao Sector, em diálogo permanente e parceria, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos.

Esta política é concretizável, no plano interno, com a promoção da igualdade de oportunidades entre Trabalhadores, através de: sistemas de avaliação de desempenho; contínuo reforço das competências; formação profissional; contínua melhoria das condições de Higiene e Segurança do Trabalho; diálogo permanente com as estruturas representativas dos Trabalhadores; negociação no âmbito do Acordo de Empresa, com resultados para a melhoria das condições dos Trabalhadores.

No plano externo é verificável através da abertura e diálogo permanente com todas as estruturas representativas do Sector para a definição articulada das políticas a prosseguir, designadamente, no apoio às Organizações de Produtores, com descontos comerciais nos produtos e serviços prestados pela Docapesca, e na transferência dos descontos no combustível comercializado pela Empresa à frota. De salientar ainda a relevante integração da Docapesca na rede de lotas europeias, através da Associação Europeia de Portos e Lotas (EAFPA), e o projecto de nominalização do pescado que envolve as organizações do Sector e as autarquias locais.

Em matéria ambiental a estratégia da Empresa tem como objectivo a promoção da protecção ambiental, através da adopção das práticas ambientalmente mais correctas. Numa perspectiva operacional esta política está organizada em três áreas, nomeadamente, Frota/Recursos, Exploração/Industrial e Serviços Administrativos.

A política de promoção ambiental para a Frota/Recursos passa por uma observância rigorosa da legislação, referente aos tamanhos mínimos de pescado, e o cumprimento das medidas administrativas, referente aos limites de capturas de pescado, medidas fundamentais para a sustentabilidade dos recursos piscícolas. A implementação de um Manual de Boas Práticas, em elaboração com o apoio do Instituto das Pescas da Investigação e do Mar (IPIMAR), permitirá a alteração de metodologias de trabalho em terra e no mar, adequando-as no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente. Por outro lado, a comercialização pelas lojas Docapesca de produtos eco eficientes, em especial de produtos de poupança energética – motores movidos a GPL para a pequena frota e equipamentos de poupança eléctrica a bordo em embarcações com equipamentos de frio para a frota costeira e do alto – são actividades complementares de significativa mais-valia.

A rede de lotas da Docapesca, na sua vertente Exploração/Industrial, tem sido objecto de uma série de medidas de relevância ambiental. Destas destacam-se: o armazenamento e reciclagem de resíduos de pescado, através da utilização de contentores frigoríficos em todos os portos concessionados, bem como a contratualização com empresas que procedem à sua recolha e reciclagem por farinação; a reciclagem de óleos usados provenientes dos motores das embarcações e a contratação de empresas de recolha que os introduzem no circuito de reciclagem; o início da substituição dos produtos utilizados para a limpeza das lotas por produtos ambientalmente mais eficientes; a reciclagem de resíduos de polietileno; e a adopção de práticas de consumo energético nos entrepostos frigoríficos que permitam poupanças, através da selecção de períodos horários e reforço da eficácia energética.

Os Serviços Administrativos têm sido objecto de uma política de reciclagem que se pretende expandir, através da reciclagem de consumíveis informáticos e de máquinas de escritório e reciclagem de papel e cartão. A Central de Compras prepara a introdução de critérios ambientais para a selecção de fornecedores. A gestão da frota automóvel tem vindo a ser reestruturada, com a

substituição progressiva de viaturas a gasolina, por outras ambientalmente menos poluentes com motores a diesel de última geração.

Sob um ponto de vista prospectivo, a Docapesca manter-se-á na linha de estratégia enunciada nos domínios económico, social e ambiental, contribuindo para tal o avançado grau de execução das políticas descritas que se encontram implementadas ou em fase de implementação. Estas medidas são essenciais ao equilíbrio económico e financeiro da Empresa, reforçando a qualidade e sustentando ambientalmente a actividade da Docapesca, apoiando, deste modo, o Sector no plano económico e social.

É também importante salientar os principais riscos identificáveis para a actividade e para o futuro da empresa, que se centram na gestão de recursos piscícolas e respectiva sustentabilidade. A política a implementar quanto ao Sector, e em particular quanto à gestão dos recursos, será determinante para o futuro da actividade. Um desequilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos existentes colocará em perigo a actividade da pesca e só uma cuidadosa gestão dos recursos e da frota permitirá manter esta importante proporção. Uma vez que o volume da actividade e a viabilidade da Empresa se encontram indissociavelmente ligados, qualquer variação afecta de forma directa os resultados da Empresa.

A Docapesca elaborará um relatório de sustentabilidade para o biénio 2009/2010, que permitirá expor em detalhe as políticas da empresa e as medidas a concretizar.

8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A Docapesca aplica e segue as boas práticas de governação, de acordo com os seguintes princípios:

- Sítio próprio na Internet (www.docapesca.pt) com as informações relevantes da Empresa;
- Estrutura orgânica bem definida;
- Órgão de Fiscalização independente;
- Auditores Externos anuais (por forma a colmatar a inexistência de administradores não executivos);
- Existência de um código de conduta;
- Deveres de informação e meios de divulgação adequados.

9. APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca aprovou e implementou em 2008 o Código de Conduta, cujo texto está disponível em www.docapesca.pt.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

A Docapesca recorre a financiamento bancário de curto prazo para reforço da tesouraria, dando cobertura a:

- Crédito que concede aos seus clientes por bens fornecidos e serviços prestados;
- Financiamento dos investimentos específicos que realiza no sector das pescas com apoio comunitário, na parte correspondente ao previsível co-financiamento, e pelo período que decorre entre a realização do investimento e o seu recebimento;
- Apoio ao programa de adequação dos recursos humanos às necessidades actuais e futuras, financiando os acordos de rescisão negociados com os Trabalhadores da Docapesca.

Para o período de 2004 a 2008, a utilização do crédito bancário de curto prazo tem sido regular e adaptado às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma actividade tradicional (serviços de apoio à pesca) onde ainda é frequente o recurso a recebimentos e pagamentos em numerário, pelo que tem os seus recursos financeiros espalhados por mais de vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde são cobrados e pagos os cerca de 200 milhões de Euros correspondentes à “produção” da pesca. Para otimizar esses recursos utiliza o *cashpooling* bancário.

A Docapesca negociou créditos com seis diferentes instituições na forma de descoberto bancário, de contas correntes caucionadas e de um empréstimo bancário de montante reduzido por um período de um ano, renovável. A Docapesca diversificou a origem dos créditos, negociando tranches relativamente pequenas, de forma a dispor de capacidade para beneficiar das condições particulares mais vantajosas a cada momento, quer em termos dos indexantes, quer dos *spreads*.

	Taxa Média Anual de Financiamento	Encargos Financeiros Suportados (1)	Comissões s/ Linhas de crédito	Financiamento Médio
2004	3,96 %	236.903,73	15.183,05	5.963.682
2005	3,60 %	85.409,61	14.800,78	2.298.395
2006	3,91 %	130.600,00	6.807,76	3.156.540
2007	5,05 %	269.831,49	7.058,89	5.402.702
2008	5,40 %	254.023,35	7.024,92	4.717.840

(1) Juros + Imposto de Selo s/ juros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2008 com um resultado negativo de 1.380.849,67 Euros. Estes resultados são apresentados de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC). O Conselho de Administração propõe que o resultado seja levado à conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Por último manifestamos os nossos agradecimentos aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, das Finanças e da Administração Pública, e respectivos Organismos, bem como aos nossos Trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, aos nossos Clientes, pela cooperação prestada, e aos Sindicatos, pela colaboração evidenciada.

Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2009.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

**3.
BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS
RESULTADOS**

BALANÇOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Montantes expressos em Euros

Activo	Notas	Exercícios			
		2008			2007
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:					
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	10	294.789,81	294.789,81	0,00	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	10	913.276,75	898.360,27	14.916,48	27.523,93
		1.208.066,56	1.193.150,08	14.916,48	27.523,93
Imobilizações Corpóreas:					
Edifícios e Outras Construções	10,12,13,14	60.860.007,85	38.676.446,30	22.183.561,55	18.370.187,73
Equipamento Básico	10,12,13,14	17.776.105,88	14.288.405,04	3.487.700,84	3.854.906,10
Equipamento de Transporte	10 e 15	683.634,26	571.567,72	112.066,54	140.826,65
Ferramentas e Utensílios	10	191.314,55	175.771,45	15.543,10	13.386,37
Equipamento Administrativo	10	4.241.866,36	3.811.263,44	430.602,92	591.339,92
Taras e Vasilhame	10	504.538,57	292.087,22	212.451,35	169.724,59
Outras Imobilizações Corpóreas	10	253.484,99	229.378,84	24.106,15	24.972,93
Imobilizações em Curso	10	1.309.680,67	0,00	1.309.680,67	3.390.707,06
		85.820.633,13	58.044.920,01	27.775.713,12	26.556.051,35
Investimentos Financeiros:					
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	10	203.730,07	13.711,33	190.018,74	199.159,62
		203.730,07	13.711,33	190.018,74	199.159,62
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	41	143.449,30	0,00	143.449,30	118.033,63
Produtos Acabados e Intermédios	42	2.157,32	0,00	2.157,32	1.901,13
Mercadorias	41	485.141,43	0,00	485.141,43	501.988,80
		630.748,05	0,00	630.748,05	621.923,56
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:					
Clientes c/c		2.256.333,11	0,00	2.256.333,11	3.858.002,91
Clientes de Cobrança Duvidosa	21 e 23	5.365.075,96	4.715.455,64	649.620,32	262.741,86
Fornecedores c/ Adiantamentos		5.621,41	0,00	5.621,41	7.137,67
Estado e Outros Entes Públicos	48	193.898,43	0,00	193.898,43	226.894,45
Outros Devedores	21, 23 e 49	9.052.801,19	2.533.660,51	6.519.140,68	7.819.471,27
		16.873.730,10	7.249.116,15	9.624.613,95	12.174.248,16
Depósitos Bancários e Caixa:					
Depósitos Bancários	56	1.054.382,02	0,00	1.054.382,02	1.798.690,63
Caixa	54 e 56	231.732,35	0,00	231.732,35	162.371,34
		1.286.114,37	0,00	1.286.114,37	1.961.061,97
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de Proveitos	51	15.183,65	0,00	15.183,65	145.064,11
Custos Diferidos	51	377.948,58	0,00	377.948,58	424.774,98
		393.132,23	0,00	393.132,23	569.839,09
Total de Amortizações			59.238.070,09		
Total de Ajustamentos			7.262.827,48		
Total do Activo		106.416.154,51	66.500.897,57	39.915.256,94	42.109.807,68

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

BALANÇOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Montantes expressos em Euros

Capital Próprio e Passivo	Notas	Exercícios	
		2008	2007
Capital Próprio:			
Capital	36, 37 e 40	8.528.400,00	8.528.400,00
Reservas de Reavaliação	39 e 40	154.536,26	204.227,55
Reservas:			
Reservas Legais	40	100.620,52	100.620,52
Outras Reservas	40	5.736,18	5.736,18
Resultados Transitados	40	-15.729.447,64	-6.426.697,68
		-6.940.154,68	2.412.286,57
Resultado Líquido do Exercício	40	-1.380.849,67	-928.611,06
Total do Capital Próprio		-8.321.004,35	1.483.675,51
Passivo:			
Provisões:			
Provisões para Pensões	31 e 34	6.047.196,36	6.235.021,44
Outras Provisões	34 e 53	9.297.059,03	2.366.271,99
		15.344.255,39	8.601.293,43
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:			
Fornecedores de Imobilizado	15	30.212,91	0,00
		30.212,91	0,00
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
Dívidas a Instituições de Crédito		7.596.911,86	4.922.466,22
Fornecedores c/c		3.389.981,20	1.594.452,80
Fornecedores - Facturas em Recepção		205.909,71	63.980,36
Fornecedores de Imobilizado c/c	15	836.689,48	1.409.225,04
Estado e Outros Entes Públicos	48	1.608.016,52	1.845.056,89
Outros Credores	49	5.724.937,38	7.838.644,38
		19.362.446,15	17.673.825,69
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de Custos	51	2.262.866,48	1.771.229,04
Proveitos Diferidos	51 e 52	11.219.352,99	12.554.542,40
Passivos por Impostos Diferidos	6 e 51	17.127,37	25.241,61
		13.499.346,84	14.351.013,05
Total do Passivo		48.236.261,29	40.626.132,17
Total do Capital Próprio e do Passivo		39.915.256,94	42.109.807,68

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Montantes expressos em Euros

	Notas	Exercício de 2008		Exercício de 2007	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das Merc. Vend. e Matérias Consumidas:					
Mercadorias	41	3.142.357,31		2.467.239,81	
Matérias	41	167.847,58	3.310.204,89	148.695,50	2.615.935,31
Fornecimentos e Serviços Externos			8.316.675,90		7.318.756,01
Custos com o Pessoal:					
Remunerações		9.690.268,58		9.925.238,51	
Encargos Sociais:					
Pensões	31	487.641,00		102.186,00	
Cessações Contratuais de Trabalho		2.085.584,86		345.137,00	
Outros		2.382.020,85	14.645.515,29	2.472.644,56	12.845.206,07
Amortizações Imobilizado Corp. e Incorpóreo	10	3.631.848,95		3.816.355,36	
Ajustamentos	21	1.115.659,16		873.129,51	
Provisões	34	712.327,31	5.459.835,42	586.165,64	5.275.650,51
Impostos		47.368,39		77.238,70	
Outros Custos e Perdas Operacionais		1.003.944,15	1.051.312,54	946.828,63	1.024.067,33
Administrações Portuárias		563.780,76		529.358,40	
Cedência Exploração de Armazéns		387.280,81		382.327,94	
Outros		52.882,58		35.142,29	
	(A)		32.783.544,04		29.079.615,23
Amortizações e Ajustamentos Financeiros:					
Amortizações de Investimentos Financeiros	45	9.140,88		4.570,45	
Juros e Custos Similares:					
Outros	45	380.877,87	390.018,75	357.944,51	362.514,96
	(C)		33.173.562,79		29.442.130,19
Custos e Perdas Extraordinárias	46		547.751,61		141.556,90
	(E)		33.721.314,40		29.583.687,09
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	6		32.031,22		13.607,93
	(G)		33.753.345,62		29.597.295,02
Resultado Líquido do Exercício			-1.380.849,67		-928.611,06
			32.372.495,95		28.668.683,96
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	3.591.976,74		2.863.255,98	
Produtos Acabados	44	1.627.189,09		1.622.162,80	
Prestações de Serviços:		23.506.556,26	28.725.722,09	20.467.739,32	24.953.158,10
1.ª Venda de Pescado	44	16.926.464,19		13.771.076,08	
Portos de Pesca (Instalações)	44	4.189.207,29		4.125.474,92	
Entrepósitos Frigoríficos	44	1.960.183,45		1.985.572,49	
Outras Actividades	44	430.701,33		585.615,83	
Variação da Produção	42		256,19		-6.638,57
Proveitos Suplementares	50	1.031.777,78		1.101.443,28	
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	21	153.994,64	1.185.772,42	284.833,06	1.386.276,34
	(B)		29.911.750,70		26.332.795,87
Rend. Títulos Negoc. e Outras Aplic. Financeiras:					
Rend. de Tít. Negociáveis e Out. Aplic. Financeiras	45	1.003,89		1.003,89	
Rendimentos de Imóveis	45	9.260,04		4.630,02	
Outros Juros e Proveitos Similares:					
Outros	45	183.365,54	193.629,47	397.567,23	403.201,14
	(D)		30.105.380,17		26.735.997,01
Proveitos e Ganhos Extraordinários	45 e 52		2.267.115,78		1.932.686,95
	(F)		32.372.495,95		28.668.683,96
Resumo:					
Resultados Operacionais: (B)-(A)			-2.871.793,34		-2.746.819,36
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)			-196.389,28		40.686,18
Resultados Correntes: (D)-(C)			-3.068.182,62		-2.706.133,18
Resultados antes de Impostos: (F)-(E)			-1.348.818,45		-915.003,13
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)			-1.380.849,67		-928.611,06

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Montantes expressos em Euros

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2008	2007
Vendas e Prestações de Serviços	44	28.725.978,28	24.953.158,10
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	55	-21.243.341,32	-19.822.645,27
Resultados Brutos		7.482.636,96	5.130.512,83
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	55	1.400.410,47	1.647.072,87
Custos de Distribuição		0,00	0,00
Custos Administrativos	55	-6.727.198,32	-6.325.395,98
Outros Custos e Perdas Operacionais	55	-3.366.398,55	-1.461.013,94
Resultados Operacionais		-1.210.549,44	-1.008.824,22
Custo Líquido do Financiamento	55	-138.388,17	93.761,52
Ganhos (Perdas) em Filiais e Associadas		0,00	0,00
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos		119,16	59,57
Resultados Correntes		-1.348.818,45	-915.003,13
Imposto sobre os Resultados Correntes	6	-37.316,30	-19.487,12
Imposto Diferido	6	5.285,08	5.879,19
Resultados Correntes Após Impostos		-1.380.849,67	-928.611,06
Resultados Extraordinários		0,00	0,00
Resultados Líquidos		-1.380.849,67	-928.611,06
Resultados por Acção		-0,81	-0,54

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Montantes expressos em Euros

	Notas	2008/2007	2007/2006
Actividades Operacionais:			
Recebimentos de Clientes		30.339.458,53	29.002.193,54
Pagamentos a Fornecedores		-12.514.362,65	-11.045.295,14
Pagamentos ao Pessoal		-14.708.044,94	-12.929.447,47
Fluxos gerados pelas Operações		3.117.050,94	5.027.450,93
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento		-70.487,50	-69.066,95
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-33.957,52	106.527,72
Fluxos gerados antes das Rubricas Extraordinárias		3.012.605,92	5.064.911,70
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		35.332,38	23.548,27
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		-71.040,65	-97.565,01
Fluxos das Actividades Operacionais		2.976.897,65	4.990.894,96
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações Corpóreas		41.360,10	67.430,62
Subsídios ao Investimento		586.841,73	1.712.810,17
Juros e Proveitos Similares		207.810,43	582.428,88
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		0,00	-178.363,15
Imobilizações Corpóreas		-6.770.324,16	-4.263.160,62
Imobilizações Incorpóreas		-765,00	-5.200,00
Fluxos das Actividades de Investimento		-5.935.076,90	-2.084.054,10
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos	56	12.550.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos	56	-12.150.000,00	-550.000,00
Amortização de Contratos de Locação Financeira		-10.336,12	-915,54
Juros e Custos Similares		-380.877,87	-357.944,51
Fluxos das Actividades de Financiamento		8.786,01	-908.860,05
Variação de Caixa e seus equivalentes		-2.949.393,24	1.997.980,81
Caixa e seus equivalentes no Início do Período	56	-711.404,25	-2.709.385,06
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	56	-3.660.797,49	-711.404,25

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Exercício de 2008)

NOTA INTRODUTÓRIA

Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (em seguida referido como “Docapesca” ou “empresa”)

Edifício Vasco da Gama – Rua General Gomes de Araújo, Bloco C – Pisos 3 e 4

1350-355 Lisboa

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na C. R. Comercial de Lisboa – Matrícula N.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Colectiva n.º 500.086.826

CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Os estatutos da Sociedade foram publicados em anexo ao referido Decreto-Lei. A versão actualizada dos estatutos da Sociedade está disponível no site da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças – Sector Empresarial do Estado.

A Docapesca é participada a 100% pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Todos os valores são em Euros, salvo referência em contrário.

NOTAS SOBRE A ACTIVIDADE DA DOCAPESCA

O regime legal da Primeira Venda de Pescado, fresco e refrigerado, foi actualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro.

Os proveitos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro) e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo, Portarias n.º 251/2008, de 4 de Abril e n.º 495/2008, de 23 de Junho (Área de negócios – Lotas).
- Actividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os proveitos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de tarifas percentuais sobre o valor do pescado transaccionado, cabendo o seu pagamento aos armadores/pescadores e aos compradores.

A actividade corrente da Docapesca depende directamente da quantidade e da qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada pela actividade dos Armadores e, por via indirecta, às condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), procede ao seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e aos compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efectua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito a três dias úteis com base na Portaria n.º 9/89.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos Armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos Armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transaccionado em lota são relevados no Balanço em contas de devedores (Compradores) e de credores diversos (Armadores/Pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de proveitos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transaccionado em lota.

No ano de 2008 foram transaccionadas, nas várias lotas da Docapesca, 137.525t de pescado fresco, no valor de 205.553.457 Euros, propriedade dos Armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2007, 124.998t no valor 188.418.497 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das actividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis na conta própria de proveitos diferidos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação aplicável.

Em 12 de Maio de 2008 a Docapesca aplicou o novo Tarifário dos Serviços de Primeira Venda de Pescado em Lota determinado pelo Governo, que aumentou a tarifa paga pelos comerciantes de pescado (de 3% para 5%) e reduziu a tarifa paga pelos armadores da pesca do arrasto (5% para 4%), o que deu origem a um acréscimo líquido de receitas.

Aplicação das Taxas de Movimentação de Pescado

A aplicação das taxas de movimentação de pescado, previstas nos tarifários do IPTM (Norte, Centro e Sul) e da Administração do Porto de Aveiro foi, desde sempre, contestada pela Docapesca, porque delas são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca.

Até ao final do exercício de 2003, a Docapesca procedeu à constituição de uma provisão, pelo montante das taxas aplicadas ao valor do pescado transaccionado nas lotas implantadas em terrenos sob jurisdição das entidades já mencionadas, admitindo a probabilidade de ser improcedente a reclamação apresentada.

Em Novembro de 2002, o Instituto Portuário do Sul (actualmente integrado no IPTM) apresentou a primeira certidão de dívida junto do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa, que foi reclamada pela Docapesca.

No decurso do ano de 2003 decorreram diligências entre a Docapesca e o Governo, apresentadas no respectivo Relatório de Gestão, que justificaram a anulação das provisões entretanto constituídas, ainda neste exercício, e abriram uma nova perspectiva sobre o futuro relacionamento entre a Docapesca e o então criado IPTM (que integrou os Institutos Portuários do Norte, do Centro e do Sul).

A partir de Janeiro de 2004, a Docapesca procedeu mensalmente ao reconhecimento de uma provisão pelo valor correspondente à aplicação da taxa de movimentação de pescado, agora de percentual reduzido, sobre o valor do pescado transaccionado em lota e de que são sujeitos passivos os comerciantes de pescado.

No início do exercício de 2007, a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento da dívida reclamada em 2002. Na sequência dessa execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva e iniciaram um processo de negociação, suportado pela vontade expressa do accionista da Docapesca que, no conjunto dos objectivos de gestão para o exercício de 2007, incluiu explicitamente as diligências “no sentido de ser ultrapassado o contencioso existente com o IPTM relativamente à taxa de movimentação de pescado”.

Contudo, o ano de 2007 terminou sem que fosse possível um acordo definitivo.

No início do exercício de 2008, a situação relatada pela Docapesca correspondia ao reconhecimento de um previsível desembolso por valores calculados para os anos de 2004 a 2007, aplicável aos Portos (lotas) sob jurisdição do IPTM.

Relativamente à Administração do Porto de Aveiro, a posição da Docapesca expressava-se pela completa oposição à taxa de movimentação de pescado, sucessivamente inscrita no tarifário da referida Administração, sem que lhe fosse aplicada a redução verificada na taxa equivalente do IPTM. A Docapesca nada relevou nas suas contas durante os exercícios de 2004 a 2007.

Durante os meses de Maio e Junho de 2008, a Docapesca foi sucessivamente citada pelo 6.º Bairro Fiscal de Lisboa para tomar conhecimento dos processos de execução fiscal reclamados pela Administração do Porto de Aveiro (Maio – um processo) e pelo IPTM (Junho – cinco processos). Todos estes processos tiveram por base certidões de dívida que, na sua quase totalidade, se referem ao cômputo que aquelas entidades apuraram a título de taxas de movimentação de pescado, para diferentes prazos compreendidos entre 2000 e 2007.

Embora os processos de execução fiscal tenham sido prontamente reclamados pela Docapesca, mostrou-se necessária a apresentação dos seus bens à penhora, incluindo o próprio estabelecimento.

Perante a actuação das entidades portuárias, ficou sem efeito o progresso alcançado nas negociações já havidas, tendo a Docapesca procedido, por devida cautela, à reposição dos montantes correspondentes às taxas de movimentação de pescado, desde a sua origem (ano de 2000), quer as referentes ao IPTM, quer as referentes à Administração do Porto de Aveiro, afectando em 2008 negativamente os Resultados Transitados em 6,3 milhões de Euros.

Não foram registados em conta corrente os juros reclamados nos processos de execução fiscal dada a posição expressa nas negociações de que os mesmos não seriam cobrados se fosse possível chegar a um entendimento satisfatório para ambas as partes.

A Docapesca desenvolveu, entretanto, os procedimentos legais de oposição às execuções fiscais a que foi sujeita.

Renda do Edifício Vasco da Gama

A Docapesca reconheceu em 2008 como encargo do exercício as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama, em Lisboa (actual sede da empresa), propriedade da Administração do Porto de Lisboa, SA (APL).

Decorrem ainda contactos institucionais entre ambas as empresas, no sentido de acordarem a forma e o prazo de pagamento daquelas taxas.

As referidas taxas reclamadas pela APL ascendem a 1,5 milhões de Euros, tendo sido reconhecido como custo do corrente exercício o montante de 316.276,20 Euros. O montante remanescente, 1,2 milhões de Euros, foi lançado em 2008 directamente a Resultados Transitados.

A proposta da Docapesca, apresentada em 23 de Junho de 2004 à APL, era no sentido da redução do valor a pagar e da redução do valor das obras de recuperação e adaptação em que incorreu. De acordo com a proposta da Docapesca:

➤ Obras realizadas e pagas pela Docapesca	235 mil Euros
➤ Valor da ocupação das instalações, com 90% de bonificação 1.Dezembro.2003 a 31.Dezembro.2008	256 mil Euros

Apura-se o valor de 21 mil Euros a favor da APL.

Porto de Pesca de Pedrouços

Neste porto mantém-se a actividade remanescente desenvolvida pela Docapesca, nomeadamente a cedência de instalações a comerciantes, a armazenagem frigorífica e a produção de gelo.

No segundo semestre de 2008 foi estabelecido um protocolo com a Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montes Champalimaud com o objectivo de permitir a criação de condições para o início da construção do Centro de Investigação Champalimaud, definindo-se uma

Área de Intervenção que obrigou à reinstalação de clientes da Docapesca e à demolição do Edifício dos Comerciantes, integrado na área concessionada do Porto de Pesca de Pedrouços.

No âmbito deste protocolo, a referida Fundação decidiu atribuir uma contribuição financeira, estimada em 367.800 Euros, para ressarcir a Docapesca dos custos associados à reinstalação dos seus clientes. Durante o ano de 2008 foi recebida a primeira tranche de 50% deste montante (183.900 Euros) que está registado em Proveitos Diferidos e já parcialmente utilizado por contrapartida em Proveitos Extraordinários no próprio exercício de 2008.

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 162 de 20 de Outubro de 2003 pretendeu-se desactivar a Delegação de Lisboa; contudo, ainda não está determinado o momento da cessação da actividade do Porto de Pesca de Lisboa, nomeadamente a cedência de instalações a comerciantes, a armazenagem frigorífica e a produção de gelo, pelo que, a verificar-se o encerramento definitivo de todas as instalações e actividades do Porto de Pesca em causa, o impacto negativo nos resultados da empresa poderá cifrar-se em 3.320.930 Euros, por perda de imobilizações não totalmente amortizadas. Haverá ainda uma redução significativa no volume de negócios da Docapesca que, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi na Delegação de Lisboa de 1.772.513 Euros.

Decorrente do encerramento, deve ser tida em conta a dificuldade de cobrança dos serviços entretanto prestados, embora não seja a potencial perda quantificável neste momento (em 31 de Dezembro de 2008, o valor em dívida corrente por serviços prestados em Lisboa era de 754.474,80 Euros).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omissa neste anexo não são aplicáveis à Docapesca ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Docapesca, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem “Despesas de Instalação e Expansão” e “Propriedade Industrial e Outros Direitos”, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são

amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre três e cinco anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 37
Equipamento Básico	1 a 19
Equipamento de Transporte	1 a 5
Ferramentas e Utensílios	1 a 7
Equipamento Administrativo	3 a 13
Taras e Vasilhame	1 e 3
Outras Imobilizações Corpóreas	1 a 12

Pontualmente existem bens cuja taxa de reintegração/amortização foi determinada a partir da fixação da sua vida útil em Janeiro de 2001, com a introdução do sistema SAP R/3.

Como resultado das reavaliações efectuadas (nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram aumentadas em 165.957,94 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

c) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos Financeiros

O Investimento financeiro apresentado nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2008 encontra-se registado ao custo de aquisição e corresponde a um imóvel, adquirido em estado de uso,

ao qual está a ser aplicada a taxa de amortização de 6,67 % (quinze anos de vida útil) e também a 2.541.500 Obrigações do Tesouro.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) Ajustamento de dívidas a receber

Foi registado um ajustamento às dívidas a receber de clientes e outros devedores segundo o critério fiscal.

g) Especialização dos Exercícios

A Docapesca regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

No caso específico das Indemnizações por Cessação de Contratos de Trabalho, até 31 de Dezembro de 2007, o esquema de contabilização dos valores pagos atendeu ao registo como custo, em cada exercício, do valor correspondente à remuneração que seria processada mensalmente até ao esgotamento de cada indemnização por Trabalhador.

Este método foi utilizado em todos os casos, com excepção das Rescisões decorrentes do encerramento da Lota e do Mercado de Segunda Venda da Delegação de Lisboa, caso em que, por haver extinção dos Centros de Custo, a aplicação do método não fazia sentido, tendo sido a totalidade da verba paga contabilizada directamente como custo do exercício.

Em 2008, procedeu-se ao reconhecimento da totalidade dos custos com indemnizações por cessação de contratos de trabalho pagas no próprio ano.

O saldo existente em conta corrente de indemnizações por cessação de contratos de trabalho pagas até 31 de Dezembro de 2007 foi corrigido através do seu reconhecimento em Resultados Transitados.

Decorrendo da deliberação de encerramento da actividade da Delegação de Lisboa (RCM n.º 162 de 20 de Outubro) foi contratualizada a rescisão de todos os seus Trabalhadores, inscrevendo-se em 2003 o correspondente valor das indemnizações devidas aos trabalhadores ainda no activo em conta de Acréscimos de Custos – Rescisões a Pagar. Procedeu-se, no exercício de 2008, à actualização dos montantes devidos por contrato, sendo levados a Resultados Transitados os acréscimos de

custos apurados para a posição no início do exercício de 2008. A actualização correspondente ao exercício de 2008 foi relevada como custo do exercício.

Na sequência do contrato celebrado entre a Repsol e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado em conta de custos diferidos por contrapartida da conta a pagar de fornecedores.

h) Fundo de Pensões

Conforme mencionado na Nota 31, a Docapesca assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma. Para cobrir essa responsabilidade, a Docapesca constituiu um fundo autónomo e uma provisão. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Docapesca segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades, efectuando dotações para o fundo e reforçando a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades.

i) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Docapesca, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de Acréscimos e Diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das Imobilizações Corpóreas subsidiadas.

j) Rédito

Nas Demonstrações dos Resultados estão registados os proveitos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas nas lotas aos armadores e compradores de pescado.

O valor do pescado transaccionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado nas demonstrações financeiras da Docapesca, embora seja a Docapesca a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Para este fluxo financeiro, a Docapesca movimenta contas de terceiros “armadores – marés”, “cauções” e “cativações a armadores” (Nota 49) para efectuar os pagamentos de pescado e a conta de “compradores – guias” (Nota 49) para registar os recebimentos de pescado.

k) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos, para efeitos de reporte contabilístico, e os respectivos montantes, para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporais.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual de recuperação futura.

A Docapesca não registou nas suas demonstrações financeiras os activos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. O efeito desta decisão não está quantificado.

A Docapesca optou por não reconhecer o correspondente activo por imposto diferido, em virtude da convicção de que não existirá capacidade de gerar suficiente matéria colectável no futuro para permitir a utilização dos referidos prejuízos a reportar.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive; e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Docapesca dos anos 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Docapesca entende que as eventuais correcções àquelas declarações de impostos, resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Nos termos do artigo 81.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Docapesca encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008 os prejuízos fiscais reportáveis eram:

Anos	Prejuízo Fiscal	Validade de Utilização
2003	5.666.093,19	2009
2004	1.388.101,17	2010
2005	1.649.532,50	2011
2006	2.245.696,64	2012
2007	776.490,43	2013
2008*	109.713,98	2014

* Estimativa do prejuízo fiscal do exercício de 2008

A empresa está sujeita a Impostos sobre os Lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Em 2008, o Imposto sobre o Rendimento foi calculado de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28 – Impostos Diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca tinha reconhecido no seu balanço um imposto diferido passivo no montante de 17.127,37 Euros, relativo a Reservas de Reavaliação efectuadas ao abrigo dos Decreto-Lei n.º 219/82 e Decreto-Lei n.º 264/92.

A rubrica “Impostos sobre o Rendimento do Exercício” decompõe-se da seguinte forma:

Imposto Diferido	(5.285,08)
Imposto Corrente (tributação autónoma)	37.316,30
Total	32.031,22

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço da Docapesca durante os exercícios de 2008 e 2007 foi de 542 e 572, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

ACTIVO IMOBILIZADO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES/ AJUSTAMENTOS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
Despesas Instalação e Expansão	294.789,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	294.789,81
Despesas Investigação e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	912.511,75	0,00	765,00	0,00	0,00	0,00	913.276,75
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.207.301,56	0,00	765,00	0,00	0,00	0,00	1.208.066,56
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
Edifícios e Outras Construções	54.799.928,45	0,00	3.438.758,66	(8.839,00)	2.799.764,98	(169.605,24)	60.860.007,85
Equipamento Básico	17.439.839,15	0,00	389.336,03	(13.248,15)	46.887,81	(86.708,96)	17.776.105,88
Equipamento Transporte	642.128,26	0,00	41.506,00	0,00	0,00	0,00	683.634,26
Ferramentas e Utensílios	181.818,11	0,00	7.394,60	0,00	2.413,36	(311,52)	191.314,55
Equipamento Administrativo	4.115.462,36	0,00	138.820,99	0,00	0,00	(12.416,99)	4.241.866,36
Taras e Vasilhame	473.756,80	0,00	163.909,55	(8.241,53)	0,00	(124.886,25)	504.538,57
Outras Imobilizações Corpóreas	243.488,24	0,00	9.787,68	0,00	209,07	0,00	253.484,99
Imobilizações em Curso	3.390.707,06	(134.561,62)	902.810,45	0,00	(2.849.275,22)	0,00	1.309.680,67
	81.287.128,43	(134.561,62)	5.092.323,96	(30.328,68)	0,00	(393.928,96)	85.820.633,13
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações do Tesouro	25.366,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.366,92
Investimentos em Imóveis	178.363,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.363,15
	203.730,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.730,07

O ajustamento efectuado na rubrica de Imobilizações em Curso corresponde aos custos iniciais de um conjunto de projectos de investimento de anos anteriores que a Docapesca decidiu não realizar, transferindo o seu valor acumulado directamente para resultados transitados (Nota 40).

Descrição do Investimento	Data de Início	Valor
Projecto de Remodelação de UAEP, Póvoa de Varzim	Agosto 2001	17.526,14
Projecto de Remodelação de UAEP, Olhão	Agosto 2001	16.168,42
Projecto de Remodelação de UAEP, Aveiro	Setembro 2001	23.141,81
Projecto de Remodelação de UAEP, Sines	Setembro 2001	19.296,50
Projecto de Remodelação de UAEP, Matosinhos	Agosto 2001	27.578,37
Projecto de Remodelação de UAEP, Lagos	Agosto 2001	8.166,22
Projecto de Remodelação de UAEP, Portimão	Agosto 2001	14.149,60
Projecto de Remodelação - Edifício da lota da Torreira	Setembro 2006	14,96
Projecto de Remodelação - Edifício da lota da Ericeira	Julho 1998	8.519,60
		134.561,62

Nota: UAEP – Unidades de Acondicionamento e Embalagem de Pescado (Armazéns para Comerciantes).

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor líquido dos bens do activo imobilizado existentes no Porto de Pesca de Pedrouços é de 3.320.930 Euros.

Descrição dos Investimentos em Curso em 31 de Dezembro de 2008

Designação do Investimento	2008
- Investimentos Específicos:	
Projecto Construção Novo Mercado de Revenda de Matosinhos	237.692,20
Projecto Construção Edifício Posto de Vendagem de Vila Nova Milfontes	550.403,33
Projecto Câmara Frigorífica Frescos e Fábrica de Gelo, Vila Nova de Milfontes	59.290,93
Projecto Infra-estruturas de Apoio à descarga da Sardinha, Figueira da Foz	153.934,70
	1.001.321,16
- Investimentos Correntes:	
Projecto Construção Posto de Transformação do Porto de Pesca de Sines	86.968,01
Projecto Aquisição de equipamento para HACCP (Lotas)	37.234,60
Outros Investimentos Correntes em Curso	184.156,90
	308.359,51
Total de Investimentos em Curso	1.309.680,67

a)

- a) Este projecto foi revisto no âmbito do Plano de Investimentos Específicos para 2009, pelo que se admite que o investimento realizado em 2001, 2004 e 2007, e registado nesta rubrica, possa ser imputado a Resultados Transitados no exercício de 2009, pelo valor de 232.314,30 Euros, correspondendo ao montante investido no Estudo Prévio e no seu aditamento.

O montante remanescente de 5.377,90 Euros, correspondente às sondagens geotécnicas, será mantido em imobilizado em curso e o seu reconhecimento em resultados dependerá da conclusão do estudo de revisão do investimento de construção do novo mercado de revenda de Matosinhos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Investimentos Financeiros decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	Quantidade	Valor	
Obrigações do Tesouro OT99/2009/JUL	541.500	5.415,00	
Obrigações do Tesouro OT99/2009/JUL	2.000.000	19.951,92	a)
Imóveis - V. R. Santo António	1	178.363,15	b)
TOTAL	-	203.730,07	

- a) Obrigações referentes a depósito obrigatório destinado a caucionar o disposto no Contrato de Concessão da Construção e Exploração de uma Fábrica de Gelo dividido, no Porto de Pesca de Póvoa de Varzim, e à ordem do ex-Instituto Portuário do Norte, actual IPTM. O valor efectivo destes títulos em 31 de Dezembro de 2008 era de 25.415 Euros, com um rendimento anual, à taxa fixa de 3,95 %, de 1.003,89 (Nota 45).
- b) Investimento constituído por um imóvel situado em Vila Real de Santo António, que esteve parcialmente arrendado à Docapesca e onde funcionaram, no passado, os serviços administrativos da extinta delegação de Vila Real de Santo António e que foi adquirido em 2007. Com a aquisição da totalidade do imóvel, os contratos de arrendamento dos inquilinos das lojas do rés-do-chão passaram para a Docapesca.

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	TRANSFERÊNCIAS	REFORÇO	ALIENAÇÕES	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas Instalação e Expansão	294.789,81	0,00	0,00	0,00	0,00	294.789,81
Despesas Investigação e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Propriedade Industrial e Outros Direitos	884.987,82	0,00	13.372,45	0,00	0,00	898.360,27
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
	1.179.777,63	0,00	13.372,45	0,00	0,00	1.193.150,08
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Edifícios e Outras Construções	36.429.740,72	0,00	2.343.096,25	(1.663,86)	(94.726,81)	38.676.446,30
Equipamento Básico	13.584.933,05	0,00	792.268,70	(12.719,67)	(76.077,04)	14.288.405,04
Equipamento Transporte	501.301,61	0,00	70.266,11	0,00	0,00	571.567,72
Ferramentas e Utensílios	168.431,74	0,00	7.651,23	0,00	(311,52)	175.771,45
Equipamento Administrativo	3.524.122,44	0,00	299.537,99	0,00	(12.396,99)	3.811.263,44
Taras e Vasilhame	304.032,21	0,00	94.792,69	(6.742,27)	(99.995,41)	292.087,22
Outras Imobilizações Corpóreas	218.515,31	0,00	10.863,53	0,00	0,00	229.378,84
	54.731.077,08	0,00	3.618.476,50	(21.125,80)	(283.507,77)	58.044.920,01
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Investimentos em Imóveis	4.570,45	0,00	9.140,88	0,00	0,00	13.711,33
	4.570,45	0,00	9.140,88	0,00	0,00	13.711,33

12. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Docapesca procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação então aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Discriminação dos movimentos efectuados em 2008 nos bens de imobilizado que foram objecto de reavaliação.

Saldo em 31.Dez.2007	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	TOTAL
Valor Aquisição	6.464.935,31	375.571,04	6.840.506,35
Reintegrações Acumuladas	(5.012.073,29)	(375.571,04)	(5.387.644,33)
Total	1.452.862,02	0,00	1.452.862,02
Valor Reavaliação DL 219/82	2.481.723,33	0,00	2.481.723,33
Valor Reavaliação DL 111/88	4.283.547,80	0,00	4.283.547,80
Valor Reavaliação DL 049/91	3.229.443,22	0,00	3.229.443,22
Valor Reavaliação DL 264/92	3.184.731,42	924.974,28	4.109.705,70
Reintegrações Reavaliações Acumuladas (1)	(12.802.776,29)	(924.974,28)	(13.727.750,57)
Total	376.669,48	0,00	376.669,48
Movimentos do Ano - 2008			
Abates			
Valor Aquisição	10.754,00	0,00	10.754,00
Reintegrações Acumuladas	(10.754,00)	0,00	(10.754,00)
Reavaliações	2.365,88	0,00	2.365,88
Reintegrações Acumuladas	(2.365,88)	0,00	(2.365,88)
Total	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.Dez.2008			
Valor Aquisição	6.454.181,31	375.571,04	6.829.752,35
Reintegrações Acumuladas	(5.188.133,92)	(375.571,04)	(5.563.704,96)
Total	1.266.047,39	0,00	1.266.047,39
Valor Reavaliação DL 219/82 *	2.481.723,33	0,00	2.481.723,33
Valor Reavaliação DL 111/88	4.283.547,80	0,00	4.283.547,80
Valor Reavaliação DL 049/91	3.229.443,22	0,00	3.229.443,22
Valor Reavaliação DL 264/92 *	3.182.365,54	924.974,28	4.107.339,82
Reintegrações Reavaliações Acumuladas (2)	(12.966.368,35)	(924.974,28)	(13.891.342,63)
Total	210.711,54	0,00	210.711,54
(1) - Das Quais:			
Relativas ao DL 219/82	2.480.509,54		
Relativas ao DL 264/92	2.961.041,00		
(1) - Das Quais:			
Relativas ao DL 219/82 *	2.481.723,33		
Relativas ao DL 264/92 *	3.010.701,91		

Os valores assinalados com (*) totalizam, em termos líquidos, 171.663,63 Euros, que correspondem à soma, em balanço, das reservas de Reavaliação com os passivos por Impostos Diferidos.

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca estão implantadas em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra, assim como Protocolos de Exploração com ex-Juntas Autónomas de Portos (actual IPTM) e outras Instituições Públicas. O montante de immobilizações implantadas em propriedade alheia, em 31 de Dezembro de 2008, era de 53.804.171,16 Euros.

Em 31 de Dezembro encontravam-se penhorados (Nota 30) os seguintes bens:

- O Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;
- O Imobilizado Corpóreo composto por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas específicas;
- Os equipamentos de produção de frio e movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa e da Fábrica de Gelo de Lisboa;
- A Fábrica de Gelo de Aveiro.

BENS IMOBILIZADOS IMPLANTADOS EM TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO

Entidades	Delegações/Postos	Valor Aquisição	Reintegrações Acumuladas	Valor Líquido
IPTM		9.887.755,42	4.465.244,72	5.422.510,70
	Viana do Castelo	257.156,55	157.288,79	99.867,76
	Esposende	9.630,79	2.247,19	7.383,60
	Póvoa Varzim	290.166,65	162.904,45	127.262,20
	Figueira Foz	2.745.998,08	788.759,62	1.957.238,46
	Nazaré	822.459,31	217.942,63	604.516,68
	Peniche	1.290.778,16	923.973,70	366.804,46
	Ericeira	40.706,69	34.951,78	5.754,91
	Sagres	707.450,17	231.634,66	475.815,51
	Lagos	745.415,80	462.336,87	283.078,93
	Portimão	585.634,22	422.051,52	163.582,70
	Olhão	585.176,01	289.706,05	295.469,96
	Quarteira	120.219,14	95.803,76	24.415,38
	Fuzeta	77.705,03	69.015,57	8.689,46
	Santa Luzia	80.436,91	36.750,77	43.686,14
	Tavira	136.321,33	117.163,95	19.157,38
	V. R. Santo António	1.392.500,58	452.713,41	939.787,17
APDL	Matosinhos	16.983.497,37	10.582.141,01	6.401.356,36
APA	Aveiro	2.641.467,80	1.252.001,67	1.389.466,13
APL		17.478.340,95	14.751.404,34	2.726.936,61
	Lisboa	17.476.392,24	14.750.524,84	2.725.867,40
	Trafaria	1.948,71	879,50	1.069,21
APSS		5.087.291,85	2.338.175,00	2.749.116,85
	Sesimbra	3.668.795,60	1.496.216,16	2.172.579,44
	Setúbal	1.418.496,25	841.958,84	576.537,41
APS	Sines	1.725.817,77	371.289,14	1.354.528,63
Total		53.804.171,16	33.760.255,88	20.043.915,28

Nota: Os bens considerados no presente quadro são:

- Edifícios
- Grandes Beneficiações Correntes em Edifícios
- Grandes Beneficiações Estruturais em Edifícios
- Instalações Frigoríficas Ligeiras
- Vedações Metálicas
- Muros
- Obras de Pavimentação
- Instalações Eléctricas e Telefónicas
- Pontes Cais e Molhes
- Outras Instalações Específicas
- Obras Estruturais em Edifícios Alheios
- Obras Correntes em Edifícios Alheios

As imobilizações corpóreas em poder de terceiros, a 31 de Dezembro de 2008, eram as seguintes:

Equipamentos de Comunicação (PDA c/ Telemóvel) - Em poder de Colaboradores da Docapesca	3.465,62
Equipamentos de Elevação: Aparelho Descarga Sardinha em poder da Empresa Cinta, Lda. Guindaste p/ Descarga Sardinha em poder da Embarcação «Segredos do Mar»	10.474,75
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores) - Em Poder de Colaboradores da Docapesca	4.095,22
Molde para fabrico de caixas plástico - Em poder da Fabrica Plásticos Titan, Lda.	60.105,15

15. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca tem os seguintes bens em regime de locação financeira:

Designação	Valor Contabilístico	Amortização	Valor Líquido
Veículo Automóvel VW Polo GP Van 1.4 TDI – Matrícula 13-DX-70	11.404,96	3.243,52	8.161,44

Conforme indicado na Nota 3 c), a Docapesca regista os seus bens pelo método financeiro.

Plano Financeiro de Amortização

	Valores
Valor Contabilístico	11.404,96
(5) Agosto a Dezembro de 2007	(915,54) (1)
(12) Janeiro a Dezembro de 2008	(2.327,98)
(12) Janeiro a Dezembro de 2009	(2.508,13)
(12) Janeiro a Dezembro de 2010	(2.729,86)
(6) Janeiro a Junho 2011	(1.454,02)
Valor Residual	(1.454,02)

- (1) O valor da amortização está subavaliado em 2,38 Euros, que se encontram acrescidos ao montante da amortização de 2008.

Designação	Valor Contabilístico	Amortização	Valor Líquido
Veículo Automóvel VW Polo 1.4 TDI – Matrícula 14-FE-17	20.753,00	4.004,07	16.748,93
Veículo Automóvel VW Polo 1.4 TDI – Matrícula 14-FE-18	20.753,00	4.004,07	16.748,93

Plano Financeiro de Amortização

	Valores 14-FE-17	Valores 14-FE-18
Valor Contabilístico	20.753,00	20.753,00
(11) Fevereiro a Dezembro de 2008	(4.004,07)	(4.004,07)
(12) Janeiro a Dezembro de 2009	(4.469,14)	(4.469,14)
(12) Janeiro a Dezembro de 2010	(4.702,44)	(4.702,44)
(12) Janeiro a Dezembro de 2011	(4.947,95)	(4.947,95)
(1) Janeiro de 2012	(423,80)	(423,80)
Valor Residual	(2.075,30)	(2.075,30)

21. AJUSTAMENTOS DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Clientes de Cobrança Duvidosa	3.910.965,60	927.075,68	(122.585,64)	4.715.455,64
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	2.376.486,03	188.583,48	(31.409,00)	2.533.660,51
Dívidas de Terceiros	6.287.451,63	1.115.659,16	(153.994,64)	7.249.116,15

Em “Outros Devedores” estão registados ajustamentos relacionados com dívidas por aquisição de pescado em lota e com adiantamentos concedidos aos armadores sobre vendas futuras em lota.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2008 existiam dívidas de cobrança duvidosa no montante de 7.983.668,01 Euros para as quais haviam sido registados ajustamentos de dívidas a receber no montante de 7.249.116,15 Euros.

No exercício anterior as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 6.554.169,19 Euros.

	Saldo Inicial	Reforço	Recuperação	Saldo Final
Clientes Cobrança Duvidosa	4.173.707,46	1.320.613,13	(129.244,63)	5.365.075,96
Outros Devedores Cobrança Duvidosa	2.380.461,73	269.539,32	(31.409,00)	2.618.592,05
Total	6.554.169,19	1.590.152,45	(160.653,63)	7.983.668,01

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

	2008	2007
- Adiantamentos Pessoais	4.313,35	9.199,38
- Adiantamentos para Rescisões	10.000,00	10.000,00
- Seguros de Saúde de Familiares	826,62	572,62
- Seguros de Vida	-	(4.343,29)
- Outros	6.029,16	1.376,99
Total dos Adiantamentos ao Pessoal	21.169,13	16.805,70

30. DIVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul (Nota 53, ponto 2) tem processo em execução fiscal parcialmente garantido pela penhora dos equipamentos de produção de frio e movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa e pela Fábrica de Gelo de Lisboa, aos quais foi atribuído, pela Direcção Geral de Impostos, o valor de 2.000.000,00 Euros e também a Fábrica de Gelo de Aveiro, à qual foi atribuído o valor de 156.652,96 Euros. A restante dívida reclamada está coberta por duas garantias bancárias (Nota 32).

QUADRO RESUMO DOS BENS PENHORADOS

	Valor de Aquisição	Valor Atribuído à Penhora
Câmara Frigorífica do Mercado de 2. ^a Venda de Pedrouços	75.015,86	2.000.000,00
Central de Água Doce de Pedrouços	386.627,87	
Equipamentos de Movimentação e Outros	637.594,85	
Fábrica de Gelo de Pedrouços	1.459.296,53	
Câmaras Frigoríficas e Antecâmara de Refrigeração de Pedrouços	995.969,17	
Fábrica de Gelo de Aveiro	1.084.438,96	156.652,96

Em 13 de Outubro de 2008, foram penhorados:

- ➔ O Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;
- ➔ O Imobilizado Corpóreo composto por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas específicas, conforme listagem, a que foi atribuído o valor global presumível de 20.658.463 Euros.

Esta penhora resulta de cinco mandatos de penhora extraídos dos correspondentes processos executivos, a correr termos no 6.º Bairro Fiscal de Lisboa, em que figura como exequente o IPTM e como executado a Docapesca. As dívidas referenciadas nestes processos correspondem às taxas de movimentação de pescado (Nota 53, ponto 3).

Encontram-se penhorados os créditos referentes a rendas e/ou rendimentos periódicos a oito clientes da Docapesca para pagamento da dívida reclamada pela Administração do Porto de Aveiro através de execução fiscal, a correr os seus termos no 6.º Bairro Fiscal de Lisboa (Nota 53, ponto 4). As dívidas referenciadas neste processo correspondem às taxas de movimentação de pescado.

Até 31 de Dezembro de 2008, o valor pago através destas penhoras foi de 10.054,22 Euros.

31. COMPROMISSOS RELATIVOS A PENSÕES

A Empresa tem um plano de benefícios definidos, com pagamento de prestações pecuniárias para os seguintes benefícios:

- ➔ Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- ➔ Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- ➔ Subsídio por morte;
- ➔ Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de Fundos de Pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria empresa.

BREVE DESCRIÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS:

1. BENEFÍCIOS DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

1.1. PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: Todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de Junho de 2001.

Idade normal de reforma: Sessenta e cinco anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: Catorze vezes ao ano.

Salário pensionável líquido: Último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de Taxa Social Única (TSU) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$\begin{aligned} PD &= BxSPL - PSS \\ \text{Max PD} &= SPB - PSS \end{aligned}$$

Em que:

PD	=	pensão de reforma mensal Docapesca
SPL	=	salário pensionável líquido
PSS	=	pensão mensal a cargo da Segurança Social
SPB	=	salário pensionável bruto
B	=	% benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Tabela I

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100.0%
>=25 e <30	90.0%
>=20 e <25	80.0%
<20	75.0%

Actualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente¹, tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no activo. Com esta actualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

FUNDO DE PENSÕES DA DOCAPESCA

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o actual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: Último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$PSS = 2.2\% \times N \times 60 \times \frac{S_5}{100} \text{ em que } 30\% \leq PSS \leq 80\%$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
 SPL = salário pensionável líquido
 S₅ = soma dos 5 melhores salários anuais dos últimos 10 anos

sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: Treze vezes ao ano.

¹ Aplica-se apenas às pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero.

1.2. PRÉMIO DE REFORMA

Os Trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
$N < 20$	1 X salário mensal	-----
$20 < N < 25$	2 x salário mensal	1 X salário mensal
$25 < N < 30$	3 X salário mensal	1 X salário mensal
$30 < N < 35$	6 X salário mensal	2 X salário mensal
$35 < N$	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: Sessenta e cinco anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: Último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

1.3. SUBSÍDIO POR MORTE

Em caso de morte do Trabalhador no activo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no activo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

1. Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
2. Pessoa que viva com o Trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do Art. 2020.º do Código Civil;
3. Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: Último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: Último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

1.4. PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Em caso de morte do Trabalhador no activo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

1. Filhos menores
2. Filhos até atingirem os vinte anos de idade²

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: Doze vezes ao ano.

Actualização das pensões: De acordo com a revisão anual da tabela salarial.

1.5. ALTERAÇÃO AO PLANO DE PENSÕES

- **Responsabilidades com serviços passados dos benefícios definidos:**

	2008	2007
A suportar pelo Fundo de Pensões	1.817.000	2.014.392
A cargo da empresa	6.047.196	6.235.021
	7.864.196	8.249.413

² Desde que seja comprovada a manutenção do direito ao abono de família.

- **Nível de financiamento das responsabilidades afectas ao Fundo de Pensões:**

	2008	2007
Responsabilidades com Serviços Passados	1.817.000	2.014.392
Valor do Fundo de Pensões	1.802.102	2.138.810
(Deficit) / Excesso de financiamento	(14.898)	124.418

Em 31 de Dezembro de 2008, o deficit de financiamento está relevado no passivo da empresa.

- **Valor reconhecido na Demonstração de Resultados como custo corrente**

	2008	2007
Custo dos serviços correntes	43.541	48.318
Custo dos Juros	396.706	436.735
Retorno dos Activos	60.365	(63.696)
Perdas / (Ganhos) actuariais	(12.971)	(319.171)
	487.641	102.186
Valor reconhecido na Demonstração de Resultados como Proveito Extraordinário	-	(193.000)
Custo / (Proveito) Total	487.641	(90.814)

- **Movimentos efectuados na Conta de Provisões para benefícios de reforma**

	2008	2007
- Início do ano	6.235.021	6.859.639
- Custos do exercício pelos benefícios a cargo da empresa	348.325	380.666
- Pagamentos a beneficiários	(536.150)	(501.081)
- Saldo das alterações ao Plano realizadas em 2007 (DL n.º 187/2007)	-	(504.202)
- Final do ano	6.047.196	6.235.021

– Movimentos efectuados nas contas do Fundo de Pensões

Activos	2008	2007
- Início do ano	2.138.810	2.366.020
- Pagamentos e Custos	(276.343)	(290.906)
- Retorno real dos activos	(60.365)	63.696
- Contribuições para o Fundo	-	-
- Final do ano	1.802.102	2.138.810

Passivos	2008	2007
- Início do ano	2.014.392	2.208.880
- Custos do exercício pelos benefícios a cargo do Fundo	78.951	104.387
- Pagamentos e custos	(276.343)	(290.906)
- Saldo das alterações ao Plano realizadas em 2007 (DL n.º 187/2007)	-	(7.969)
- Final do ano	1.817.000	2.014.392
(Deficit) / Excesso de Financiamento	(14.898)	124.418

Principais pressupostos actuariais reportados ao final do exercício	2008	2007
- Taxa de rendimento do Fundo	5 %	5 %
- Taxa de crescimento salarial	3 %	3 %
- Taxa de crescimento das Pensões	2 %	2 %
- Taxa de retorno real dos activos do Fundo	- 2,53 %	3,29 %

A tabela de mortalidade utilizada no estudo actuarial de 31 de Dezembro de 2008 foi a TV 73/77.

A entidade que procedeu à avaliação actuarial de fim do exercício de 2008 apresentou, a pedido da Docapesca, a avaliação do impacto decorrente da aplicação da tabela de mortalidade francesa TV 88/90 nas responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência a cargo da empresa e do Fundo de Pensões da Docapesca, que ascende a 767 milhares de Euros.

Valores em milhares de Euros

	Aplicação da tabela		Impacto nas Responsabilidades
	TV 73/77	TV 88/90	
Fundo de Pensões	1.817	2.056	239
Docapesca	6.047	6.575	528
Total			767

Tendo por base o cálculo mínimo de financiamento exigido pelo ISP, de acordo com a norma n.º 21/96, de 5 de Dezembro, com referência a 31.12.2008, a Docapesca deve efectuar uma contribuição para o Fundo de, pelo menos, 43.941 Euros para garantir o nível mínimo de financiamento exigido.

A Docapesca efectuou a referida contribuição durante o mês de Fevereiro de 2009.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	591.279,43	(a)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Shell	⇒	100.000,00	(c)
Direcção Geral das Alfândegas	⇒	99.759,58	(d)
EDP – Serviço Universal	⇒	312.798,65	(e)
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	⇒	195.120,68	(f)
Restantes Garantias Prestadas	⇒	39.663,45	
Total		2.829.221,79	

a) Foi prestada em 27.06.2002 uma garantia bancária ao 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no valor global de 591.279,43 Euros relativa a uma Liquidação Adicional de IVA, a qual foi reclamada pela Docapesca. O perdão de juros provocou a redução do montante da provisão criada para 354.273,41 Euros (Nota 53, ponto 1).

b) Foram prestadas duas Garantias Bancárias ao 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no montante de 745.300,00 Euros cada, totalizando 1.490.600,00 Euros e foram penhorados bens diversos (equipamento frigorífico, ferramentas diversas, instalações diversas, empilhadores diversos e outros equipamentos de Lisboa e Equipamentos da Fábrica de Gelo em Aveiro), no montante de 2.156.652,96 Euros, (Notas 30 e 53, ponto 2).

O valor global destas garantias destinou-se a suspender a execução fiscal de uma dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, relativa ao pagamento de 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado, de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2000 a 2002.

- c) Duas garantias bancárias de 50.000 Euros destinadas a garantir o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos Portos de Pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca.
- d) Garantia prestada à Direcção Geral das Alfândegas para caucionar as operações desenvolvidas no entreposto aduaneiro do Entreposto Frigorífico de Pedrouços.
- e) Garantias bancárias prestadas à EDP para caucionar encargos com o fornecimento de energia a diversas instalações da empresa.
- f) Quatro garantias prestadas à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura destinadas a caucionar o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
291 - Provisões para Pensões	6.235.021,44	348.325,00	(536.150,08)	6.047.196,36	(a)
298 - Outras Provisões	2.366.271,99	7.009.378,52	(78.591,48)	9.297.059,03	
Taxa de Movimentação de Pescado IPTM	1.935.495,23	5.832.601,87	-	7.768.097,10	(b)
Taxa de Movimentação de Pescado APA	-	1.174.688,52	-	1.174.688,52	(c)
Liquidação Adicional - IVA	354.273,41	-	-	354.273,41	(d)
Taxa de Venda de Gelo	76.491,23	-	(76.491,23)	-	(e)
Custos Adicionais em Compras	12,12	2.088,13	(2.100,25)	-	

- (a) Provisões relativas às responsabilidades com complementos de reforma, calculadas com base nos dados do estudo actuarial reportado ao final do exercício (Nota 31).

(b) Provisões para pagamento ao IPTM:

- de 0,55% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2004 a 2008.
- de 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2003, líquidos de pagamentos efectuados em 2000 e 2001.

Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 Maio de 2008) nas seguintes Lotas:

- Viana do Castelo
- Póvoa de Varzim
- Vila do Conde
- Figueira da Foz
- Nazaré
- Peniche
- Ericeira
- Sagres
- Lagos
- Portimão
- Olhão
- Tavira
- Vila Real de Santo António

A provisão agora reforçada, referente ao período de 2000 a 2003, havia sido anulada no exercício de 2003 pelo Conselho de Administração da Docapesca com os fundamentos oportunamente explanados.

Contudo, as reclamações apresentadas em sucessivos processos de execução fiscal pelo IPTM, no decurso do exercício de 2008 (Nota 53, ponto 3), motivaram o reconhecimento, de novo, da referida provisão, agora efectuada por contrapartida directa de Resultados Transitados (Nota 40).

- (c) Provisões para pagamento à Administração do Porto de Aveiro de 1,5 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2008.

Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 Maio de 2008) na Lota de Aveiro.

Também esta provisão havia sido anulada em 2003 e foi agora reposta na sequência da reclamação em processo de execução fiscal, ocorrido durante o exercício de 2008 (Nota 53, ponto 4).

Os valores correspondentes ao período de 2000 a 2007 foram levados a Resultados Transitados (Nota 40) e o valor apurado para 2008 foi levado a custo do exercício.

- (d) Provisão para os eventuais encargos associados a um processo judicial em curso, relativo a uma liquidação adicional de IVA, que foi reclamada pela Docapesca (Nota 53, ponto 1).
- (e) Provisão para a provável cobrança da taxa de 5% sobre a receita bruta anual da Fábrica de Gelo de Aveiro, no período de Junho de 1999 a Dezembro de 2007. Esta taxa está estipulada no contrato de concessão que a Docapesca aceitou e foi efectivamente processada e paga em 2008, procedendo-se à correspondente utilização da provisão constituída.

Os aumentos na rubrica de Provisões foram registados pelos seguintes valores:

	Demonstração de Resultados	Balanço (Nota 40)
	Provisão do exercício	Resultados Transitados
298 – Outras Provisões		
Taxa de Movimentação de Pescado IPTM	543.024,17	5.289.577,75
Taxa de Movimentação de Pescado APA	169.303,14	1.005.385,33
	712.327,31	6.294.963,08

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 acções no valor nominal de 5,00 Euros, cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

O capital social é detido a 100% pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

39. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Em 2008 registaram-se as seguintes variações nas contas de Reservas de Reavaliação:

Reservas de Reavaliação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
DL n.º 219/82	1.213,79	-	1.213,79	-
DL n.º 219/82 - Impostos Diferidos	(133,51)	133,51	-	-
DL n.º 264/92	228.255,37	-	56.591,74	171.663,63
DL n.º 264/92 - Impostos Diferidos	(25.108,10)	7.980,73	-	(17.127,37)
Soma	204.227,55	8.114,24	57.805,53	154.536,26

Dando cumprimento à Directriz Contabilística n.º 16 – Reavaliação de Activos de Imobilizado Tangíveis, foram transferidos da conta de Reservas de Reavaliação para a Conta de Resultados Transitados os valores correspondentes à realização das referidas reservas no corrente exercício.

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de Capital Próprio durante o exercício de 2008 foi como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	8.528.400,00	-	-	8.528.400,00
Reservas Reavaliação	204.227,55	8.114,24	(57.805,53)	154.536,26
Reserva Legal	100.620,52	-	-	100.620,52
Reserva Doações	5.736,18	-	-	5.736,18
Resultados Transitados	(6.426.697,68)	58.346,65	(9.361.096,61)	(15.729.447,64)
Resultados Líquidos	(928.611,06)	928.611,06	(1.380.849,67)	(1.380.849,67)
Total	1.483.675,51	995.071,95	(10.799.751,81)	(8.321.004,35)

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 29 de Abril de 2008, foi decidido que a aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2007 fosse a seguinte:

- ♦ *Que o resultado, no montante negativo de 928.611,06 Euros, fosse levado à conta de Resultados Transitados.*

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação:

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Resultados Transitados:

	Aumentos	Diminuição
Resultados do Exercício anterior		(928.611,06)
Reservas de Reavaliação	1.225,93	(121,38)
Reservas de Reavaliação	57.120,74	(5.704,82)
Correcções efectuadas em 2008		
• Indemnizações liquidadas em exercícios anteriores (Nota 3g)		(291.370,00)
• Correcção das Indemnizações da Delegação de Lisboa (Nota 3g)		(403.380,15)
• Reembolso de Comissões de Cobrança (1)		(95.935,22)
• Regularização de Projectos em Curso (Nota 10)		(126.027,06)
• Regularização de Projectos em Curso (Nota 10)		(8.534,56)
• Renda do Edifício Vasco da Gama, APL, Dez/2003 a 2007 (Nota 3)		(1.198.931,04)
• Taxa de resíduos sólidos associada à renda do Edifício Vasco da Gama, APL, Dez/2003 a 2007		(7.518,24)
• Taxa de movimentação de Pescado IPN, IPS e APA 2000 (Nota 34)		(959.414,89)
• Taxa de movimentação de Pescado IPN, IPC, IPS e APA 2001 (Nota 34)		(1.634.462,06)
• Taxa de movimentação de Pescado IPN, IPC, IPS e APA 2002 (Nota 34)		(1.598.147,93)
• Taxa de movimentação de Pescado IPN, IPC, IPS e APA 2003 (Nota 34)		(1.610.906,82)
• Taxa de movimentação de Pescado APA 2004 (Nota 34)		(154.692,34)
• Taxa de movimentação de Pescado APA 2005 (Nota 34)		(111.449,79)
• Taxa de movimentação de Pescado APA 2006 (Nota 34)		(98.702,15)
• Taxa de movimentação de Pescado APA 2007 (Nota 34)		(127.187,10)
	58.346,67	(9.361.096,61)

(1) Em 2008 procedeu-se à regularização do diferendo que opunha a Docapesca à Mútua dos Pescadores.

No âmbito desta regularização a Docapesca reconheceu a diferença entre os valores cativados em lota aos Armadores, no período de 2001 a 2007, e entregues à Mútua dos Pescadores, e os correspondentes prémios liquidados com essas verbas.

Tendo a Docapesca procedido a retenções por valores superiores aos prémios e cobrado a respectiva comissão de cobrança à Mútua dos Pescadores, procedeu-se, em 2008, ao reembolso das Comissões de Cobrança sobre os valores em excesso (devolvidos aos Armadores pela Mútua dos Pescadores), no montante de 95.935,22 Euros.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias		Matérias Sub. Consumo	
	2008	2007	2008	2007
Existências Iniciais	501.988,80	424.842,56	118.033,63	129.494,67
Compras	3.135.381,00	2.564.312,00	193.944,19	135.844,45
Regularizações (+)	-	9.656,60	-	1.500,00
(-)	9.871,06	29.582,55	680,94	109,99
Existências Finais	485.141,43	501.988,80	143.449,30	118.033,63
Custos no Exercício	3.142.357,31	2.467.239,81	167.847,58	148.695,50

42. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Movimentos	Produtos Acabados	
	2008	2007
- Existências finais	2.157,32	1.901,13
- Existências iniciais	1.901,13	8.539,70
- Diminuição no exercício	-	6.638,57
- Aumento no exercício	256,19	-

Em 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca tinha, em silos, 121.100 kg de gelo produzido.

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As Remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais nos exercícios de 2008 e 2007 foram respectivamente:

	2008	2007
Remunerações do Conselho de Administração		
- Remuneração mensal	112.289,21	112.057,44
- Subsídio de Férias	37.413,95	23.225,33
- Subsídio de Natal	10.205,76	10.187,10
- Despesas de Representação	38.980,45	38.904,72
Encargos com Remunerações	19.134,55	18.072,47
Caixa Geral de Aposentações	4.274,89	2.364,46
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.664,87	1.507,78
Seguro de Acidentes Pessoais	1.211,92	767,59
Senhas de Presença dos membros da Mesa da Assembleia Geral	1.069,61	1.069,61
Revisão Legal de Contas	13.620,00	13.620,00

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS

ACTIVIDADES	MERCADO INTERNO	
	2008	2007
Vendas:	5.219.165,83	4.485.418,78
- Venda de Gelo	1.629.612,29	1.651.234,84
- Venda de Combustíveis	2.384.787,17	1.771.423,04
- Venda de Aprestos de Pesca	762.936,93	678.886,22
- Venda de Lubrificantes	169.589,69	165.755,68
- Venda de Baterias	76.210,43	68.749,92
- Venda de Comandos	153.712,26	83.794,88
- Venda de Embalagens	42.317,06	61.512,32
- Pescado	-	4.061,88
Prestações de Serviços:	23.506.556,26	20.467.739,32
- Serviço de 1. ^a Venda Pescado (Nota 3j)	16.926.464,19	13.771.076,08
- Serviços dos Portos de Pesca	4.189.207,29	4.125.474,92
- Serviços dos Entrepostos Frigoríficos	1.960.183,45	1.985.572,49
- Serviços de Obs. de Pesca – NAFO	234.631,60	277.614,00
- Outros	196.069,73	308.001,83

A Docapesca não efectua vendas, nem presta serviços para o mercado externo.

As vendas não incluem o valor do pescado transaccionado em lota. Em Prestações de Serviços da Primeira Venda de Pescado estão registados os valores das taxas de Primeira Venda de Pescado cobradas pela Docapesca sobre o referido valor do pescado transaccionado em lota.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	Exercício	
	2008	2007
681 - Juros Suportados		
- Empréstimos Bancários	254.023,34	269.831,49
- Juros de Mora	34.264,90	1.679,07
- Juros c/c	745,63	429,91
- Outros Juros	2.372,52	363,93
	291.406,39	272.304,40
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis (Nota 3d)	9.140,88	4.570,45
688 - Outros Custos/Perdas Financeiras	89.471,48	85.640,11
- Garantias Bancárias	32.972,77	31.679,61
- Serviços Bancários	2.603,45	14.860,02
- Comissões Bancárias	16.883,64	19.557,60
- Comissões - Cheques	25.658,10	8.384,36
- Comissões - Linhas de Crédito	7.024,92	7.058,89
- Outros	4.328,60	4.099,63
Total	390.018,75	362.514,96
Resultados Financeiros	- 196.389,28	40.686,18
	193.629,47	403.201,14
Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2008	2007
781 - Juros Obtidos		
- Depósitos Bancários	5.433,31	5.838,95
- Obrigações (Nota 10)	1.003,89	1.003,89
- Outros Juros		
Industriais Conserveiros (1)	-	130.883,98
Organizações de Produtores	-	37.466,58
Adiantamentos a Armadores	37.245,35	74.857,75
Juros de Mora (2)	135.283,43	142.631,26
Outros	52,40	-
	179.018,78	392.682,41
783 - Rendimentos de Imóveis	9.260,04	4.630,02
786 - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	5.345,80	5.879,07
788 - Outros Proveitos/Ganhos Financeiros	5,25	9,64
Total	193.629,47	403.201,14

(1) – No âmbito do apoio à aquisição de sardinha em Lota pelos Industriais Conserveiros.

(2) – Do valor debitado, 374,16 Euros foram registados em Proveitos Diferidos.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	Exercício	
	2008	2007
691 - Donativos	10.280,00	4.690,20
692 - Dívidas Incobráveis	-	83,89
693 - Perdas em Existências	23.924,25	11.156,60
694 - Perdas em Imobilizações	116.907,51	114.983,49
695 - Multas e Penalidades	4.228,14	1.905,80
697 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	376.673,59	5.808,68
698 - Outros Custos/Perdas Extraordinários	15.738,12	2.928,24
Total	547.751,61	141.556,90
Resultados Extraordinários	1.719.364,17	1.791.130,05
	2.267.115,78	1.932.686,95
Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2008	2007
793 - Ganhos em Existências	12.602,48	11.734,56
794 - Ganhos em Imobilizações	52.030,75	73.302,09
795 - Benefícios e Penalidades Contratuais	2.445,06	-
796 - Reduções de Provisões (Nota 34)	76.491,23	-
797 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	688.843,09	178.709,45
798 - Outros Proveitos/Ganhos Extraordinários	1.434.703,17	1.668.940,85
Subsídios para Investimentos (Nota 52)	1.417.773,78	1.437.158,69
Fundo de Pensões ⁽¹⁾	-	193.000,00
Reembolsos de Custos Extraordinários	14.166,42	36.588,58
Outros	2.762,97	2.193,58
Total	2.267.115,78	1.932.686,95
	2.267.115,78	1.932.686,95

(1) – Por aplicação do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio.

Decomposição das Contas de Correções Relativas a Exercícios Anteriores

	Exercício	
	2008	2007
Em Custos e Perdas Extraordinárias (Conta 697)	376.673,59	5.808,68
Relativos a Fornecimentos e Serviços Externos	4.568,68	5.075,06
Relativos a Perdas Operacionais	40,32	0,00
Relativos a Regularização de Contas Correntes	1.205,76	733,62
Relativos a Anulação de Facturação	271,68	0,00
Relativos a Correções de Valores Facturados	4.297,38	0,00
Relativos a Pagamento Especial por Conta	83.996,40	0,00
Relativos a Crédito de Comissões de Cobrança	34.393,98	0,00
Relativos a Taxa de Venda de Gelo (Aveiro)	73.629,54	0,00
Relativos a Subsídios para Investimentos (Nota 52)	174.269,85	0,00
	Exercício	
	2008	2007
Em Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 797)	688.843,09	178.709,45
Relativos a Correções a Exercícios Anteriores	1.249,91	728,75
Relativos a Regularização de Contas Correntes	750,17	7.918,85
Relativos a Reembolso de Despesas Judiciais	1.355,37	368,34
Relativos à Associação Europeia de Org. Produtores	13.608,50	0,00
Relativos a Subsídios para Investimentos (Nota 52)	671.879,14	167.974,90
Relativos a Regularização de Custos com o Pessoal	0,00	1.718,61

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Decomposição da Conta "Estado e Outros Entes Públicos"	Exercício	
	2008	2007
Saldos Devedores	193.898,43	226.894,45
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	193.898,43	226.894,45
Retenções na Fonte	2.154,43	1.802,07
Pagamento Especial por Conta (1)	191.744,00	225.092,38
Saldos Credores	1.608.016,52	1.845.056,89
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	111.889,96	97.210,87
Singulares (Retenções na Fonte)	74.573,66	77.723,75
Colectivas (Imposto Estimado)	37.316,30	19.487,12
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.286.351,31	1.527.508,83
Contribuições para a Segurança Social	209.755,25	220.289,89
Imposto de Selo	20,00	47,30

(1) Tendo em conta a previsível evolução do lucro tributável nos próximos exercícios, este valor poderá não ser recuperável (Nota 6).

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

	2008	2007
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	16.873.730,10	18.461.699,79
Clientes c/c	2.256.333,11	3.858.002,91
Clientes de Cobrança Duvidosa	5.365.075,96	4.173.707,46
Fornecedores c/ Adiantamentos	5.621,41	7.137,67
Estado e Outros Entes Públicos	193.898,43	226.894,45
Outros Devedores	<u>9.052.801,19</u>	<u>10.195.957,30</u>
Compradores – Guias (Nota 3 j)	5.758.032,28	7.081.932,67
Devedores Duvidosos (a)	2.618.592,05	2.380.461,73
Adiantamentos sobre Vendas em Lota	147.734,44	245.068,79
IFADAP + DGT (FEDER) (b)	118.700,16	115.051,74
Devedores Diversos	360.985,07	324.612,05
Pessoal	21.468,77	21.190,49
Outros	27.288,42	27.639,83
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	19.362.446,15	17.673.825,69
Dívidas a Instituições de Crédito	7.596.911,86	4.922.466,22
Fornecedores c/c	3.389.981,20	1.594.452,80
Fornecedores - Facturas em Recepção	205.909,71	63.980,36
Fornecedores de Imobilizado c/c	836.689,48	1.409.225,04
Estado e outros Entes Públicos	1.608.016,52	1.845.056,89
Outros Credores	<u>5.724.937,38</u>	<u>7.838.644,38</u>
Cativações a Armadores (Nota 3 j)	3.112.323,76	4.280.257,94
Cauções (Nota 3 j)	1.025.790,75	1.118.884,45
Armadores – Marés (Nota 3 j)	872.204,55	1.185.651,06
Incentivos DGPA	-	335.033,10
Reserva Pessoal	465.556,52	683.637,53
Credores Diversos	238.783,32	177.419,12
Utilização de Comandos	-	4.766,04
Outros	10.278,48	52.995,14

(a) Dívidas por aquisições de pescado em lota e por adiantamentos concedidos aos armadores sobre vendas futuras em lota, que foram reconhecidas como duvidosas.

(b) Registo em conta corrente de subsídios ao investimento ainda não recebidos, mas já contratados, e referentes à comparticipação de bens de investimento que se encontram em utilização.

As dívidas de Clientes c/c e de Compradores de Pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de cauções em numerário.

	2008	2007
- Garantias bancárias	14.080.086,59	14.526.276,46
- Cauções em numerário	812.423,97	776.589,36

Existem também garantias prestadas por fornecedores destinadas a dar cobertura a adiantamentos por adjudicações e à execução das obras efectuadas, assim distribuídas:

	2008	2007
Garantias Bancárias	2.146.222,59	2.009.612,76
Garantias prestadas por Soc. Garantia Mútua	63.580,12	63.580,12
Seguros de Caução	63.026,19	39.861,39
Depósitos Bancários p/ Retenção Garantias	2.029,59	9.225,09
Retenções para Reforço de Garantia	134.963,62	249.027,58

50. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Os proveitos suplementares registados no exercício são essencialmente relacionados com a revenda de energia eléctrica, água potável e salgada e serviços de abastecimento de combustíveis.

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Decomposição das Contas de Acréscimos e Diferimentos	Exercício	
	2008	2007
Acréscimos de Proveitos	15.183,65	145.064,11
Juros a receber	-	61,65
Outros Acréscimos de Proveitos	768,00	12,01
Excesso de Financiamento do Fundo de Pensões	-	124.418,00
Serviços	14.415,65	20.572,45
Custos Diferidos	377.948,58	424.774,98
Indemnizações por Cessação de Contratos de Trabalho (Nota 3g)	-	291.370,00
Conservação Plurienal	5.797,46	10.689,48
Seafood 2008	-	5.000,00
Seguros Diversos	79.790,70	85.253,59
Seguro de Acidentes de Trabalho	-	25.487,81
Diversos Custos Diferidos	6.643,34	2.905,35
Manutenção de Licenças (Software)	2.083,56	4.068,75
Combustíveis (Nota 3g)	229.444,64	-
Renda Edifício Vasco da Gama	54.188,88	-
Acréscimos de Custos	2.262.866,48	1.771.229,04
Seguros a Liquidar	1.532,59	3.567,70
Seguro de Acidentes de Trabalho	1.444,40	-
Férias a Liquidar	1.140.010,70	1.213.676,28
Férias a Liquidar - Encargos Patronais	269.289,40	284.673,99
Trabalho Suplementar	7.447,67	4.970,80
Trabalho Suplementar - Encargos	1.768,81	1.180,56
Rescisões de Contratos de Trabalho a Pagar	584.459,93	147.915,00
Juros a Liquidar	12.382,81	9.273,29
Electricidade	27.666,12	44.765,81
Água	31.757,58	25.881,49
Comunicações	8.595,26	8.191,46
Concessões	43.002,99	-
Imposto Municipal sobre Imóveis	9.862,62	9.143,00
Diversos Acréscimos de Custos	59.716,23	16.450,52
Transporte de Pescado	833,37	1.539,14
Benefícios de Reforma a Liquidar	14.898,00	-
Apoio Jurídico	48.198,00	-
Proveitos Diferidos	11.219.352,99	12.554.542,40
Subsídios para Investimentos (Nota 52)	11.218.978,83	12.554.542,40
Débito Juros a Receber	374,16	-
Passivos por Impostos Diferidos	17.127,37	25.241,61
Imposto Diferido - Reservas de Reavaliação (Nota 6)	17.127,37	25.241,61

52. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento recebidos no âmbito de candidaturas cujos projectos de investimento, à data do balanço, ainda não se encontram totalmente reintegrados, estão registados na rubrica de Acréscimos e Diferimentos (Nota 51).

O saldo evidenciado no balanço na rubrica de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2008, é de 11.218.978,83 Euros. O montante considerado em resultados extraordinários do exercício decorrente desta situação foi de 1.417.773,78 Euros (Nota 46).

No exercício de 2008, procedeu-se a uma revisão dos valores contidos nas contas de proveitos diferidos que acumulam os diversos subsídios já recebidos e pendentes de processamento, por se encontrarem ainda em curso os respectivos bens de imobilizado subsidiados.

Numa primeira fase, foram identificados os subsídios referentes a projectos anteriores ao exercício de 2000 que já haviam sido lançados nas respectivas rubricas de imobilizado e sujeitos a reconhecimento em proveitos extraordinários proporcionalmente às taxas de depreciação utilizadas. Para o conjunto de setenta e um projectos registados nas contas da Docapesca co-financiados ao abrigo dos QCA I e QCA II, foi apurado um valor remanescente de 95.273,28 Euros, entre o acumulado dos subsídios recebidos desde 1986 e os montantes sucessivamente incorporados no módulo de imobilizado. Este montante foi reconhecido em Custos extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores (Nota 46).

Em relação aos cinquenta e cinco projectos incluídos no QCA III, procedeu-se ao apuramento dos valores afectos a cada um e ao reconhecimento das verbas já recebidas.

Apuraram-se os subsídios referentes a vinte e cinco projectos, que foram recebidos ao longo dos últimos anos e até ao mês de Janeiro de 2009, e procedeu-se ao seu reconhecimento nos casos em que o investimento foi transferido para Imobilizado Corpóreo, calculando a parte correspondente ao subsídio dos bens já com amortizações em curso (e levados directamente a proveitos extraordinários de exercícios anteriores pela parte proporcional) e a parte correspondente à vida útil restante (adicionados como subvenção ao imobilizado e sujeitos ao apuramento da parte proporcional a registar em proveitos extraordinários do exercício – subsídios ao investimento).

Para além dos projectos acima mencionados, apuraram-se também os valores dos subsídios relativos aos projectos financiados através do PIDDAC, caucionados por garantias bancárias (Nota 32, alínea f), e o subsídio atribuído pela Fundação Champalimaud.

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	DELEGAÇÃO	Valor do Subsídio	Proveitos exercícios anteriores
Construção de Armazéns de Aprestos	Sesimbra	14.942,54	3.293,80
Construção de Posto de Vendagem	Costa da Caparica	112,10	112,10
Constr. Arm. Comerciantes – Arranjos Ext.	Sagres	19.943,46	5.063,01
Melhoria da Captação de Água Salgada	Figueira da Foz	3.976,33	1.318,94
Modernização do Entrepasto Frigorífico	Peniche	51.370,01	18.845,82
Remodelação do Entrepasto Frigorífico	Matosinhos	130.639,25	51.073,26
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Península Setúbal	85.386,46	51.517,14
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Baixo Mondego	79.116,83	43.752,43
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Grande Lisboa	17.888,65	12.093,40
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Grande Porto	334.043,37	228.182,33
Reapetrechamento das Pontes Cais	Matosinhos	66.320,89	25.305,36
Construção de Armazéns de Aprestos	Sines	76.349,44	13.997,40
Modernização Unid. Acond. e Bem. Pescado	Nazaré	62.929,19	-
Modernização Unid. Acond. e Bem. Pescado	Peniche	74.372,51	-
Identific. e Etiquet. Produtos da Pesca	Aveiro e F. Foz	20.777,75	14.838,29
Identific. e Etiquet. Produtos da Pesca	Viana, Póvoa e Mat.	27.034,78	27.034,78
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Baixo Vouga	40.221,39	13.868,00
Equip. Descarga e Transporte de Pescado	Algarve	8.064,85	3.876,61
Sistema de Lavagem de Caixas de Pescado	Olhão	8.026,01	3.670,46
Sistema de Lavagem de Caixas de Pescado	Sines	4.724,13	3.175,54
Equip. Descarga e Transporte de Pescado	Sines	3.495,25	1.530,75
Melh. Adapt. e Modern. Infra-estrut. e Equip.	Minho – Lima	32.656,75	20.024,56
Melhoria de Infra-estruturas e Equipamentos	Viana do Castelo	4.506,26	312,39
Melhoria de Infra-estruturas e Equipamentos	Aveiro	52.923,00	27.075,43
Melhoria de Infra-estruturas e Equipamentos	Mira	15.300,16	-
PIDDAC 2004		55.699,60	34.808,28
PIDDAC 2005		117.540,39	58.978,04
PIDDAC 2006 geral		11.786,92	1.655,46
PIDDAC 2006 Zambujeira e Azenha		58.668,57	-
Fundação Champalimaud		183.900,00	6.475,54
Arredondamento		0,02	0,02
Total		1.662.716,86	671.879,14

Foi lançado em Proveitos extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores o montante de 671.879,14 Euros (Nota 46).

No exercício de 2008, foi processada a devolução de 194.740,50 Euros que corresponde a uma parte do subsídio recebido para co-financiamento do projecto – Modernização do Entrepasto Frigorífico de Peniche. Decorrente desta devolução, foi apurado o valor de 77.896,20 Euros de subsídio já reconhecido como proveito, que, pelo mesmo valor, foi lançado em 2008 a “Custos Extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores” (Nota 46).

Foram também lançadas em 2008 na conta de “Custos Extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores” três regularizações diversas no montante de 1.100,37 Euros.

53. PROCESSOS EM EXECUÇÃO FISCAL

1. LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efectuada pela Direcção Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros (Nota 32), destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (Nota 34) na sequência do perdão de juros comunicado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final relativamente ao valor da própria dívida.

2. INSTITUTO PORTUÁRIO DO SUL

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

A Docapesca deduziu oposição (Recurso n.º 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efectuado pela Direcção Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros (Nota 32) tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor definido, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro (Nota 30).

Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de Janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, que de novo, contestou. Contudo, em 22 de Fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas.

Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objectivo de acordarem numa forma de resolução do processo, tendo o mesmo, sem quaisquer vicissitudes, estado suspenso durante seis meses.

Em Outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa pedido parecer ao Departamento de Justiça Tributária, antes de tomar posição sobre o novo requerimento.

Por Despacho do Chefe de Finanças de 19.11.2007 foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada em 21.11.2007 de tal decisão e também para proceder, em quinze dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros.

De tal Despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Entretanto, foi pedido novo prazo de suspensão e as partes (Docapesca e IPTM) chegaram a acordo, onde fixaram a dívida em 2.543.264,40 Euros com perdão total de juros de mora e pagamento em prestações.

Por despacho do Chefe de Finanças, de 2 de Abril de 2008, foi indeferido o pedido de pagamento em treze prestações semestrais.

O Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa veio confirmar, em 15 de Julho de 2008, o despacho recorrido do Chefe de Finanças.

Em 26 de Setembro de 2008, a Docapesca apresentou no 7.º Bairro Fiscal de Lisboa um pedido de apreciação do acordo de pagamento entre a Docapesca e o IPTM.

3. INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05, 499.557,06, 593.848,17, 119.004,97 e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Bairro Fiscal de Lisboa.

Todos estes processos foram objecto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de Setembro de 2008.

4. ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em 2008, uma dívida no montante de 995.291,28 Euros, acrescida de 11.865,89 Euros relativos a juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 6.º Bairro Fiscal de Lisboa.

Este processo foi objecto de oposição à execução fiscal, em 12 de Junho de 2008, tendo sido a Docapesca notificada para prestar garantias. Entretanto, o estabelecimento Docapesca foi penhorado na sua universalidade, não tendo, no entanto, este processo ficado inicialmente abrangido por esta penhora.

Na sequência, o 6.º Bairro Fiscal de Lisboa procedeu à penhora de créditos de oito clientes (rendas e/ou outros rendimentos periódicos) para pagamento da dívida (Nota 30).

54. SALDO DE CAIXA

Na sequência da acção desenvolvida pela auditoria e do processo de averiguações que lhe sucedeu, admite-se como certo, em 27 de Fevereiro de 2009, que há uma falha de caixa na Tesouraria da Lota de Viana do Castelo, reportada ao dia 5 de Janeiro de 2009, por um valor que se estima em 171.113,36 Euros. Assim, para uma correcta apresentação da posição de caixa em Balanço, em 31 de Dezembro de 2008, haverá que ter em conta que a mesma se deve reduzir em 164.830,15 Euros por acréscimo da conta credora de armadores (4.918,98) e de uma conta de devedores (169.749,13), a explicitar quando for conhecido o resultado das averiguações.

55. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração dos Resultados por Funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- ♦ a rubrica **“Custo das Vendas e das Prestações de Serviços”** inclui a “Variação da Produção” e parte dos saldos das contas “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, “Fornecimentos e Serviços Externos”, “Impostos”, “Custos com o Pessoal”,

“Outros Custos e Perdas Operacionais”, “Amortizações e Ajustamentos do Exercício”, “Provisões do Exercício”, “Custos e Perdas Extraordinárias” e “Proveitos e Ganhos Extraordinários” da Demonstração de Resultados por Naturezas (DRN);

- ◆ a rubrica “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**” inclui os saldos das contas “Proveitos Suplementares” e “Reversões de Amortizações e Ajustamentos” e parte dos saldos das contas “Proveitos e Ganhos Financeiros” e “Proveitos e Ganhos Extraordinários” da DRN;
- ◆ a rubrica “**Custos Administrativos**” inclui parte dos saldos das contas “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, “Fornecimentos e Serviços Externos”, “Impostos”, “Custos com o Pessoal”, “Outros Custos e Perdas Operacionais”, “Amortizações e Ajustamentos do Exercício”, “Provisões do Exercício”, “Custos e Perdas Extraordinárias” e “Proveitos e Ganhos Extraordinários” da DRN;
- ◆ a rubrica “**Outros Custos e Perdas Operacionais**” inclui parte dos saldos das contas “Custos e Perdas Financeiras”, “Custos e Perdas Extraordinárias” e “Amortizações e Ajustamentos do Exercício” da DRN;
- ◆ a rubrica “**Custo Líquido do Financiamento**” inclui parte dos saldos das contas “Custos e Perdas Financeiras” e “Proveitos e Ganhos Financeiros” da DRN.

56. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

Depósitos Bancários e Caixa	2008	2007
Valores em caixa (Nota 54)	231.732,35	162.371,34
Depósitos bancários à ordem	1.022.261,69	1.766.570,30
Depósitos bancários a curto prazo	32.120,33	32.120,33
	1.286.114,37	1.961.061,97

- a) Um depósito a prazo (noventa dias) de 32.120,33 Euros, com renovação sucessiva, correspondente ao montante não utilizado de um subsídio destinado à instalação da rede “Info Reseau” cuja devolução esteve pendente até 2008. O depósito a prazo não será renovado na próxima data de vencimento 05 Março de 2009, tendo em conta que já não é previsível qualquer reembolso.

Decomposição para a Demonstração de Fluxos de Caixa	2008	2007
Depósitos Bancários e Caixa	1.286.114,37	1.961.061,97
Descobertos Bancários	(4.946.911,86)	(2.672.466,22)
Caixa e seus equivalentes no final do período	(3.660.797,49)	(711.404,25)

O valor dos descobertos bancários está incluído no passivo em “Dívidas a Instituições de Crédito”.

Bancos	Limite Crédito	Indexante	31-12-2008	31-12-2008
			Spread	Montante Utilizado
BPI – Descoberto DO	1.500.000	Euribor 1 mês	1,0000%	844.862
Millenium bcp – Descoberto DO	2.000.000	Euribor 3 meses	1,2500%	798.952
Barclays Bank – Descoberto DO	3.500.000	Euribor 1 mês	1,3000%	3.143.183
CGD – Conta Cauçionada	1.000.000	E+uribor 3 meses	0,8750%	600.000
B. POPULAR – Conta Cauçionada	300.000	Euribor 1 mês	1,0000%	300.000
BES – Conta Cauçionada	750.000	Euribor 3 meses	2,0000%	750.000
Millenium bcp – Conta Cauçionada	1.000.000	Euribor 3 meses	1,2500%	-
Millenium bcp – Hot Money	1.000.000	-	0,0000%	-
BPI – Empréstimo a 1 ano	1.000.000	Euribor 1 mês	0,7500%	1.000.000
Total	12.050.000			7.436.997

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa não estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota, mas apenas os respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores, incluídos nas actividades operacionais – Recebimentos de clientes.

O valor do pescado transaccionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 205.553.457 Euros, no exercício de 2008, e de 188.418.497 Euros no exercício de 2007.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa de 2007, os recebimentos e pagamentos de Empréstimos Obtidos foram registados na Actividade de Financiamento pelo seu valor líquido. Os respectivos fluxos foram:

Recebimentos de Empréstimos Obtidos	5.325.000,00
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	5.875.000,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.
PERFORMANCE
DA
DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício de 2008 foi um ano em que as condições climáticas propiciaram a manutenção de um esforço regular da actividade das embarcações de pesca, o que se traduziu num aumento de 10% das quantidades de pescado apresentadas em lota (mais 12,5 mil toneladas). Este acréscimo de quantidade foi acompanhado pela formação de um melhor preço das principais espécies transaccionadas em lota pelas artes de pesca do arrasto e polivalentes, cujos preços médios cresceram 2,0% e 2,2%, respectivamente.

Os proveitos operacionais obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota, porque directamente relacionados com o valor do pescado transaccionado, registaram idêntico aumento, potenciado ainda pela actualização dos próprios valores de algumas das taxas cobradas pela Docapesca, ocorrida a partir de Maio de 2008.

Este cenário, excepcionalmente favorável, não foi suficiente para reduzir o crónico valor negativo dos resultados operacionais da Docapesca porquanto, em simultâneo, se pretendeu efectuar neste ano o reconhecimento de responsabilidades há muito latentes e que se revelam indispensáveis para uma concreta e sustentada reestruturação do negócio da empresa.

Foi no âmbito desta reestruturação que a Docapesca desembolsou mais de 2 milhões de Euros em rescisões de contratos de trabalho, inteiramente reconhecidos como custo do exercício, rompendo assim com a prática de anos anteriores (diferimento dos custos), e registou os custos anuais com a utilização do edifício da sua sede (utilizado desde Dezembro de 2003) com um acréscimo de 315 milhares de Euros em Fornecimentos e Serviços Externos.

Também no âmbito da reestruturação, foi reconhecido um montante de 1,1 milhões de Euros em ajustamentos de dívidas de terceiros, sobretudo de clientes por serviços prestados pela Delegação de Lisboa que remontam ao momento da decisão do Governo de encerramento das suas instalações, parcialmente executada em Novembro de 2003.

As condições descritas foram determinantes para a formação de mais um exercício com prejuízo que, embora mais acentuado que o do ano transacto, foi contido pelo já mencionado aumento generalizado dos proveitos gerados na primeira venda de pescado em lota. Merece referência que o acréscimo dos restantes serviços prestados e das vendas de bens, que é induzido pelo incremento da actividade da primeira venda de pescado em lota, não tem impacto significativo nos resultados da Docapesca. De facto, a empresa pratica apenas as margens essenciais na prestação de serviços e na comercialização de bens, contribuindo assim para o apoio, que se reconhece indispensável, à própria actividade das empresas e entidades envolvidas directamente no sector da pesca em

Portugal, cumprindo assim a sua função de parceiro responsável, ao mesmo tempo que reinveste os capitais que liberta na disponibilização das necessárias e adequadas infra-estruturas em terra, com os requisitos legais, para a promoção da comercialização dos produtos da pesca.

Na vertente estritamente financeira, a actividade da Docapesca, ao longo do ano de 2008, caracterizou-se pela manutenção do equilíbrio entre cobranças aos compradores de pescado e pagamentos aos armadores, redobrando o seu esforço de cobrança ao ritmo do acréscimo dos valores de pescado transaccionados em lota.

O controlo financeiro permitiu a contenção do financiamento médio da sua actividade que assumiu em 2008 o valor de 4,7 milhões de Euros, inferior em 0,7 milhões de Euros relativamente ao do ano transacto (5,4 milhões de Euros). Contudo, o desembolso de 2 milhões de Euros em pagamentos por rescisão de contratos de trabalho e, sobretudo, a ausência da cobertura parcial dos investimentos realizados pelos recebimentos de subsídios já contratualizados agravou o endividamento externo, no final do exercício, em 2,5 milhões de Euros. O recebimento dos subsídios referidos, no decurso do primeiro semestre de 2009, permitirá repor o montante do financiamento nos valores médios da actividade corrente da Docapesca.

Para além do prejuízo evidenciado em 2008, os capitais próprios da Docapesca foram ainda consideravelmente afectados pelo reconhecimento directo a resultados transitados de 8,4 milhões de Euros, onde se destacam os valores passados da renda do edifício da sede e os valores reclamados à Docapesca, através de execuções fiscais pelo IPTM e pela Administração do Porto de Aveiro para execução dos seus tarifários específicos onde consignaram, desde o ano de 2000, receitas a título de taxas de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os comerciantes de pescado agindo na sua qualidade de compradores de pescado em lota.

Com a apresentação das contas finais deste exercício, evidencia-se o esgotamento total do Capital Social da Docapesca, pelo que é necessário proceder de acordo com as opções decorrentes do cumprimento no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Contudo, e ainda que seja expectável uma redução ligeira da actividade da pesca, sempre dependente da incerteza que caracteriza as explorações económicas com uma forte componente relacionada com a natureza, mantém-se positiva a perspectiva económica para os anos futuros. Em apoio desta previsão concorrem os ganhos obtidos na redução da estrutura de recursos humanos e numa melhor eficiência do serviço prestado em lota, a reestruturação do modelo de negócio da empresa e o aumento da eficácia do controlo de gestão nas Delegações dispersas pelo continente português.

Sobrepondo-se decisivamente a toda a reestruturação em curso, abre-se uma nova etapa na vida da Docapesca através da aplicação da denominada Lei da Água, que conduzirá à clarificação definitiva

da relação entre a empresa e as entidades com jurisdição sobre os bens do domínio público marítimo, onde se encontram implantadas a quase totalidade das infra-estruturas necessárias à prossecução do seu objecto social.

Em milhares de Euros

Indicadores Relevantes	2004	2005	2006	2007	2008
1 Pescado Transaccionado em Lota					
Quantidades (t)	121.419	116.410	109.967	124.998	137.525
Valor (Milhares de Euros)	183.636	179.184	167.143	188.418	205.553
2 Produtividade					
Efectivos em 31/12	610	594	582	561	509
Custos com o Pessoal	14.234,7	13.417,9	13.175,1	12.845,2	14.645,5
Valor Acrescentado Bruto	15.635,1	15.324,1	13.291,3	15.122,6	17.090,3
V.A.B. / Custos com o Pessoal	1,10	1,14	1,01	1,18	1,17
3 Resultados Líquidos	(1.845,2)	(1.995,6)	(2.771,1)	(928,6)	(1.380,8)
4 <i>Cash-Flow</i>	2.659,9	3.290,9	1.351,4	3.480,6	3.221,8
5 Investimentos	1.877,5	1.979,3	2.490,9	4.262,2	5.093,1
6 Proveitos Operacionais (a)	26.211,8	27.247,5	25.553,1	26.332,8	29.911,8
7 Prov. Área Comerc./Prov. Operac.					
Totais	0,46	0,49	0,49	0,46	0,42
8 Activo Líquido	45.791,8	42.512,5	41.671,3	42.109,8	39.915,3
9 Passivo Total	23.930,2	23.565,3	26.562,0	28.071,6	37.017,3
10 Capital Próprio (b)	21.861,6	18.947,3	15.109,4	14.038,2	2.898,0
11 Fundo de Maneio	545,7	(687,9)	(2.693,9)	(4.153,9)	(9.701,8)
12 Liquidez Geral	1,04	0,95	0,85	0,79	0,55
13 Cobertura do Imobilizado	0,74	0,68	0,57	0,52	0,11
14 Solvabilidade Total	1,40	1,24	0,84	0,72	0,13

(a) A alteração contabilística determinada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005 de 17 de Fevereiro provoca alterações na quantificação dos Proveitos Operacionais (por incluir agora também a redução/utilização de Provisões – redenominados Ajustamentos), tendo sido as mesmas reflectidas neste quadro para todos os anos.

(b) Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos).

Em milhares de Euros

Balanças (Estrutura Financeira)	2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ACTIVO	45.791,8	100,0%	42.512,5	100,0%	41.671,3	100,0%	42.109,8	100,0%	39.915,3	100,0%
Disponibilidades	2.245,5	4,9%	855,0	2,0%	1.321,3	3,2%	1.961,1	4,7%	1.286,1	3,2%
Dív. de Terc. - Curto Prazo (a)	13.100,6	28,6%	13.208,1	31,1%	13.344,2	32,0%	12.733,4	30,2%	10.007,1	25,1%
Existências	406,6	0,9%	498,8	1,2%	562,9	1,4%	621,9	1,5%	630,7	1,6%
Imobilizado Líquido (b)	30.039,1	65,6%	27.950,7	65,7%	26.443,0	63,5%	26.793,4	63,6%	27.991,3	70,1%
PASSIVO	23.930,2	52,3%	23.565,3	55,4%	26.562,0	63,7%	28.071,6	66,7%	37.000,2	92,7%
Dív. a Terc. - Curto Prazo (c)	15.207,0	33,2%	15.249,7	35,9%	17.922,2	43,0%	19.470,3	46,2%	21.625,7	54,2%
Dív. a Terc. - M.L. Prazo	412,8	0,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	30,2	0,1%
Provisões para Riscos e Encargos	8.310,4	18,1%	8.315,6	19,6%	8.639,8	20,7%	8.601,3	20,4%	15.344,3	38,4%
CAPITAL PRÓPRIO (d)	21.861,6	47,7%	18.947,3	44,6%	15.109,4	36,3%	14.038,2	33,3%	2.915,1	7,3%
Total Capital Próprio + Passivo	45.791,8	100,0%	42.512,5	100,0%	41.671,3	100,0%	42.109,8	100,0%	39.915,3	100,0%
FUNDO DE MANEIO	545,7		(687,9)		(2.693,9)		(4.153,9)		(9.701,8)	
RÁCIOS										
Activo Corrente / Passivo Corrente	1,04		0,95		0,85		0,79		0,55	
Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	0,74		0,68		0,57		0,52		0,11	
Capitais Próprios / Imobilizado Líquido	0,73		0,68		0,57		0,52		0,10	
Capitais Próprios / Capitais Permanentes	0,98		1,00		1,00		1,00		0,99	
Capitais Próprios / Passivo Total	1,40		1,24		0,84		0,72		0,13	

(a) Inclui Custos Diferidos (Despesas Antecipadas) e Acréscimos de Proveitos.

(b) Inclui Custos Diferidos (Conservação Plurienal)

(c) Inclui Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos (Receitas Antecipadas)

(d) Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos)

RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

No quadro de uma política de optimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada foi possível reduzir os efectivos, durante o ano em análise, em cinquenta e dois Trabalhadores (saldo de oito entradas e sessenta saídas). O efectivo total da empresa passou de quinhentos e sessenta e um (561) Trabalhadores em 31/12/2007, para quinhentos e nove (509) Trabalhadores em 31/12/2008.

O saldo acumulado encontra-se distribuído da seguinte forma:

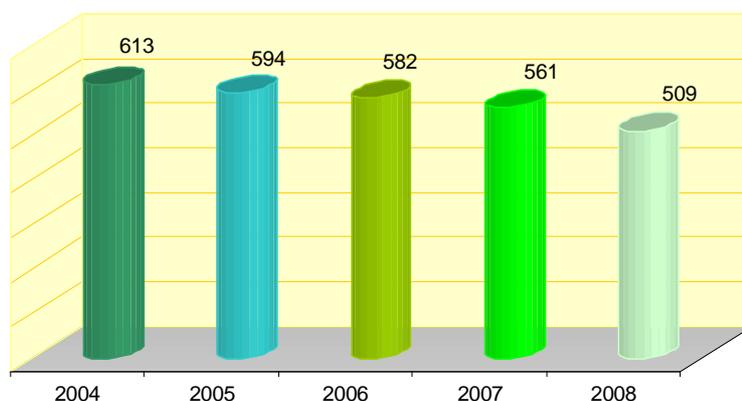
Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2007	2008	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31/Dezembro	561	509	-52	-9%
ENTRADAS:				
Readmissões	0	0	0	--
Admissões (Com Termo)	5	8	3	60%
Admissões (Efectivos)	3	0	-3	-100%
Requisitados	0	0		
Total Entradas	8	8	0	0%
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	3	35	32	1067%
Reformas Velhice	8	13	5	63%
Reformas Invalidez	3	3	0	0%
Rescisões por Iniciativa Própria	5	6	1	20%
Despedimentos Justa Causa	1	0	-1	-100%
Falecimentos	2	1	-1	-50%
Rescisões Contratos a Termo	7	2	-5	-71%
Requisitados	0	0	0	--
Total Saídas	29	60	31	107%

Deu-se, assim, continuidade à política de redução/racionalização de quadros de pessoal, sendo o decréscimo verificado, consequência da adopção de uma rigorosa contenção nas admissões, conjugada com a promoção de saídas naturais (dezasseis reformas) e rescisões de contratos de trabalho por iniciativa própria ou mútuo acordo, sendo esta última, conforme se pode facilmente observar no quadro supra, a grande responsável pela redução do número de Trabalhadores, com um peso a rondar os 60% do total das saídas e, por si só, superior ao número total de saídas observadas no ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2008 o número de Trabalhadores efectivos e contratados totalizava quinhentos e nove (509) Trabalhadores, dos quais dez contratados e quatrocentos e noventa e nove (499) Efectivos, assim distribuídos por Unidade Orgânica.

SECTORES E DELEGAÇÕES	31 DEZEMBRO 2008	
	N.º Trabalhadores Efectivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo
Secretariado do C.A. e Apoio	2	0
Direcção Recursos Humanos	7	0
Direcção Informática	9	0
Direcção Exploração	12	0
Direcção Comercial e Marketing	5	1
Direcção Financeira	9	0
Direcção Infra-estruturas e Manutenção	10	0
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	3	0
Departamento Estatística	4	0
TOTAL SEDE	61	1
Delegação Lisboa	1	0
Vig. Fiscalização	0	0
Serviços Apoio	1	0
Ofic. Manutenção	2	0
Área Administrativa	0	0
Área Exploração	0	0
Entrepasto Frigorífico	8	0
TOTAL DELEGAÇÃO LISBOA	12	0
Viana do Castelo	12	0
Póvoa de Varzim	13	0
Matosinhos	75	1
Aveiro	35	0
Figueira da Foz	32	1
Nazaré	13	0
Peniche	34	0
Cascais	8	0
Sesimbra	37	2
Setúbal	20	3
Sines	16	0
Barlavento Algarvio	59	0
Sotavento Algarvio	70	2
TOTAL DELEGAÇÕES	436	9
SUB.TOTAL	497	10
Requisitados à Docapesca	2	
Requisitados pela Docapesca	0	
Pré-Reforma (Sede)	0	
Pré-Reforma (Delegações)	0	
Licenças sem Vencimento	0	
TOTAL	499	10

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS – 2004/ 2008



Conforme referido, o número de Trabalhadores no final de 2008 reduziu-se em cerca de 9%, quando comparado com o ano anterior, e em cerca de 17%, se se reportar ao ano de 2004.

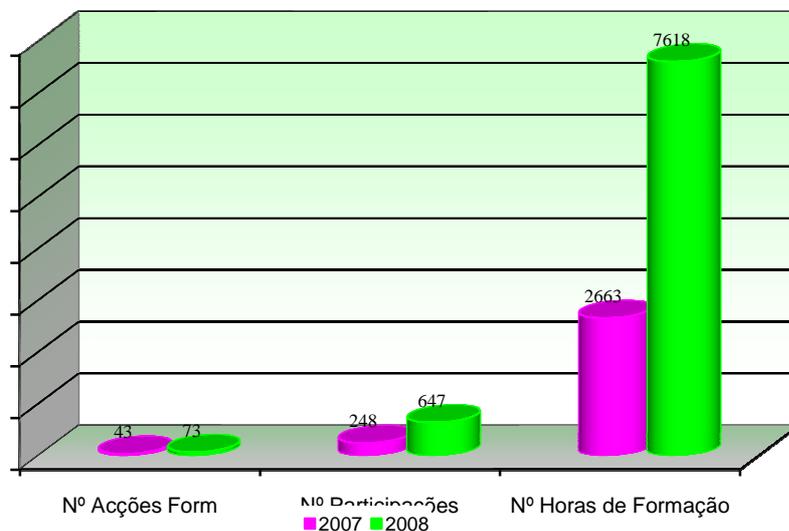
É importante destacar que, para além da gestão rigorosa ao nível da contenção em novas admissões a que temos assistido nos últimos anos, e que tem permitido a redução (em número) mencionada, muitas das novas contratações fizeram-se com base em contratos de trabalho a tempo parcial, representando uma via que a Empresa deve continuar a aproveitar para só manter em actividade os Trabalhadores efectivamente necessários e pelo tempo considerado indispensável, conseguindo, assim, obter, de forma continuada, menores custos com o Pessoal.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, consequentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação, quer para o desempenho do cargo, quer para o desenvolvimento pessoal, é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estágio actual e um estágio desejado. Todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está directamente associado à optimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação, quando bem gerida, se torna um elemento dinamizador.

Neste âmbito, deu-se seguimento à política de valorização dos Recursos Humanos, através de acções de formação, participadas pelos Trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal,

registando-se novamente um significativo acréscimo, quando comparado com anos anteriores, resultante de uma nova opção estratégica, a prosseguir em 2009.

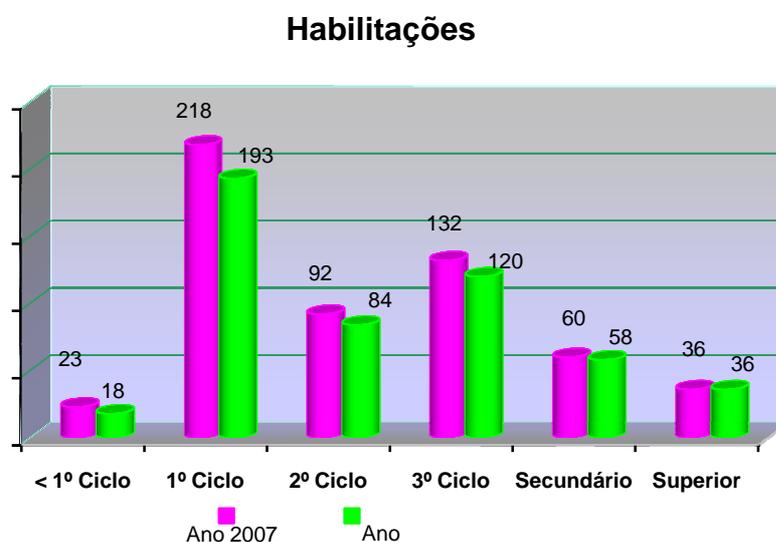


Mantendo a Empresa o maior empenhamento na valorização socioprofissional dos seus Colaboradores, foi ministrado, ao longo do ano de 2008, um conjunto de acções de formação que totalizaram seiscentas e quarenta e sete (647) participações, e um total de 7.618 horas de formação, mais 4.955 horas que as verificadas no ano transacto. A actividade crescente que tem sido desenvolvida neste âmbito é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e de desenvolvimento da organização.

O custo efectivo das acções realizadas ascendeu a 34.668,22 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas acções (alojamento, alimentação e deslocações dos Formandos no valor de 42.074,04 Euros).

Convém no entanto realçar que, a exemplo do sucedido no ano anterior, foram desenvolvidas várias acções de formação, cujo custo de monitorização foi nulo, porque ministradas por Técnicos da própria Empresa.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



No que concerne às habilitações académicas, de acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efectivo da Empresa sofreram alterações pouco significativas.

No entanto, face à redução significativa a que assistimos ao nível do número total de Trabalhadores, as suas habilitações, em termos percentuais, apresentam agora uma ligeira melhoria, quando comparado com o ano anterior. Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo diminuiu, comparativamente a 2007, representando agora cerca de 41,5% do total, contra os 43,0% no ano anterior.

De igual modo, o número de Funcionários com o Ensino Secundário ou Superior representava, no final de 2008, cerca de 18,5% do total de Efectivos, contra os 17,2% do ano transacto, mantendo-se os outros dois níveis, 2.º e 3.º Ciclos, praticamente inalteráveis.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

ANOS	2007		2008		VARIACÃO (2008 / 2007)	
	Total Real		Total Real		Valor	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	199.064,20	213.578,98	14.514,78	7,3%		
Remunerações do Pessoal	9.726.174,31	9.476.689,60	-249.484,71	-2,6%		
Total de Remunerações	9.925.238,51	9.690.268,58	-234.969,93	-2,4%		
Pensões e Prémios para Pensões	102.186,00	487.641,00	385.455,00	377,2%		
Encargos sobre Remunerações	2.109.410,94	2.060.416,84	-48.994,10	-2,3%		
Seguro de Acidentes de Trabalho	73.735,69	78.393,08	4.657,39	6,3%		
Seguro de Acidentes Pessoais	10.439,04	9.587,27	-851,77	-8,2%		
Total de Encargos Obrigatórios	2.295.771,67	2.636.038,19	340.266,52	14,8%		
Complemento Subsídio / Doença	27.014,40	28.854,47	1.840,07	6,8%		
Assistência Médica e Medicamentosa	46.762,81	49.482,25	2.719,44	5,8%		
Complemento Sinistros	1.055,41	532,59	-522,82	-49,5%		
Actividades Desportivas e Culturais	41.852,50	33.528,54	-8.323,96	-19,9%		
Seguro de Saúde	82.760,73	79.556,10	-3.204,63	-3,9%		
Total – Custos Acção Social	199.445,85	191.953,95	-7.491,90	-3,8%		
Fardamentos e Equipamentos	38.907,34	3.357,84	-35.549,50	-91,4%		
Refeições em Serviço	1.145,95	3.092,52	1.946,57	169,9%		
Indemnizações	345.137,00	2.085.584,86	1.740.447,86	504,3%		
Formação Profissional	39.559,75	35.219,35	-4.340,40	-11,0%		
Total – Outros Custos com Pessoal	424.750,04	2.127.254,57	1.702.504,53	400,8%		
Total	12.845.206,07	14.645.515,29	1.800.309,22	14,0%		

Neste quadro, podemos observar que os custos com o Pessoal em 2008, contrariando a tendência dos últimos anos, foram na globalidade 14% superiores aos custos que se verificaram no ano transacto, o que significa mais 1 milhão e oitocentos mil Euros. O desvio efectuado deve-se, em particular, às rubricas “Indemnizações” e “Pensões e Prémios para Pensões”, cujos valores percentuais, comparativamente com o ano anterior, excederam em 504 % e 377%, respectivamente.

Analisando por grupo de contas os valores reais, verifica-se que nas Remunerações o total global em 2008 é inferior ao do ano anterior em cerca de 2,4%, o que significa uma redução de 234.484,71€, isto apesar de as Remunerações dos Órgãos Sociais terem subido 7,3%, devido ao pagamento de férias aos novos Administradores e ao acerto de férias feito aos Administradores cessantes. No que concerne, exclusivamente, às Remunerações do Pessoal verifica-se uma diminuição de cerca de 250.000€, apesar dos aumentos salariais negociados com os sindicatos que no cômputo global representavam um acréscimo nas Remunerações igual ou superior a 2,3%. Para tal muito contribuiu o elevado número de rescisões de contratos de trabalho efectuadas.

Em contrapartida, assistimos a um aumento dos Encargos Obrigatórios de 14,8%, em relação ao ano anterior, por força da rubrica Pensões e Prémios para Pensões que cresceu 377,2%.

De igual modo, no último grande grupo, Outros Custos com o Pessoal – grande responsável pelo desvio desfavorável observado –, o desvio ficou a dever-se, como já se referiu, ao elevado custo com as indemnizações pagas para Rescisões de Contratos de Trabalho por Mútuo Acordo que, convém realçar, excederam as expectativas para este ano.

Finalmente, estamos de novo convictos de que, apesar de as Remunerações com o Pessoal tenderem para uma evolução positiva no futuro, resultante de eventuais aumentos salariais, o valor dos custos com o Pessoal, no seu conjunto, face às rescisões efectuadas, que se espera continue ainda no próximo ano, vai continuar estabilizada ou mesmo diminuir nos próximos anos.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

O ano de 2008 foi mais um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa.

Procedeu-se à revisão do Acordo de Empresa dentro dos parâmetros considerados normais, e definidos pelo Conselho de Administração, para o período da sua vigência, tendo o novo clausulado entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

A taxa de absentismo subiu 0,6% face ao ano anterior, fruto de algumas baixas prolongadas, situando-se nos 5,3%, podendo, mesmo assim, considerar-se dentro dos parâmetros considerados razoáveis, situação que se espera venha a melhorar gradualmente nos próximos anos.

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verifica-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade manifestaram-se dentro de níveis aceitáveis (tal como no ano anterior), tendo-se dado continuidade à realização de um conjunto de acções de formação que visam, por um lado, sensibilizar os Trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho e, por outro, incentivá-los para a adopção de novas atitudes e comportamentos como forma de os eliminar ou minimizar.

Salienta-se, ainda, a colaboração entre a Docapesca e diversas Entidades ligadas ao ensino que, permitiu a realização e acompanhamento de quinze estágios curriculares ao longo do ano de 2008.

ESTATÍSTICA
PESCADO TRANSACCIONADO NAS LOTAS DO CONTINENTE

ANO 2008				ANO 2008			
Del/Lota Principal	kg	euros	€/kg	Del/Lota Principal	kg	euros	€/kg
VIANA DO CASTELO (Deleg)	2.384.283	4.374.446	1,83	SESIMBRA (L. Princ e postos)	16.380.809	28.111.536	1,72
Viana do Castelo	2.059.015	3.210.514	1,56	Sesimbra	15.146.297	22.460.121	1,48
Caminha	51.436	268.414	5,22	Costa da Caparica	647.754	3.027.086	4,67
Esposende	44.481	132.715	2,98	Trafaria	346.908	1.649.203	4,75
V. Praia de Âncora	104.780	293.791	2,80	Fonte da Telha	205.058	854.254	4,17
Castelo de Neiva	98.242	330.089	3,36	Barreiro	5.643	31.027	5,50
Apúlia/Fão	26.330	138.923	5,28	Montijo	6.042	14.685	2,43
				Alcochete	23.107	75.160	3,25
PÓVOA DE VARZIM (Deleg)	2.112.836	3.716.429	1,76	SETÚBAL (L. Princ e postos)	4.325.890	7.435.082	1,72
Povoa de Varzim	2.002.770	3.313.978	1,65	Setúbal	4.219.292	6.923.368	1,64
Vila Chã	15.309	84.474	5,52	Carrasqueira	81.242	424.746	5,23
Vila do Conde	94.756	317.976	3,36	Gâmbia	25.357	86.969	3,43
MATOSINHOS (Deleg)	32.027.573	27.300.416	0,85	SINES (Deleg)	11.244.118	9.763.220	0,87
Matosinhos	31.811.232	26.794.038	0,84	Sines	11.060.743	8.886.968	0,80
Angeiras	68.191	247.791	3,63	V. N. Milfontes	102.097	433.436	4,25
Afurada	67.597	115.328	1,71	Azenha do Mar	52.237	249.795	4,78
Aguda	11.198	73.144	6,53	Zambujeira	27.346	182.896	6,69
Espinho	63.651	56.065	0,88	Almograve	1.696	10.125	5,97
Valbom	5.707	14.050	2,46	LAGOS (L. Princ e postos)	1.534.976	3.932.512	2,56
AVEIRO (Deleg)	11.235.139	14.313.386	1,27	Lagos	1.532.283	3.919.296	2,56
Aveiro	8.717.051	11.940.571	1,37	Arrifana	2.693	13.216	4,91
Vagueira	54.249	80.459	1,48	SAGRES (L. Princ)	786.688	4.895.570	6,22
Torreira	1.281.706	1.471.263	1,15	PORTIMÃO (L. Princ e postos)	7.582.815	10.406.697	1,37
Mira	1.182.133	821.093	0,69	Portimão	7.337.483	9.387.505	1,28
FIGUEIRA DA FOZ (Deleg)	13.266.228	13.099.179	0,99	Albufeira	214.417	874.241	4,08
NAZARÉ (L. Princ)	3.961.501	8.890.840	2,24	Armação de Pêra	17.109	139.965	8,18
PENICHE (L. Princ e posto)	14.508.238	25.824.640	1,78	Benagil	144	2.620	18,26
Peniche	14.416.189	25.652.234	1,78	Olhos de Agua	13.663	2.366	0,17
Foz do Arelho	92.049	172.407	1,87	OLHÃO (L. Princ e postos)	11.011.696	12.265.936	1,11
CASCAIS (L. Princ e postos)	367.362	2.060.070	5,61	Olhao	10.808.202	11.724.735	1,08
Cascais	289.345	1.673.167	5,78	Fuzeta	163.537	451.263	2,76
Ericeira	63.338	328.924	5,19	Faro	39.957	89.938	2,25
V. F. Xira	14.680	57.979	3,95	QUARTEIRA (L. Princ)	1.848.949	6.729.899	3,64
				TAVIRA (L. Princ)	376.388	1.848.597	4,91
				SANTA LUZIA (L. Princ)	915.119	4.187.591	4,58
				V.R.S. ANTÓNIO (L. Princ)	1.654.383	16.397.410	9,91
				TOTAL ANO 2008	137.524.990	205.553.457	1,49

No quadro atrás apresentado figuram todos os movimentos (quantidades, valores e preços médios) registados no ano de 2008, lota a lota, e respectivas “agregações”, como Delegações, Lotas Principais ou, ainda, Lotas Principais e Postos de Vendagem.

O quadro seguinte, simplificado, quando comparado com o anterior e com agregações (Delegações e Lotas Principais com postos de vendagem integrados) ilustra a distribuição do pescado transaccionado por Delegações e Lotas Principais, nos anos 2007 e 2008 e respectiva evolução percentual.

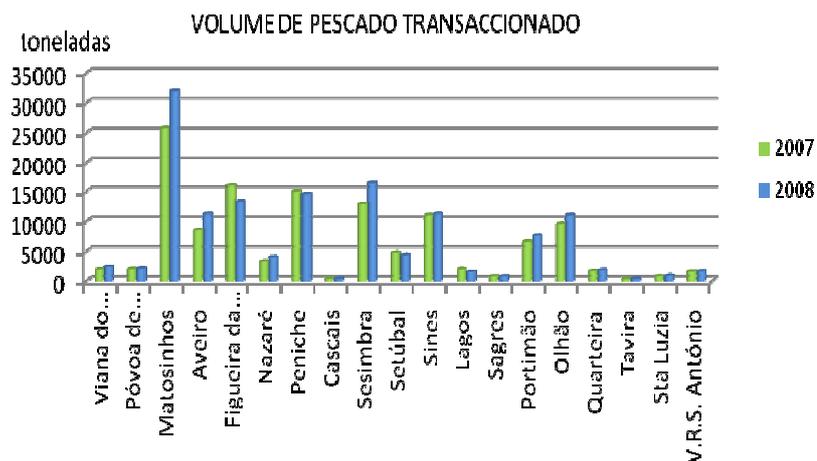
DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR DELEGAÇÕES E LOTAS PRINCIPAIS

Del/Lota Principal	2007			2008			Evolução 2008/2007		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Volume	Valor	Pr.Méd.
Viana do Castelo	1.956.257	4.457.623	2,28	2.384.283	4.374.446	1,83	21,9%	-1,9%	-19,5%
Póvoa de Varzim	2.021.518	3.479.021	1,72	2.112.836	3.716.429	1,76	4,5%	6,8%	2,2%
Matosinhos	25.810.020	22.436.294	0,87	32.027.573	27.300.416	0,85	24,1%	21,7%	-1,9%
Aveiro	8.532.291	11.131.817	1,30	11.235.139	14.313.386	1,27	31,7%	28,6%	-2,4%
Figueira da Foz	16.007.911	13.229.591	0,83	13.266.228	13.099.179	0,99	-17,1%	-1,0%	19,5%
Nazaré	3.295.510	7.008.581	2,13	3.961.501	8.890.840	2,24	20,2%	26,9%	5,5%
Peniche	14.969.456	28.285.646	1,89	14.508.238	25.824.640	1,78	-3,1%	-8,7%	-5,8%
Cascais	402.248	2.033.338	5,05	367.362	2.060.070	5,61	-8,7%	1,3%	10,9%
Sesimbra	12.842.689	25.634.528	2,00	16.380.809	28.111.536	1,72	27,5%	9,7%	-14,0%
Setúbal	4.760.840	8.309.712	1,75	4.325.890	7.435.082	1,72	-9,1%	-10,5%	-1,5%
Sines	11.012.523	9.372.387	0,85	11.244.118	9.763.220	0,87	2,1%	4,2%	2,0%
Lagos	1.991.431	3.524.500	1,77	1.534.976	3.932.512	2,56	-22,9%	11,6%	44,8%
Sagres	795.001	5.026.883	6,32	786.688	4.895.570	6,22	-1,0%	-2,6%	-1,6%
Portimão	6.596.885	8.179.347	1,24	7.582.815	10.406.697	1,37	14,9%	27,2%	10,7%
Olhão	9.570.544	9.474.611	0,99	11.011.696	12.265.936	1,11	15,1%	29,5%	12,5%
Quarteira	1.688.354	6.123.087	3,63	1.848.949	6.729.899	3,64	9,5%	9,9%	0,4%
Tavira	347.468	1.793.995	5,16	376.388	1.848.597	4,91	8,3%	3,0%	-4,9%
Sta. Luzia	804.722	3.183.779	3,96	915.119	4.187.591	4,58	13,7%	31,5%	15,7%
V.R.S. António	1.592.564	15.733.758	9,88	1.654.383	16.397.410	9,91	3,9%	4,2%	0,3%
TOTAL	124.998.232	188.418.497	1,51	137.524.990	205.553.457	1,49	10,0%	9,1%	-0,8%

No ano de 2008 foram transaccionadas, no conjunto das lotas do Continente, 137.525t de pescado (mais 12.527t que no ano de 2007), o preço médio foi de 1,49 €/kg (inferior em 0,02 €/kg ao de 2007) e o valor total das vendas foi de 205.553 mil Euros (mais 17.135 mil Euros, relativamente ao período homólogo do ano anterior). Constata-se assim que embora com acréscimos significativos na quantidade (10%) e no valor das vendas (9%), se verificou uma quebra no preço médio (-0,8%). Esta tendência de baixa de preços verifica-se de há uns anos a esta parte, concretizando, desde o ano de 2005.

Os gráficos abaixo mostram a distribuição das quantidades e valores do pescado transaccionado por Delegações e Lotas Principais, nos anos 2007 e 2008.

QUANTIDADES DE PESCADO TRANSACCIONADO

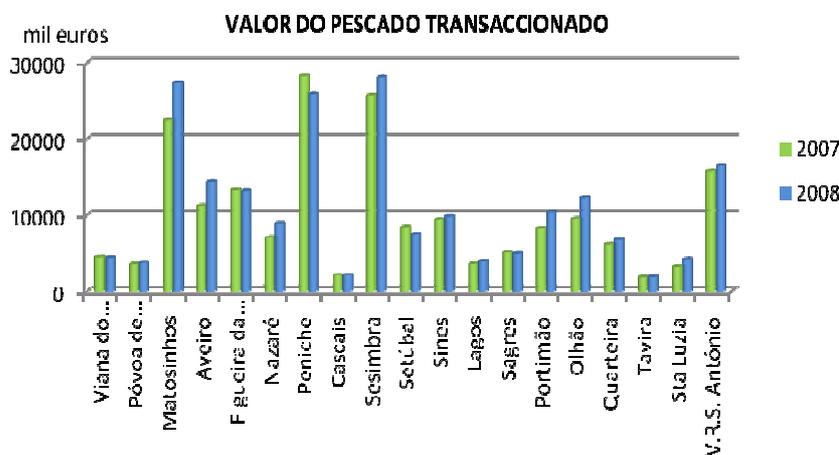


Relativamente às quantidades transaccionadas no ano de 2008 registaram-se, face ao ano anterior, evoluções negativas na Figueira da Foz (menos 2.742t), em Peniche (menos 461t), em Cascais (menos 35t), em Setúbal (menos 435t), em Lagos (menos 456t) e em Sagres (menos 8t).

Como se pode observar no gráfico, nas restantes Delegações e Lotas Principais, as quantidades aumentaram. A salientar, dada a sua importância no total global, as evoluções favoráveis registadas em Matosinhos (mais 6.218t), em Aveiro (mais 2.703t), na Nazaré (mais 666t), em Sesimbra (mais 3.538t), em Portimão (mais 986t) e em Olhão (mais 1.441t).

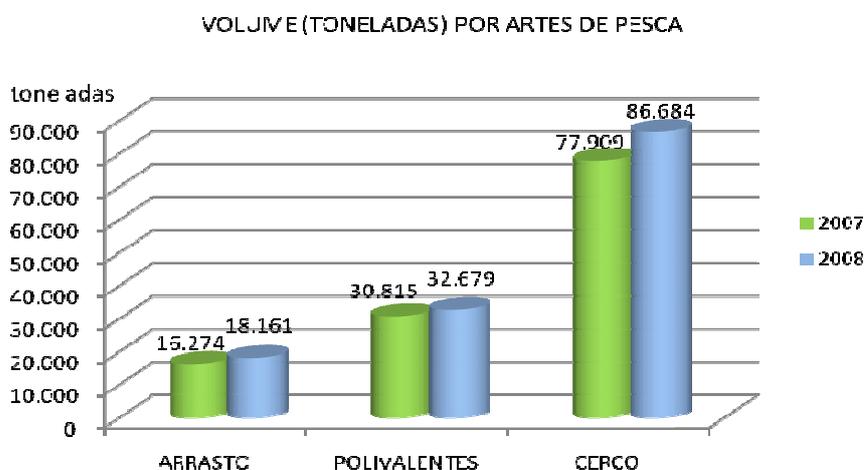
O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos valores do pescado transaccionado por Delegações e Lotas Principais, nos anos 2007 e 2008.

VALORES DO PESCADO TRANSACCIONADO

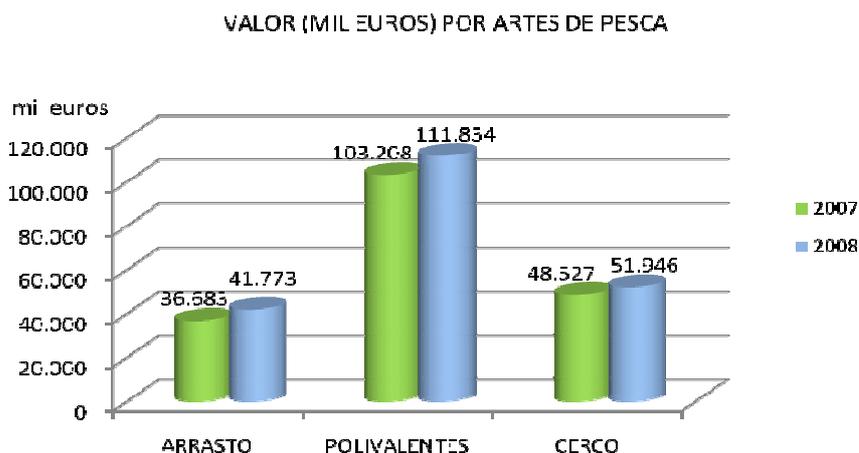


Registaram decréscimos nos valores de vendas em 2008, relativamente a 2007, as seguintes Delegações e Lotas Principais: Viana do Castelo (83 mil Euros), Figueira da Foz (130 mil Euros), Peniche (2.461 mil Euros), Setúbal (875 mil Euros) e Sagres (131 mil Euros). Nas restantes, verificaram-se acréscimos nos respectivos valores. Realçam-se as lotas onde os acréscimos foram muito significativos, nomeadamente, Matosinhos (4.864 mil Euros), Aveiro (3.182 mil Euros), Nazaré (1.882 mil Euros), Sesimbra (2.477 mil Euros), Portimão (2.227 mil Euros), Olhão (2.791 mil Euros) e Santa Luzia (1.004 mil Euros).

QUANTIDADES E VALORES TOTAIS DISTRIBUÍDOS POR ARTES DE PESCA



Em quantidade, o ano de 2008 caracterizou-se por acréscimos, no volume do pescado transaccionado, comparativamente ao ano anterior, em todas as artes. Foi no pescado capturado com arte de cerco que se verificou o maior aumento (mais 8.775t), seguindo-se, quase em *ex aequo*, o acréscimo verificado no pescado capturado com arte de arrasto (1.888t) e o capturado com artes polivalentes (1.864t).



Também no valor se verificaram acréscimos em todas as artes de pesca: arrasto (5.090 mil Euros), polivalentes (8.626 mil Euros) e no cerco (3.419 mil Euros).

Comparativamente a 2007, o preço médio em 2008 para o arrasto foi de 2,30 €/kg (mais 2%), para o pescado capturado com artes polivalentes foi de 3,42 €/kg (mais 2,2%), e para o pescado capturado com arte do cerco foi de 0,60 €/kg (menos 3,8%).

DISTRIBUIÇÃO DE PESCADO POR DELEGAÇÕES E LOTAS PRINCIPAIS E POR ARTES DE PESCA

ARTES DE PESCA – ARRASTO

Del/Lota Principal	ARTE ARRASTO								
	2007			2008			Evolução 2008/2007		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol.	Val.	Pr.Méd.
Viana do Castelo	0	0	0,00	0	0	0,00
Póvoa de Varzim	0	0	0,00	0	0	0,00
Matosinhos	2.037.406	2.280.792	1,12	2.760.791	3.347.822	1,21	35,5%	46,8%	8,3%
Aveiro	1.930.879	3.571.433	1,85	2.539.766	5.001.253	1,97	31,5%	40,0%	6,5%
Figueira da Foz	1.639.650	3.030.076	1,85	1.874.935	3.837.403	2,05	14,3%	26,6%	10,8%
Nazaré	1.240.400	2.093.854	1,69	1.607.492	3.047.984	1,90	29,6%	45,6%	12,3%
Peniche	2.050.705	3.677.697	1,79	2.051.797	3.405.784	1,66	0,1%	-7,4%	-7,4%
Cascais	1.608	3.318	2,06	4.158	17.322	4,17	158,6%	422,1%	101,9%
Sesimbra	1.222.485	1.762.660	1,44	1.432.572	1.925.156	1,34	17,2%	9,2%	-6,8%
Setúbal	634.463	1.212.740	1,91	454.637	787.937	1,73	-28,3%	-35,0%	-9,3%
Sines	1.264.154	984.187	0,78	1.361.377	982.910	0,72	7,7%	-0,1%	-7,3%
Lagos	22.662	55.149	2,43	55.631	140.803	2,53	145,5%	155,3%	4,0%
Sagres	1.070	2.599	2,43	1.485	1.331	0,90	38,8%	-48,8%	-63,1%
Portimão	2.886.355	3.657.416	1,27	2.291.579	3.458.656	1,51	-20,6%	-5,4%	19,1%
Olhão	123.489	499.775	4,05	346.073	1.246.495	3,60	180,2%	149,4%	-11,0%
Quarteira	0	0	0,00	0	0	0,00
Tavira	0	0	0,00	0	0	0,00
Sta Luzia	0	0	0,00	0	0	0,00
V.R.S. António	1.218.372	13.851.730	11,37	1.379.181	14.572.560	10,57	13,2%	5,2%	-7,1%
Total Arrasto	16.273.696	36.683.425	2,25	18.161.475	41.773.416	2,30	11,6%	13,9%	2,0%

No quadro acima pode observar-se que no ano de 2008, na arte do arrasto, Matosinhos, Aveiro Figueira da Foz e Nazaré registaram acréscimos significativos nas quantidades e nos preços médios e, conseqüentemente, no valor das respectivas vendas. Sesimbra, Sines e Vila Real de Santo António aumentaram as quantidades, mas os respectivos preços médios caíram. Em Peniche, o volume ficou inalterado, quando comparado com 2007, mas o preço médio baixou (menos 7,4%) e o valor das vendas também (menos 7,4%).

Em Portimão foi registada a maior quebra em volume (menos 20,6%), no entanto, o preço médio melhorou (mais 19%), pelo que a quebra no valor das vendas foi “amortizada” (menos 5,4%).

Desde 2006 que se tem verificado uma diminuição no número de embarcações a operar com artes de arrasto, devido quer à redução dos seus rendimentos, quer, sobretudo, aos aumentos sucessivos no preço do gasóleo.

Em 2008 inverteu-se essa tendência, isto é, foram noventa e quatro as embarcações (arrastões) que transaccionaram pescado nas lotas, contra noventa em 2007.

Apesar do acima exposto, verificou-se que em algumas Delegações e Lotas Principais, um considerável número de embarcações da pesca do arrasto suspenderam a sua actividade, nomeadamente, quatro em Matosinhos, cinco na Nazaré, oito em Peniche e seis no Barlavento Algarvio.

No quadro seguinte, constam as dez espécies com maior peso percentual, quer em valor, quer em volume, quando ponderadas nos totais apurados para a arte do arrasto.

ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTE – ARRASTO (10 ESPÉCIES COM MAIOR PESO % EM VALOR) – ANO 2008

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	euros	Preço Médio 2008	Preço Médio 2007
Gamba-branca	3,8%	18,9%	695.874	7.886.104	11,33	21,72
Carapau	30,4%	18,7%	5.521.319	7.816.304	1,42	1,32
Polvo-vulgar	6,4%	9,4%	1.159.067	3.912.499	3,38	4,28
Lagostim	1,0%	9,0%	182.452	3.746.023	20,53	21,46
Verdinho	21,3%	6,4%	3.870.499	2.657.938	0,69	0,63
Pescada-branca	4,6%	5,6%	836.857	2.330.671	2,79	3,21
Carabineiro-cardeal	0,4%	4,5%	75.240	1.879.198	24,98	32,86
Lula-vulgar	1,6%	4,1%	290.554	1.724.635	5,94	9,14
Besugo	1,7%	3,2%	305.079	1.318.317	4,32	4,21
Faneca	5,1%	2,8%	930.124	1.157.651	1,24	1,62
TOTAL 10 ESPÉCIES	76,4%	82,4%	13.867.065	34.429.340	2,48	2,46
TOTAL	100,0%	100,0%	18.161.475	41.773.416	2,30	2,25

As dez espécies com maior valor de vendas, no total do pescado classificado e capturado com artes de arrasto, representaram, em 2008, 76,4% e 82,4%, respectivamente, do volume total e do valor total do arrasto. O preço médio foi de 2,48€/kg, contra 2,46€/kg em 2007.

Do conjunto das dez espécies em evidência, constata-se que a maioria esteve significativamente melhor valorizada em 2007, do que em 2008.

ARTES DE PESCA – POLIVALENTES (ARTESANAL)

Del/Lota Principal	ARTES POLIVALENTES								
	2007			2008			Evolução 2008/2007		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol.	Val.	Pr.Méd.
Viana do Castelo	996.305	3.968.163	3,98	1.000.207	3.767.938	3,77	0,4%	-5,0%	-5,4%
Póvoa de Varzim	1.217.840	3.139.630	2,58	1.415.254	3.392.854	2,40	16,2%	8,1%	-7,0%
Matosinhos	2.019.409	6.310.385	3,12	2.193.704	6.955.665	3,17	8,6%	10,2%	1,5%
Aveiro	3.719.041	5.843.079	1,57	4.354.738	7.011.765	1,61	17,1%	20,0%	2,5%
Figueira da Foz	792.836	2.547.877	3,21	1.039.893	3.451.249	3,32	31,2%	35,5%	3,3%
Nazaré	876.060	4.023.653	4,59	1.027.623	4.504.148	4,38	17,3%	11,9%	-4,6%
Peniche	3.498.590	18.178.998	5,20	3.108.258	16.305.434	5,25	-11,2%	-10,3%	1,0%
Cascais	400.639	2.030.021	5,07	360.267	2.039.739	5,66	-10,1%	0,5%	11,7%
Sesimbra	7.010.287	21.179.512	3,02	7.151.776	22.812.829	3,19	2,0%	7,7%	5,6%
Setúbal	1.350.666	4.872.660	3,61	1.340.603	4.516.931	3,37	-0,7%	-7,3%	-6,6%
Sines	733.565	3.182.923	4,34	750.713	3.295.434	4,39	2,3%	3,5%	1,2%
Lagos	895.627	2.476.326	2,76	737.827	2.914.370	3,95	-17,6%	17,7%	42,9%
Sagres	777.949	4.963.223	6,38	762.413	4.842.882	6,35	-2,0%	-2,4%	-0,4%
Portimão	634.227	2.878.213	4,54	1.050.254	4.650.662	4,43	65,6%	61,6%	-2,4%
Olhão	3.618.168	6.758.448	1,87	3.813.055	8.590.367	2,25	5,4%	27,1%	20,6%
Quarteira	920.218	4.495.747	4,89	1.119.949	5.236.235	4,68	21,7%	16,5%	-4,3%
Tavira	304.135	1.602.066	5,27	335.162	1.658.581	4,95	10,2%	3,5%	-6,1%
Sta. Luzia	804.722	3.183.779	3,96	915.119	4.187.591	4,58	13,7%	31,5%	15,7%
V.R.S. António	245.202	1.573.671	6,42	202.582	1.699.708	8,39	-17,4%	8,0%	30,7%
Total Polivalentes	30.815.486	103.208.374	3,35	32.679.396	111.834.384	3,42	6,0%	8,4%	2,2%

No pescado capturado com artes de pesca polivalentes, mais conhecida por pesca artesanal, depois de dois anos consecutivos com uma evolução quase nula nas quantidades, em 2008, o volume cresceu 6% (mais 1.864t) face a 2007.

As Delegações/Lotas Principais onde foram transaccionadas as maiores quantidades do pescado proveniente destas artes foram Sesimbra (7.152t), Aveiro (4.355t), Olhão (3.813t) e Peniche (3.108t).

No que respeita ao valor das vendas, verificou-se uma melhoria de 8.626 mil Euros (mais 8,4%) relativamente a 2007. Esta variação positiva é explicada pelo aumento na valorização do pescado capturado com artes polivalentes, ou seja, o preço médio subiu de 3,35€/kg, em 2007, para 3,42€/kg em 2008.

Como já tem sido referido em anos transactos, pode continuar a afirmar-se que nos últimos anos as condições climáticas têm sido bastante favoráveis à actividade das embarcações que se dedicam à pesca artesanal e que, na sua grande maioria, são embarcações frágeis e de pequenas dimensões.

ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTES POLIVALENTES (10 ESPÉCIES COM MAIOR PESO % EM VALOR) – ANO 2008

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	euros	Preço Médio 2008	Preço Médio 2007
Polvo-vulgar	26,6%	32,9%	8.691.299	36.821.212	4,24	4,22
Peixe-espada-preto	8,8%	7,6%	2.878.650	8.505.905	2,95	2,92
Linguado-legítimo	1,1%	4,1%	347.340	4.601.966	13,25	14,52
Choco-vulgar	3,1%	3,5%	1.003.268	3.866.270	3,85	3,90
Pescada-branca	3,4%	3,4%	1.120.744	3.761.704	3,36	3,63
Robalo-legítimo	0,9%	3,1%	292.835	3.453.868	11,79	10,17
Cherne	0,7%	2,7%	221.745	3.010.593	13,58	11,03
Faneca	4,8%	2,5%	1.562.779	2.783.142	1,78	1,95
Congro	2,7%	2,2%	896.575	2.502.581	2,79	2,64
Carapau	4,0%	2,2%	1.299.878	2.426.273	1,87	1,47
TOTAL 10 ESPÉCIES	56,0%	64,1%	18.315.111	71.733.514	3,92	4,06
TOTAL	100,0%	100,0%	32.679.396	111.834.384	3,42	3,35

As dez espécies com maior valor de vendas nas artes polivalentes representaram 64,1% do valor total e 56% do volume total nesta arte.

Para este grupo de espécies, o preço médio foi de 3,92 €/kg, menos 0,14 €/kg que o preço médio verificado em 2007. No total, formado por todas as espécies classificadas nas artes polivalentes, o preço médio foi 3,42€/kg, 2,2% acima do registado no ano transacto.

Em quantidade, o polvo vulgar, o peixe-espada preto, a faneca e o carapau foram as espécies mais transaccionadas. Os preços médios, relativamente a 2007, aumentaram para as duas primeiras espécies, respectivamente de 4,22 €/kg, em 2007, para 4,24 €/kg, em 2008, e de 2,92 €/kg, em 2007, para 2,95 €/kg, em 2008. Quanto à faneca houve um decréscimo no preço médio de 1,95 €/kg, em 2007, para 1,78 €/kg, em 2008, enquanto o carapau foi vendido em 2008 a 1,87€/kg, contra 1,47€/kg no ano transacto.

No que respeita ao valor, as três primeiras espécies, em 2007, foram o polvo vulgar, o peixe-espada preto e o linguado legítimo.

ARTES DE PESCA – CERCO

Del/Lota Principal	ARTES CERCO								
	2007			2008			Evolução 2008/2007		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol.	Val.	Pr.Méd.
Viana do Castelo	959.952	489.460	0,51	1.384.076	606.509	0,44	44,2%	23,9%	-14,1%
Póvoa de Varzim	803.678	339.391	0,42	697.582	323.576	0,46	-13,2%	-4,7%	9,8%
Matosinhos	21.753.206	13.845.117	0,64	27.073.078	16.996.930	0,63	24,5%	22,8%	-1,4%
Aveiro	2.882.372	1.717.306	0,60	4.340.635	2.300.367	0,53	50,6%	34,0%	-11,0%
Figueira da Foz	13.575.425	7.651.638	0,56	10.351.400	5.810.527	0,56	-23,7%	-24,1%	-0,4%
Nazaré	1.179.051	891.074	0,76	1.326.387	1.338.708	1,01	12,5%	50,2%	33,5%
Peniche	9.420.161	6.428.950	0,68	9.348.184	6.113.422	0,65	-0,8%	-4,9%	-4,2%
Cascais	0	0	0,00	2.937	3.008	1,02
Sesimbra	4.609.917	2.692.357	0,58	7.796.461	3.373.552	0,43	69,1%	25,3%	-25,9%
Setúbal	2.775.712	2.224.311	0,80	2.530.650	2.130.214	0,84	-8,8%	-4,2%	5,0%
Sines	9.014.804	5.205.277	0,58	9.132.027	5.484.876	0,60	1,3%	5,4%	4,0%
Lagos	1.073.143	993.025	0,93	741.519	877.339	1,18	-30,9%	-11,6%	27,9%
Sagres	15.982	61.060	3,82	22.790	51.356	2,25	42,6%	-15,9%	-41,0%
Portimão	3.076.302	1.643.718	0,53	4.240.982	2.297.379	0,54	37,9%	39,8%	1,4%
Olhão	5.828.887	2.216.388	0,38	6.852.568	2.429.073	0,35	17,6%	9,6%	-6,8%
Quarteira	768.136	1.627.340	2,12	729.000	1.493.664	2,05	-5,1%	-8,2%	-3,3%
Tavira	43.333	191.929	4,43	41.226	190.016	4,61	-4,9%	-1,0%	4,1%
Sta. Luzia	0	0	0,00	0	0	0,00
V.R.S. António	128.990	308.358	2,39	72.619	125.142	1,72	-43,7%	-59,4%	-27,9%
Total Cerco	77.909.050	48.526.699	0,62	86.684.120	51.945.657	0,60	11,3%	7,0%	-3,8%

As quantidades transaccionadas pelas embarcações que utilizam a arte de cerco tiveram um acréscimo de 8.775t (mais 11,3%), relativamente a 2007, o que conjugado com uma desvalorização de 3,8% no preço médio, contribuiu para um incremento nas vendas de 7%, 3.419 mil Euros.

As Delegações/Lotas Principais com maior volume de pescado transaccionado nesta arte foram Matosinhos (27.073t), Figueira da Foz (10.351t), Peniche (9.348t), Sines (9.132t) e Sesimbra (7.896t).

No quadro seguinte figuram as dez espécies mais importantes na arte do cerco, quer em volume, quer em valor.

ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTE – CERCO
(10 ESPÉCIES COM MAIOR PESO % EM VALOR) – ANO 2008

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	euros	Preço Médio 2008	Preço Médio 2007
Sardinha	74,1%	79,0%	64.201.585	41.013.728	0,64	0,64
Cavala	21,4%	7,5%	18.564.267	3.901.842	0,21	0,21
Carapau	1,8%	5,1%	1.523.778	2.639.153	1,73	1,15
Biqueirão	0,3%	2,3%	268.897	1.193.114	4,44	3,53
Carapau-negrão	1,4%	1,1%	1.189.630	565.323	0,48	0,30
Besugo	0,1%	0,9%	92.513	461.974	4,99	4,21
Sargo-safia	0,2%	0,7%	144.394	380.907	2,64	2,91
Sarrajão	0,1%	0,5%	112.826	245.925	2,18	1,74
Dourada	0,0%	0,4%	24.031	229.720	9,56	8,82
Corvina-legítima	0,0%	0,3%	28.753	179.659	6,25	7,53
TOTAL 10 ESPÉCIES	99,4%	97,8%	86.150.674	50.811.346	0,59	0,61
TOTAL	100,0%	100,0%	86.684.120	51.945.657	0,60	0,62

O conjunto das dez espécies com maior valor de vendas no cerco representou 99,4% do total das capturas do cerco e 97,8% do valor.

O preço médio das dez espécies com maior valor de vendas na arte do cerco foi de 0,59 €/kg, menos 3,3% relativamente a 2007, que foi de 0,61€/kg.

Em quantidade e em valor, a sardinha, a cavala e o carapau, foram, por ordem decrescente de importância, as espécies mais transaccionadas.

Por fim, e dada a importância, em termos percentuais, da espécie SARDINHA no total do pescado capturado, apresenta-se um quadro que contém dados referentes às quantidades totais, valores totais e preços médios desta espécie, classificada por tamanhos e graus de frescura, nos anos de 2007 e 2008, independentemente da arte utilizada na sua captura.

A quantidade total de sardinha transaccionada, em 2008, foi de 64.615t, com um acréscimo de 13%, relativamente a 2007. O valor, também com um acréscimo de 13% face ao ano transacto, foi de 41.380 mil Euros.

No que se refere ao preço médio da sardinha, não se verificou qualquer alteração, mantendo-se em 0,64€/kg.

		SARDINHA								
		2007			2008			Evolução 2008/2007		
Tamanho	Frescura	kg	euros	Pr.Méd	kg	euros	Pr.Méd	Vol.	Val.	Pr.Méd
0	0	62.972	42.875	0,68	82.427	60.899	0,74	31%	42%	9%
1	E	25.289	34.772	1,37	24.949	43.419	1,74	-1%	25%	27%
1	A	1.707.964	781.639	0,46	478.055	253.055	0,53	-72%	-68%	16%
1	B	340.651	99.959	0,29	36.094	11.392	0,32	-89%	-89%	8%
2	E	1.823.300	1.280.655	0,70	2.508.191	1.828.887	0,73	38%	43%	4%
2	A	42.557.471	26.755.626	0,63	48.057.792	29.643.473	0,62	13%	11%	-2%
2	B	1.328.399	715.883	0,54	921.148	425.548	0,46	-31%	-41%	-14%
3	E	224.222	453.689	2,02	270.200	431.399	1,60	21%	-5%	-21%
3	A	4.286.100	2.097.583	0,49	6.392.625	3.243.021	0,51	49%	55%	4%
3	B	927.713	924.120	1,00	667.383	647.852	0,97	-28%	-30%	-3%
4	E	381.987	319.900	0,84	49.758	34.448	0,69	-87%	-89%	-17%
4	A	3.518.415	2.965.048	0,84	5.109.589	4.740.097	0,93	45%	60%	10%
4	B	89.816	75.609	0,84	16.549	16.635	1,01	-82%	-78%	19%
TOTAL		57.274.299	36.547.355	0,64	64.614.760	41.380.124	0,64	13%	13%	0%

Em 2008, a sardinha mais vendida foi a classificada em T2A (tamanho 2 frescura A), com 48.058t, o que representou 74% do total da sardinha transaccionada em lota. Em seguida foi a classificada em T3A (tamanho 3 frescura A), com 6.393t. Em terceiro lugar, a classificada em T4A (tamanho 43 frescura A), com 5.110t.

Os preços médios mais elevados verificaram-se na transacção da sardinha T1 frescura Extra (1,74€/kg), seguindo-se a sardinha T3 frescura Extra (1,60€/kg) e, em terceiro lugar, a sardinha T4 frescura B (1,01€/kg).

EXPLORAÇÃO

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRECTO DE PESCADO

Nos últimos anos tem-se vindo a assistir a um aumento significativo das quantidades de contratos celebrados entre armadores e comerciantes de pescado, tutelados por várias Organizações de Produtores. Existem, de facto, espécies que desaconselham a espera pelo leilão (o caso dos moluscos bivalves) ou que, dada a sua especificidade, não são adquiridas pela esmagadora maioria dos compradores presentes nas lotas (o caso do espadarte). Nestes casos, a venda por contrato tem sido a regra desde há muitos anos.

Nos últimos anos, porém, tem vindo a generalizar-se o recurso à venda por contrato em espécies que, tradicionalmente, têm escoamento fácil nos leilões, o que tem até, em alguns casos, provocado a concentração de algumas espécies em apenas alguns comerciantes, com a inevitável escalada de preços ao consumidor final. Em 2008, foi possível verificar, em alguns portos de pesca, a celebração sistemática de contratos de abastecimento directo de sardinha a comerciantes, causando, ainda que pontualmente, escassez desta espécie no mercado local.

Durante o ano de 2008, foram tratados administrativamente mil oitocentos e trinta e oito (1.838) contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, entre Produtores e Comerciantes de Pescado, tutelados por algumas das Organizações de Produtores reconhecidas, o que representa um aumento de 63,3% relativamente ao ano de 2007, em que foram tratados mil cento e vinte e cinco (1.125) contratos.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição de contratos pelas Organizações de Produtores.

VENDAS POR CONTRATO DE ABASTECIMENTO DIRECTO EM 2008			
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES	APROVADOS	NÃO APROVADOS	TOTAL CONTRATOS SUBMETIDOS À DGPA
APROPESCA	19	0	19
ARTESANALPESCA	13	0	13
BARLAPESCAS	35	1	36
CAPA	108	0	108
CENTRO LITORAL	157	0	157
OLHÃOPECA	341	15	356
OPCENTRO	438	0	438
PROPEIXE	130	0	130
SESIBAL	70	0	70
VIANAPESCA	511	0	511
TOTAIS	1.822	16	1.838

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO E GESTÃO DE OBSERVADORES DE PESCA A BORDO DAS EMBARCAÇÕES QUE EXERCEM ACTIVIDADE NA ZONA NAFO

Em 23 de Julho de 2004 foi celebrado com a DGPA um protocolo, que tinha por objecto “*regular o relacionamento institucional entre a DGPA e a DOCAPESCA, no que concerne ao acervo de obrigações que decorrem para o Estado Português dos Regulamentos (CE) n.ºs 3069/95, 2371/2002 e 855/2004*”. Na prática, este protocolo transfere para a Docapesca a responsabilidade de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua actividade na zona North Atlantic Fisheries Organization (NAFO).

Este serviço prestado pela Docapesca é importante para os armadores de embarcações de pesca longínqua, porque é essencial para o desenvolvimento da sua actividade, uma vez que desde 2004 os Estados Membros da UE passaram a ser responsáveis pela colocação de Observadores de Pesca a bordo dos navios de pesca comunitários que exercem a sua actividade na zona NAFO. Para a Docapesca, o serviço prestado envolve valores relativamente pouco importantes, mas reconhece-se a sua importância. Como a Docapesca não dispõe de Observadores de Pesca, contratou, por sua vez, este serviço à empresa açoriana SeaExpert.

Esta prestação de serviço assenta num modelo de funcionamento, que se pode resumir da seguinte forma:

Em 2008, tal como nos anos anteriores desde Julho de 2004, foi assegurado o programa relativo ao serviço de disponibilização e gestão de Observadores de Pesca, para os navios nacionais a operar com licença de pesca, na zona NAFO e, pela primeira vez, também na zona North Eastern Atlantic Fisheries Commission (NEAFC) – Mar de Irminger –, na qual passou a ser obrigatória a presença de Observadores de Pesca, à semelhança do que já ocorria na zona NAFO. Já anteriormente, a Docapesca tinha celebrado com a DGPA uma extensão do protocolo inicial, mediante a qual a responsabilidade de gestão da colocação de Observadores de Pesca a bordo das embarcações é transferida para a Docapesca em qualquer parte do mundo, onde já se verifica ou onde se venha a verificar, futuramente, a obrigatoriedade da permanência a bordo de Observadores de Pesca.

RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2004 A 2008

ANOS	CUSTOS	RECEITAS (ARMADORES)	RESULTADOS
2004	99.100,80 €	103.230,00 €	4.129,20 €
2005	289.196,20 €	302.067,00 €	12.870,80 €
2006	314.107,21 €	330.557,00 €	16.449,79 €
2007	263.733,52 €	277.614,00 €	13.880,48 €
2008	223.774,68 €	234.631,60 €	10.856,92 €

Destacamos os seguintes factos relevantes para a actividade da empresa:

1. VALORIZAÇÃO DO PESCADO NOBRE VENDIDO NA LOTA DE SAGRES

A Docapesca, com o objectivo de valorizar o pescado de melhor qualidade, deu início a um estudo de valorização que implicará a etiquetagem dos espécimes de maior nobreza, em colaboração com os armadores locais, o qual se espera possa vir a ter um efeito já a partir de 2009.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

Prosseguindo a política delineada em 2007, a Docapesca continuou em 2008 a implementação de sistemas de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP nas Lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António, a qual será concluída, previsivelmente, durante o primeiro trimestre de 2009 na Lota da Nazaré.

No mesmo sentido, a Docapesca iniciou a implementação de um sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP nos Postos de Vendagem de Mira e Vila Nova de Milfontes, onde os trabalhos estão mais atrasados, incluindo a própria construção do edifício, e ainda não ocorreu a vistoria que, certamente, lhe atribuirá, durante o primeiro trimestre de 2009, o NCV.

Também os mesmos sistemas de segurança alimentar baseados no sistema HACCP foram introduzidos nas Fábricas de Gelo de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz, prevendo-se a sua conclusão durante o segundo trimestre de 2009. A Fábrica de Gelo de Sines iniciar-se-á em 2009 e será concluída no início de 2010.

No que se refere aos Entrepostos Frigoríficos, apenas está iniciada a implementação do sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP no de Matosinhos, prevendo-se a sua conclusão durante o segundo trimestre de 2009. No que se refere ao túnel de congelação existente no citado Entreposto, os trabalhos ainda não se iniciaram, pelo que se prevê a sua conclusão apenas durante o primeiro trimestre de 2010. O mesmo acontecerá com os Entrepostos Frigoríficos de Peniche e de Lisboa e com o túnel de congelação existente no de Peniche, ainda que já disponham de um manual de autocontrolo (tal como o de Matosinhos).

Ainda no que respeita à segurança alimentar, à qual a Docapesca deu especial atenção em 2008, foram acompanhadas as vistorias de rotina efectuadas aos estabelecimentos pelas autoridades competentes, na sequência das quais foram possíveis resolver algumas não conformidades.

O quadro anexo resume esta actividade em 2008.

Local	Tipo de estabelecimento	NCV	Empresa Adjudicatária	Data Início	Situação em 31-12-2008	Previsão de Conclusão
Viana do Castelo	Lota	O 0262 01 P	Produtiva	19-02-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Póvoa de Varzim	Lota	O 0262 02 P				
Matosinhos	Lota	O 0262 03 P		s/Adjudicação	03-10-2008	Em implementação
	Fábrica de Gelo	(1)				
	Entrepasto Frigorífico	DAF 168				
	Túnel de Congelação	T 0262 12 P		Existe Manual de Autocontrolo (4)		
Aveiro	Lota	O 0262 21 P	HM Consultores	26-10-2007	Em implementação	1.º Trim 2009
	Fábrica de Gelo	(1)		30-10-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Mira	Lota	1382 PP		06-10-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Figueira da Foz	Lota	O 0262 04 P		26-10-2007	Em implementação	1.º Trim 2009
	Fábrica de Gelo	(1)		30-10-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Nazaré	Lota	O 0262 05 P		s/Adjudicação	(3)	
Peniche	Lota	O 0262 06 P	Bioqual	12-04-2007	Em implementação	1.º Trim 2009
	Entrepasto Frigorífico	(1)	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo (4)		
	Túnel de Congelação	Q1 0262 24 P	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo (4)		
Costa Caparica	Lota	O 0262 24 P	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo (4)		
Sesimbra	Lota	O 0262 18 P	SGS	29-04-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Setúbal	Lota	O 0262 09 P				
Sines	Lota	O 0262 19 P				
V. N. Milfontes	Lota	(2)		06-10-2008	Em implementação	1.º Trim 2009
Sagres	Lota	O 0262 23 P	Consequência	31-05-2007	Em implementação	1.º Trim 2009
Lagos	Lota	O 0262 10 P				
Portimão	Lota	O 0262 11 P				
Olhão	Lota	O 0262 15 P				
V. R. S. António	Lota	O 0262 17 P				

COMERCIAL & MARKETING

PROVEITOS OPERACIONAIS DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS

Os proveitos da Área Comercial em 2008 situaram-se nos 12.690.824,33 Euros, mais 4,8% do que em 2007, contribuindo em 42,4% para a formação dos proveitos operacionais da empresa.

Por segmentos de actividade a evolução foi a seguinte:

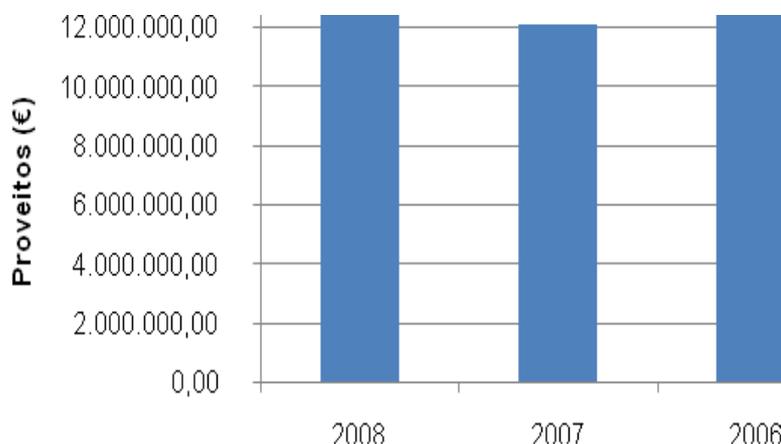
Proveitos	2008 (€)	2007 (€)	Desvio	
			-€-	-%-
Comercialização de Mercadorias e Gelo	5.318.731,60	4.595.136,50	723.595,13	15,75
Mercadorias	3.688.820,98	2.950.433,62	738.387,39	25,03
Venda de Aprestos de Pesca	762.936,93	678.886,22	84.050,71	12,38
Venda de Lubrificantes	173.027,91	169.394,71	3.633,20	2,14
Venda de Baterias e Outros	76.210,43	68.749,92	7.460,54	10,85
Venda de Embalagens	42.317,06	61.512,32	-19.195,26	-31,21
Venda de Comandos	153.712,26	83.794,88	69.917,38	83,44
Venda de Combustíveis	2.480.616,39	1.888.095,57	592.520,82	31,38
Gelo	1.629.910,62	1.644.702,88	-14.792,26	-0,90
Serviços	7.066.134,26	7.064.163,61	1.970,65	0,03
Instalações e Serviços Conexos	5.097.835,24	5.068.841,49	28.993,75	0,57
Entrepasto Frigorífico	1.968.299,02	1.995.322,12	-27.023,10	-1,35
Outras Actividades	305.958,44	450.707,64	-144.749,20	-32,12
Total	12.690.824,30	12.110.007,75	580.816,58	4,80

Dentro da venda de mercadorias, houve evoluções bastante positivas. Os aprestos de pesca tiveram um aumento de 12,4%, as baterias de 10,9%, os combustíveis 31,4%, os lubrificantes 2,1% e os comandos de 83,4%. A excepção registou-se nas embalagens, com um decréscimo de 31,2%. A venda de gelo registou um pequeno decréscimo de 0,9%.

Nas Prestação de Serviços verificou-se um ligeiro aumento global de 0,03% que resulta do diferencial positivo entre o aumento nos proveitos das Instalações e Serviços Conexos (+28.994€) e o decréscimo nas receitas provenientes dos Entrepastos Frigoríficos (-27.023€).

O gráfico a seguir apresenta a evolução global da actividade comercial nos últimos três anos.

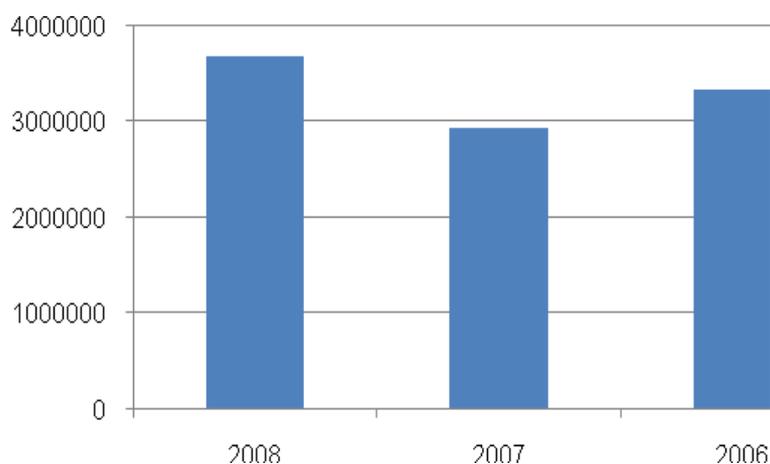
EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DA ÁREA COMERCIAL 2006 – 2008



VENDA DE MERCADORIAS

O gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos três anos, cujo traçado foi fortemente influenciado pela venda de combustíveis. Em 2007, um decréscimo, devido à paralisação de diversos arrastões e, em 2008, um crescimento acentuado, devido essencialmente ao aumento do preço dos combustíveis.

EVOLUÇÃO DA VENDA DE MERCADORIAS 2006 – 2008



A análise comparativa entre os anos de 2007 e 2008 revela que, globalmente, se registou uma evolução positiva nos proveitos de 25%, em grande parte devido ao Sotavento. Matosinhos e Aveiro também influenciaram positivamente esta rubrica, devido ao aumento registado na venda de combustíveis.

APRESTOS DE PESCA

A venda de aprestos de pesca registou uma evolução positiva de 12,4%, face a 2007, que se deveu sobretudo às Delegações do Sotavento (+27,4%) e do Barlavento (+4,6%).

O crescimento dos proveitos superou o aumento dos custos, levando a um acréscimo de 17,2% nos resultados operacionais. O Sotavento (+39,7%), Barlavento (+4%) e Figueira da Foz (+40,1%) registaram as melhores evoluções.

LUBRIFICANTES

A evolução das vendas de lubrificantes foi positiva durante 2008, com um acréscimo de 2,1% face a 2007. De salientar o crescimento na Póvoa de Varzim de mais 35% e em Matosinhos de 32,8%. Em menor escala de valor, a Figueira da Foz teve um crescimento apreciável de 69%.

Em termos de quantidades vendidas, o crescimento global foi de 10,1%, permitindo obter um *rappel* anual da Shell – Lubrificantes de 5.320€.

BATERIAS

A evolução dos proveitos com a venda de baterias foi também positiva em 10,9%. Os maiores crescimentos registaram-se na Figueira da Foz (+261%) e no Sotavento (+10,9%). Obteve-se ainda o *rappel* anual de 3% sobre o custo total.

EMBALAGENS

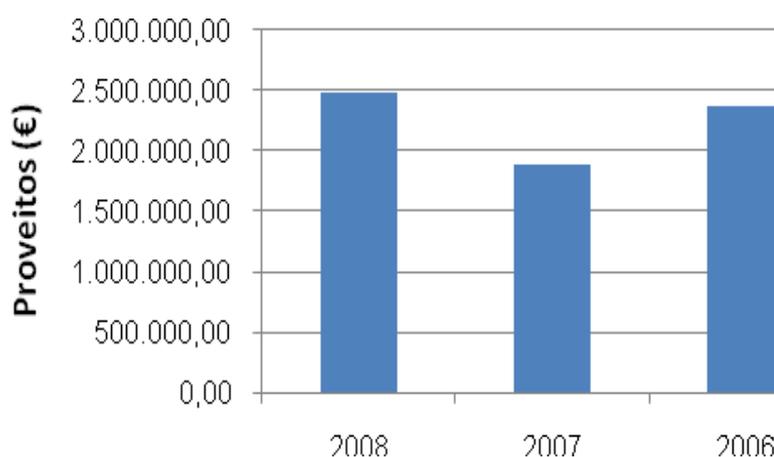
As embalagens foram a única mercadoria que registou um comportamento negativo em 2008, de 31,2%, devido ao facto de muitas das embarcações que adquiriram embalagens em 2007 ainda estarem equipadas, não tendo necessidade de efectuar novas aquisições.

Salienta-se contudo que a redução dos custos foi superior à quebra dos proveitos, permitindo uma melhoria dos resultados operacionais em cerca de 18,6%.

COMBUSTÍVEIS

O gráfico a seguir mostra a evolução da venda de combustíveis nos últimos três anos.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS COMBUSTÍVEIS 2006-2008



A evolução face ao ano de 2007 revela um acréscimo nos proveitos de 31,4%. Este aumento reflecte em grande parte a subida de preços dos combustíveis a nível mundial.

De salientar que, apesar da conjuntura económica desfavorável e da redução da frota, se registou um aumento no volume de vendas do Gasóleo Pescas de 9,4%, determinante em termos de facturação. Os crescimentos mais relevantes registaram-se em Matosinhos (+25,4%) e em Peniche (+33,6%). O mesmo sucedeu com o Gasóleo Rodovia com um aumento de 13,3% face ao volume de 2007.

Os proveitos tiveram um aumento superior aos custos, permitindo uma melhoria nas margens comerciais. Estas poderiam ter sido ainda significativamente superiores, caso a Docapesca não tivesse investido no apoio à frota, já que os descontos no Gasóleo de Pescas atingiram os 107.226€, em 2008. A ausência destes descontos permitiria elevar a actual margem de cerca de 5% para 9,6%. Obteve-se ainda uma bonificação da Galp e da Repsol, para acções comerciais, no valor global de 7.500 Euros.

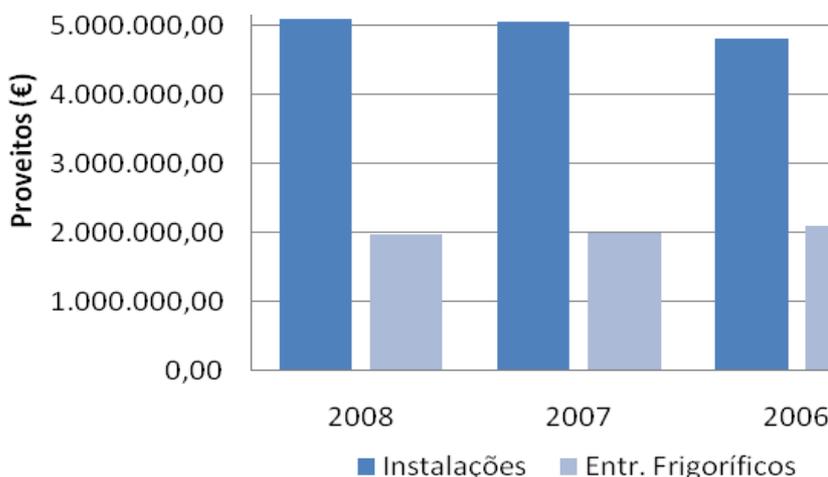
GELO

Durante o ano de 2008 verificou-se uma ligeira quebra de 0,9% na venda de gelo, essencialmente devido a reduções nas Delegações do Barlavento, Sines e Figueira da Foz que se prendem com a perda de alguns clientes e com a autonomia doutros nesta área.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem duas actividades principais: a cedência de instalações e os entrepostos frigoríficos. O gráfico a seguir apresenta a sua evolução nos últimos 3 anos.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS 2006-2008



INSTALAÇÕES

Os proveitos com a cedência de instalações são a principal componente comercial da empresa, mantendo-se relativamente estáveis nos últimos anos. A evolução positiva de cerca de 0,6%, face a 2007, prende-se no essencial com os aumentos registados em Sesimbra, Póvoa de Varzim e Sotavento.

O nível geral de ocupação é de 84,3%. As delegações com maiores níveis de ocupação – acima dos 90% - são Póvoa de Varzim, Matosinhos, Sines e Sotavento.

ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS

Durante o ano de 2008 verificou-se uma quebra de 1,35% na actividade comercial dos Entrepostos Frigoríficos. Esta redução resultou no essencial, por um lado, da diminuição na armazenagem em

regime comum em Lisboa por redução da procura e, por outro, do decréscimo na congelação em Matosinhos e Peniche por diminuição da quantidade de sardinha canalizada para esse fim.

Em termos de regime de armazenamento, verificou-se uma transferência de clientes do regime comum para o de exclusividade, devido ao facto de terem ficado vagas câmaras anteriormente cedidas ao Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), cujos contratos foram revogados.

OUTRAS ACTIVIDADES

Esta rubrica registou um decréscimo nos proveitos comparativamente ao ano de 2007 devido, essencialmente, à diminuição das reversões de ajustamentos de débitos de clientes e à venda de documentação.

Foram ainda movimentados nesta rubrica os proveitos com a assistência a postos de vendagem, cedência de molde, serviços de apoio ao armador e comprador, venda de material reciclável, patrocínios e campanhas publicitárias e a taxa sobre as vendas de terceiros, cuja evolução foi positiva.

PROJECTOS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE COMERCIAL & MARKETING

CERTIFICADO DE COMPRA EM LOTA

Inserido no objectivo global de valorização do pescado transaccionado nas lotas do continente português, a Docapesca desenvolveu o projecto do Certificado de Compra em Lota (CCL) que se focaliza na identificação e diferenciação desse pescado, junto do consumidor final.

A primeira fase de teste à operacionalização do sistema foi concluída no passado dia 26 de Novembro. Ficaram assim cobertas quinze lotas que emitem agora o CCL para todos os compradores aderentes e que, por ordem de implementação, são as seguintes: Aveiro, Figueira da Foz, Sines, Portimão, Lagos, Sagres, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Olhão, Vila Real de Santo António, Sesimbra, Setúbal, Peniche e Nazaré.

Os resultados obtidos nesta primeira fase foram positivos. No balanço efectuado no final do ano, 75% do número médio de compradores em bancada tinha aderido ao CCL, num total de setecentos e cinquenta e um. Esta adesão permitiu cobrir 1.035 pontos de venda espalhados pelo país, essencialmente mercados municipais e peixarias.

Foram também contactados todos os grupos da Grande Distribuição a actuar no país. O Modelo-Continente concretizou rapidamente a sua adesão ao CCL. O grupo Jerónimo Martins, que até então não comprava directamente nas lotas, passou a fazê-lo, tendo aderido recentemente ao projecto CCL. Os restantes grupos estão numa fase de avaliação.

Efectuou-se também um inquérito de sensibilidade à etiqueta CCL, junto de trezentos e oitenta e seis consumidores finais, permitindo recolher informações importantes para melhorar a sua imagem, conteúdos e para clarificar a mensagem a transmitir de “Peixe da Costa Portuguesa”, “Peixe das Lotas”.

Em 2009, prevê-se a expansão do projecto CCL a novas aplicações, como a etiqueta individual a colocar no opérculo do pescado das “espécies nobres”, bem como a sua associação à sardinha acondicionada em caixas de esferovite ou congelada nos nossos entrepostos frigoríficos.

Irão também intensificar-se os contactos com as grandes superfícies a actuar em Portugal, de forma a aderirem ao CCL, bem como com a ARESP no sentido de se estabelecer um protocolo de colaboração.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Em 2008, a Docapesca marcou presença em algumas feiras nacionais, tais como a Expomar, em Olhão, o Festival de Peixe, em Lisboa, o Festival do Bacalhau, em Ílhavo, e a Interpescas, em Aveiro. Em termos internacionais esteve presente na Seafood em Bruxelas.

Os objectivos situaram-se ao nível da prospecção de potenciais importadores, divulgação dos serviços da empresa e obtenção de informações sobre o mercado de produtos do mar, europeu e mundial.

ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Com o objectivo de reforçar a orientação estratégica para os Clientes, bem como identificar oportunidades de negócio conjuntas, a Docapesca aplicou um questionário, para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados em 2008, junto dos diversos tipos de clientes: Armadores, Compradores de Pescado e Outros Clientes.

Os resultados deste diagnóstico permitirão à Docapesca estreitar relações e compreender melhor os seus clientes, enquanto caminho seguro para atingir objectivos económicos e financeiros de forma

sustentável. Adicionalmente, visa identificar expectativas quanto a projectos futuros de interesse comum, ao nível da valorização do pescado ou da expansão a novos mercados.

No fundo, trata-se de reforçar a Missão da Docapesca no sentido de actuar e dinamizar os negócios do sector.

INFORMÁTICA

A aplicação informática de emissão de CCL foi implementada em todas as lotas do país que possuem NCV. Para tal foi necessária a instalação de equipamento de impressão e a sua ligação ao sistema de primeira venda do pescado em lota, permitindo, por um lado, consolidar na rede nacional de lotas a emissão do CCL e, por outro, o acesso a todos os comerciantes de pescado inscritos neste serviço.

Foram reformulados e alterados os transportadores mecânicos de pescado nas Lotas de Aveiro e de Sines, de forma a permitirem uma melhoria significativa no modelo da primeira venda do pescado.

Foram instaladas redes de comunicações de dados na nova Fábrica de Gelo de Matosinhos, ligando-a aos Serviços Administrativos daquela delegação e ao seu Entrepósito Frigorífico.

A Primeira Venda de Pescado em Lota sofreu alterações de forma a serem incluídas novas informações solicitadas pela DGPA e outras obrigatórias a nível comunitário.

Iniciou-se o projecto para a Aplicação da Primeira Venda de Pescado Via Internet a ser instalado, em primeira mão, na Lota de Peniche.

Promoveu-se o estudo para a alteração da Aplicação Estatística, de forma a dar uma melhor resposta às actuais necessidades, com total reformulação da Base de Dados.

Instalaram-se os equipamentos para a Primeira Venda de Pescado em Lota na Lota de Mira.

INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

INVESTIMENTOS – 2008

I – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2008 foi executado com o envolvimento das Direcções da Sede (Infra-estruturas e Manutenção, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direcções da Sede e pelas Delegações, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2008 são os que se apresentam no Quadro I. Os Investimentos Específicos são apresentados por Objectivos.

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 72,83%, sendo 72,31% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 74,27%, a dos Investimentos Correntes.

QUADRO I

MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2008

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização prevista em 2008	Realização efectiva em 2008	Realização em %
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	3.792.304	3.477.517	91,70%
A.1 - Melhoria das condições higio-sanitárias das Lotas e Entrepósitos	54.839	0	0,00%
A.2 - Remodelação dos Armazéns de Comerciantes para cumprimento das regras sanitárias vigentes	1.347.369	911.673	67,66%
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	521.982	509.439	97,60%
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	291.564	378.597	129,85%
A.5 - Infraestruturas e Equipamentos de Conservação e (ou) Congelação e de Produção e Armazenagem de Gelo	1.476.550	1.677.808	113,63%
A.6 - Diversos	100.000	0	0,00%
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA	1.351.000	241.547	17,88%
B.1 - Mercados, Plataformas Logísticas e outras Actividades	575.000	0	0,00%
B.2 - Comercialização e Valorização do Pescado	536.000	0	0,00%
B.4 - Aquicultura Interior e Off-Shore	40.000	0	0,00%
B.5 - Diversos	200.000	241.547	120,77%
TOTAIS - Investimentos Especificos	5.143.304	3.719.064	72,31%
TOTAIS - Investimentos Correntes	1.850.000	1.374.025	74,27%
TOTAL GLOBAL	6.993.304	5.093.089	72,83%

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 74,27%. No Quadro II apresenta-se com detalhe, a realização da Sede e de cada uma das Delegações.

QUADRO II
MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS CORRENTES – 2008

Designação	Exercício de 2008		
	Plano	Real	% de Realiz.
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2008	1.850.000 €	1.374.025	74,27%
SEDE	206.799	88.254	42,68%
* Delegações *	1.643.201	1.285.770	78,25%
<i>Norte</i>	822.448	730.673	88,84%
* Delegação de Viana do Castelo *	60.468	87.687	145,01%
* Delegação da Póvoa do Varzim *	83.630	68.967	82,47%
* Delegação de Matosinhos *	407.180	378.982	93,07%
* Delegação de Aveiro *	147.395	57.751	39,18%
* Delegação da Figueira da Foz *	123.775	137.286	110,92%
<i>Centro</i>	199.310	65.579	32,90%
* Delegação da Nazaré *	121.660	39.658	32,60%
* Delegação de Peniche *	76.920	23.787	30,92%
* Delegação de Cascais *	730	2.134	292,35%
<i>Lisboa</i>	3.500	7.600	217,14%
* Delegação de Lisboa *	3.500	7.600	217,14%
<i>Centro Sul</i>	208.755	136.068	65,18%
* Delegação de Sesimbra *	140.510	103.922	73,96%
* Delegação de Setúbal *	68.245	32.146	47,10%
<i>Sul</i>	409.189	345.850	84,52%
* Delegação de Sines *	161.210	164.625	102,12%
* Delegação do Barlavento Algarvio*	150.520	108.075	71,80%
* Delegação do Sotavento Algarvio*	97.459	73.149	75,06%

Salienta-se na Sede que o baixo nível de execução de 42,68 % se ficou a dever principalmente à não concretização da aquisição de duas viaturas, para os serviços da Sede (Direcção Financeira e Direcção de Informática) pelo segundo ano consecutivo; à aquisição de *hardware* e *software* diverso, que, embora previsto na Direcção de Informática, foi lançado em SAP nas Delegações que receberam esses bens; e à concretização com menores custos de alguns dos Investimentos previstos. Embora prevista uma verba, estes não foram realizados enquanto Investimento Corrente.

O nível de execução do Plano de Investimentos Correntes das Delegações foi de 78,25 %. As taxas de execução acima da média verificaram-se nas regiões Norte e Sul, respectivamente, 88,84% e 84,52%.

Por exceder os valores previstos no Plano de 2008, refere-se a Delegação de Viana do Castelo que atingiu 145,01% de execução, pelo facto de terem sido realizadas obras não previstas para correcção de anomalias que levaram à proposta de suspensão do NCV desta Lota; e a Delegação da Figueira da Foz com alguns trabalhos cuja concretização era necessária, como consequência de um projecto específico realizado (telheiro de apoio à descarga da sardinha), mas não integráveis nesse projecto, por serem em zonas adjacentes à zona de intervenção desse projecto. O mesmo aconteceu em Sines com a execução da pintura do Edifício da Fábrica de Gelo antiga contíguo ao construído de novo, no âmbito dum projecto específico.

Consideram-se irrelevantes os desvios para mais na Delegação de Lisboa, dado o reduzido montante dos Investimentos previstos e o peso que qualquer imprevisto assume nestas situações.

Tal como é habitual, o esforço de Investimento incidiu mais na Recuperação e Beneficiação em Edifícios e outras Construções, de que se destacam:

- As obras de Remodelação realizadas em Viana do Castelo, já anteriormente referidas;
- A recuperação das Estruturas e Pintura do Edifício da Lota da Póvoa do Varzim;
- Conclusão da substituição da cobertura da Lota de Matosinhos e substituição parcial da cobertura do Entrepasto Frigorífico;
- Construção de uma nova portaria de controlo de acessos às Pontes Cais;
- Pintura dos Edifícios da Lota da Figueira da Foz, Nazaré e Portimão;
- Novo Posto de Transformação e Ramal de Média Tensão, para o Porto de Pesca de Sines;
- Substituição parcial da cobertura dos Armazéns de Comerciantes de Lagos.

No geral, considera-se bom o nível de execução conseguido no Plano de Investimentos Correntes de 2008, tendo em atenção que o nível de execução no primeiro e segundo trimestres foram reduzidos e que, só no quarto trimestre, foi possível proceder à recuperação, dado o menor envolvimento das estruturas da Direcção de Infra-estruturas e Manutenção com os projectos do QCA III que, entretanto, foram encerrados ou estavam em processo de encerramento.

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

Em 2008 os Investimentos Específicos ocorreram nas Delegações de Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Centro (Nazaré e Peniche), Centro-Sul (Sesimbra), Lisboa (Pedrouços) e Sines. Com excepção da última, todos os Investimentos foram co-financiados pelos programas do QCA III em fase de encerramento.

Em contrapartida os Investimentos Específicos do Plano de 2008, que se previa serem co-financiados pelo QCA IV, não foram iniciados, dado que as condições de acesso e os Regulamentos deste Quadro apenas ficaram disponíveis no início do segundo semestre do ano.

Exceptua-se o projecto do CCL que, por não ser elegível, dado as despesas efectuadas serem anteriores à possível data da candidatura (Dezembro de 2008), não originou ainda qualquer candidatura para a parte restante, em fase de avaliação.

Os projectos constantes do plano de 2008, como não sendo financiáveis, por não serem enquadráveis nos instrumentos de financiamento existentes, não foram iniciados. Referimo-nos à obra no imóvel de Vila Real de Santo António, ao *Upgrade* SAP, e aos estudos no âmbito da Valorização de Pescado e Aquacultura.

No Quadro III, apresentam-se todos os projectos do Plano, ordenados por Delegação, com os níveis de execução atingidos, salientando-se os seguintes Investimentos: novas Fábricas de Gelo em Matosinhos e Sines; Remodelações de UAE em Nazaré, Peniche e Sesimbra; e novas infra-estruturas de apoio na Figueira da Foz, Sines e Vila Nova de Milfontes.

Foram ainda efectuados investimentos de menores montantes em equipamentos de Portos de Pesca, nomeadamente, em Aveiro, Mira e Figueira da Foz.

Em novas actividades foi registado um projecto de valor apreciável, não previsto no Plano. Trata-se das obras necessárias ao realojamento de utentes de instalações do Porto de Pesca de Pedrouços, por força das obras da Fundação Champalimaud, que as financiou integralmente.

Como anteriormente referido, a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 72,31%

QUADRO III
MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DELEGAÇÃO) – 2008

PROJECTOS ESPECIFICOS	Situação (Realiz. Material)	INVESTIMENTO TOTAL (Euros)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (Euros)	Realização Previsional 2008	Realização Efectiva Ano 2008	Realização em % do Ano	Observações
Delegação de Matosinhos		15.365.340	15.365.340	1.776.408	1.297.592	73,05%	
Matosinhos - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado - Banda 1	Não iniciado	491.562	491.562	44.602	0	0,00%	QCA IV
Matosinhos - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado - Banda 2	Não iniciado	502.675	502.675	10.000	0	0,00%	QCA IV
Matosinhos - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado - Banda 3	Não iniciado	275.270	275.270	5.000	0	0,00%	QCA IV
Matosinhos - Equipamentos dos Portos de Pesca - Norte - Recuperação da zona de apoio às conserveiras	Não iniciado	250.000	250.000	12.500	0	0,00%	QCA IV
Matosinhos - Equipamentos dos Portos de Pesca-Centro- Sistema de lavagem de caixas de pescado	Não iniciado	93.000	93.000	25.000	0	0,00%	QCAIV
Matosinhos - Construção do Mercado de 2.ª Venda	Em curso	11.250.000	11.250.000	475.000	0	0,00%	QCA IV
Matosinhos - Construção de Fábrica de Gelo (120 l/24h) e dois Silos de Gelo (250 kg)	Em Curso	2.502.833	2.502.833	1.204.305	1.297.592	107,75%	MARE_QCA III
Delegação de Aveiro		333.500	333.500	98.500	67.283	68,31%	
Aveiro - Melhoria, Adaptação e Modernização de Infraestruturas e Equipamentos	Em curso	100.000	100.000	20.000	11.229	56,14%	QCA IV
Aveiro - Equipamentos dos Portos de Pesca-Centro- Mira	Não iniciado	53.500	53.500	53.500	56.054	104,77%	MARIS-QCA III
Torreira - Remodelação e Reapetrechamento do Edifício da Lota da Torreira	Não iniciado	180.000	180.000	25.000	0	0,00%	QCAIV
Delegação da Figueira da Foz		1.562.385	1.562.385	120.000	152.635	127,20%	
Figueira da Foz - Equipamentos dos Portos de Pesca-Centro- Sistema de lavagem de caixas de pescado	Não iniciado	93.000	93.000	23.000	0	0,00%	QCAIV
Figueira da Foz - Infraestruturas de Apoio à Descarga da Sardinha	Não iniciado	100.000	100.000	94.000	152.635	162,38%	MARIS-QCA III
Figueira da Foz - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	Em curso	1.369.385	1.369.385	3.000	0	0,00%	MARE_QCA III
Delegação Centro		1.580.741	1.513.241	584.841	450.759	77,07%	
Nazaré - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	Em curso	575.380	575.380	369.924	276.471	74,74%	MARE_QCA III
Peniche - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	Em curso	555.361	555.361	164.917	174.288	105,68%	MARE_QCA III
Ericeira - Modernização do Posto de Vendagem	Em curso	450.000	382.500	50.000	0	0,00%	QCAIV
Delegação Centro Sul		1.138.499	1.138.499	749.925	460.913	61,46%	
Sesimbra - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	Em curso	1.138.499	1.138.499	749.925	460.913	61,46%	MARE_QCA III
Delegação de Sines		1.190.404	1.190.404	734.291	1.048.334	142,77%	
Sines - Construção Fábrica de Gelo	Em curso	525.000	525.000	252.244	380.215	150,73%	MARE_QCA III
Sines - Pavilhões de Apoio à Rampa Varadouro	Em curso	188.064	188.064	185.064	225.962	122,10%	FEDER_QCA III
Vila Nova de Mil Fontes - Construção e apetrechamento do Edif. Da Lota - Posto de Vendagem	Em curso	477.340	477.340	296.982	442.156	148,88%	FEDER_QCA III
Delegação do Barlavento		203.500	203.500	53.500	0	0,00%	
Albufeira - Equipamentos dos Portos de Pesca	Não iniciado	53.500	53.500	33.500	0	0,00%	QCA IV
Portimão - Ampliação da capacidade de Produção e Armazenagem de Gelo	Não iniciado	150.000	150.000	20.000	0	0,00%	QCAIV
Delegação do Sotavento		1.372.339	1.372.339	249.839	0	0,00%	
S.ª Luzia - Equipamentos dos Portos de Pesca - Algarve - Modernização do Edif. da Lota Posto de Vendagem	Não iniciado	179.839	179.839	29.839	0	0,00%	QCAIV
Quarteira - Equipamentos dos Portos de Pesca	Não iniciado	150.000	150.000	20.000	0	0,00%	QCA IV
Olhão - Mercado de 2ª Venda	Não iniciado	550.000	550.000	100.000	0	0,00%	QCAIV
V.R.Sto António - Aquisição e Recuperação Geral de Imóvel (ex instalações administrativas da lota de V.R.Sto António)	Em curso	492.500	492.500	100.000	0	0,00%	NF
Projectos - Sede e Diversas Delegações		4.100.000	4.100.000	776.000	241.547	31,13%	
Upgrade MYSAP ERP 2005	Não iniciado	100.000	100.000	100.000	0	0,00%	NF
Valorização do Pescado - Certificado de Compra em Lota	Não iniciado	246.000	246.000	246.000	0	0,00%	QCAIV
Aquacultura - Interior e Off-shore (Avaliação)	Não iniciado	400.000	400.000	40.000	0	0,00%	NF
Valorização do Pescado - Comercialização e Distribuição dos produtos da Pesca	Não iniciado	250.000	250.000	100.000	0	0,00%	NF
Valorização do Pescado - Manual de Boas Práticas	Não iniciado	200.000	200.000	70.000	0	0,00%	NF
Desenvolvimento de novos Mercados e Campanhas Promocionais - Campanha e Marca	Não iniciado	2.754.000	2.754.000	120.000	0	0,00%	QCAIV
Novas Actividades - Estudos e Projectos de novas actividades ou actividades tradicionais da Empresa	Não iniciado	150.000	150.000	100.000	241.547	241,55%	Financiado a 100% Fundação
TOTAIS - Investimentos Específicos				5.143.304	3.719.064	72,31%	

**5. RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO,
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA**

Propriedade: Docapesca – Portos e Lotas, SA

Docapesca – Portos e Lotas, SA
Sede Social: Edifício Vasco da Gama – Rua General Gomes Araújo, Bloco C, pisos 3 e 4 – 1350-355 LISBOA
Tel. +351 213 936 100 | Fax +351 213 936 101
docapesca@docapesca.pt
www.docapesca.pt
Capital Social: 8.528.400,00 Euros (Inteiramente realizado)
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
com o N.º Único de Matrícula e de Contribuinte 500 086 826.